



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014



Brasília-DF, 2015.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 140/2014, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	16
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	18
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	18
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	18
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	19
1.3 Organograma Funcional	21
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	24
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	29
2.1 Estrutura de Governança.....	29
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	35
2.3 Sistema de Correição	53
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	54
2.4.1 Análise Crítica.....	55
2.5 Remuneração Paga a Administradores.....	61
2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração Fiscal	61
2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	62
2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	64
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	66
3.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	66
3.3 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada	69
3.5 Medidas Relativas à Acessibilidade	69
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	71



4.1	Informações sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada	71
5.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	76
5.1	Planejamento da unidade	76
5.1.1	Participação da EPL no Planejamento Estratégico do MT	84
5.1.2	Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais.....	90
5.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	94
5.2.2	Objetivo	94
5.2.2.1	Análise Situacional.....	95
5.2.3	Ações	97
5.2.3.1	Ações - OFSS	97
5.2.3.3	Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS.....	105
5.2.3.5	Análise Situacional	106
5.3	Informações sobre outros resultados da gestão	107
5.4	Informações sobre indicadores de desempenho operacional	107
6.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	111
6.1	Programação e Execução das despesas	112
6.1.1	Programação das despesas	112
6.1.1.1	Análise Crítica	113
6.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	113
6.1.3	Realização da Despesa.....	114
6.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	114
6.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	115
6.1.3.7	Análise Crítica da Realização da Despesa	117
6.2	Despesas com ações de publicidade e propaganda	118
6.4	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	119
6.4.1	Análise Crítica	119
6.5	Transferências de Recursos	120
6.5.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	120



6.5.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	122
6.5.5	Análise Crítica.....	122
7.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	124
7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	124
7.1.1	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	124
7.1.1.1	Análise Crítica.....	125
7.1.2	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	126
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	127
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal.....	128
7.1.4.1	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	128
7.1.5	Riscos Identificados na Gestão de Pessoas.....	129
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	129
7.2	Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários.....	130
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	130
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	131
7.2.3	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.....	133
7.2.4	Contratação de Estagiários.....	134
7.2.4.1	Análise Crítica.....	134
7.3	Órgãos e Entidades que Executam Acordos de Cooperação Internacional, com a Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”.....	135
7.3.1	Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”.....	135
7.3.1.1	Análise Crítica.....	148
7.4	Medidas Adotadas para Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo Art. 2º do Decreto 7.828/2012.....	150
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	152
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	152
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	155
8.3.1	Análise Crítica.....	155



9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	157
9.1	Gestão da tecnologia da Informação	157
10.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	163
10.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU	163
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	163
10.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	166
10.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	166
10.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	168
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	169
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	169
10.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	170
10.5	Alimentação SIASG E SICONV	170
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	171
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	171
11.2	Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas	172
11.3	Conformidade Contábil	172
11.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	172
11.4.2	Declaração com Ressalva	172
11.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	173
11.7	Composição Acionária das Empresas Estatais	173
11.7.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	173
11.8	Relatório de Auditoria Independente	174
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	175
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	175
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
	ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	192
A.1.1	Balanco Patrimonial	192
A.1.2	Demonstrações de Resultado.....	193



A.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	194
A.1.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	195
A.1.5 Demonstração do Resultado Abrangente	196
A.1.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2014.....	197
ANEXO II - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	204

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	18
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	23
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	28
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	54
Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	62
Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores.....	64
Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA.....	94
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	97
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS	105
Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho.....	107
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	112
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	113
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	114
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	115
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade	118
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	119
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	120
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	122
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	124
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	125
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal	127
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	130
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	131
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	134
Quadro A.7.3.1 – Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	136
Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	155



Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	161
Quadro A.10.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	163
Quadro A.10.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	166
Quadro A.10.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	168
Quadro A.10.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	169
Quadro A.10.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	170
Quadro A.11.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	172
Quadro A.11.7.1 – Composição Acionária do Capital Social.....	173



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Notas emitidas pela Auditoria Interna – Exercício 2014.....	37
Tabela 2 - Atividades da Auditoria Interna realizadas – PAINT/2014.....	39
Tabela 3 - Distribuição das Recomendações dos Relatórios de Auditoria	39
Tabela 4 – Recomendações Relevantes do exercício de 2014.....	40
Tabela 5 - Normas Internas EPL Aprovadas em 2015	58
Tabela 6 - Informativos EPL	58
Tabela 7 - Demandas SIC/EPL 2014.....	66
Tabela 8 - Demonstração de Satisfação dos Cidadãos - Usuários	67
Tabela 9 - Catálogo de Serviços – Planejamento Estratégico EPL	83
Tabela 10 - Catálogo de Serviços – Processos EPL	84
Tabela 11 - Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais	90
Tabela 12 - Realização da Despesa	117
Tabela 13 - Ações de Capacitação Ofertada em 2014	126
Tabela 14 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	133
Tabela 15 - Síntese de Relatórios de Estágio.....	135
Tabela 16 - Relação de Sistemas Computacionais Estratégicos	157
Tabela 17 - Relação de Necessidades de Novos Sistemas.....	158
Tabela 18 - Rodovias Concessionadas	184
Tabela 19 - Licenças Ambientais e Estudos Exigidos.....	185
Tabela 20 – Acordos de Cooperação Firmados em 2014	189



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional da EPL.....	22
Figura 2 - Organograma Gerências de Projetos/Gerências Funcionais da EPL	23
Figura 3 - Percentual de Recomendações por Programa de Auditoria	38
Figura 4 – Perguntas por Área Específica	67
Figura 5 – Comparativo do Número de Demandas entre 2013 e 2014.....	68
Figura 6 – Comparativo de Perguntas por Área Específica entre 2013 e 2014	69
Figura 7 – Mapa Estratégico da EPK	77
Figura 8 – Mapa Estratégico Sistema Transportes	85
Figura 9 – Status PNLI – RAE/DEZ 2014	86
Figura 10 – Licenciamento Ambiental – RAE/DEZ - 2014	86
Figura 11 – Procedimentos de Manifestação de Interesse – RAE/DEZ - 2014.....	87
Figura 12 – Estudos Ferroviários – RAE/DEZ - 2014.....	89
Figura 13 - Observatório Nacional de Transportes e Logística – RAE/DEZ - 2014.....	90
Figura 14 - Desenvolvimento do PNLI 2015-2035	176
Figura 15 - Metodologia para estabelecimento e quantificação da capacidade de transporte	178
Figura 16 - Estrutura Conceitual do Observatório.....	187



LISTA DE SIGLAS

ABC/MRE	Agencia Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Auditorias Especiais
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AO	Auditorias Ordinárias
ASGER	Assessoria de Gestão de Resultados da EPL
ASJUR	Assessoria Jurídica da EPL
ASRIC	Assessoria de Relações Institucionais e Cidadania
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação
AUDINT	Auditoria Interna da EPL
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC	Balanced Scorecard
CAPEX	Capital Expenditure
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CGU	Controladoria-Geral da União
CGCTIC	Coordenação-Geral de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONIT	Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
CONFIS	Conselho Fiscal da EPL
CONSAD	Conselho de Administração da EPL
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicação
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DGE	Diretoria de Gestão da EPL



DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPL	Diretoria de Planejamento da EPL
DIREX	Diretoria Executiva da EPL
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DSIC/PR	Departamento de Segurança da Informação e Comunicações da Presidência da República
EA	Estudo Ambiental
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EGP	Escritório de Gerenciamento de Projetos
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EM	Euronormas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ETAV	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.
EVTEA	Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental
FICO	Ferrovias de Integração Centro-Oeste
FIOL	Ferrovias de Integração Oeste-Leste
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAB	Gabinete da Diretoria da EPL
GED	Gerenciador Eletrônico de Documentos
GEDOC	Gerência Documental
GEFIN	Gerência de Finanças
GEINF	Gerência de Infraestrutura
GEINV	Gerência de Investimentos e Riscos
GEMAB	Gerência de Meio Ambiente da EPL
GENEC	Gerência de Estruturação de Negócios
GEPES	Gerência de Pessoas
GEIPOT	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
GELOG	Gerência de Serviços Logísticos
GESUP	Gerência de Suprimentos da EPL
GETIC	Gerência de Tecnologia da Informação



GPDL	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico
GPDT	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
GPNLI	Gerência de Projetos do PNLI
GPPRO	Gerência de Projetos Especiais
GPTAV	Gerência de Projetos do TAV
GS/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INECO	<i>Ingeniería y Economía del Transporte</i>
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
LSIE	Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MC	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MF	Ministério da Fazenda
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Ministério dos Transportes
OD	Origem/Destino
OPEX	Operational Expenditure
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinas
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PBA	Projeto Básico Ambiental
PCA	Plano de Controle Ambiental



PDTI	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de TI
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PIP	Plano de Implementação do Processo
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PMI	<i>Project Management Institute</i>
PMIs	Procedimentos de Manifestações de Interesse
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP	Procedimento Operacional Padrão
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPE	Projeto Preliminar de Engenharia
PPS	Projeto Preliminar de Serviços
PPV	Projeto Preliminar de Viabilidade
PR	Presidência da República
PRODOC	Documento de Projeto
RAE	Reunião de Acompanhamento Estratégico
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RFB	Receita Federal do Brasil
RI	Regulamento Interno da EPL
RIMA	Relatórios de Impacto Meio Ambiente
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAFF	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário
SEP	Secretaria de Portos
SEMA/MT	Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos e Processos
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SINDILOC	Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores, Equipamentos e Bens Móveis do Estado do Paraná



SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOF/MPOG	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPU-DF	Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TSI	Padrões Técnicos Europeus
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UIC	União Internacional de Ferrovias
UJ	Unidade Jurisdicionada
UnB	Universidade de Brasília
VALEC	Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

INTRODUÇÃO

Criada em agosto de 2012, por meio da transformação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), a Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) incorporou as atribuições da ETAV relativas ao desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade e recebeu, como novo objeto, a prestação de serviços destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País.

O Relatório de Gestão da EPL contempla os atos praticados pela Empresa no ano de 2014. A elaboração do Relatório de Gestão seguiu as determinações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 140/2014, bem como na Portaria TCU nº 90/2014.

Conforme exigido pela Portaria TCU nº 90/2014, os itens abaixo relacionados não constam integralmente neste Relatório de Gestão:

ITEM 3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Justificativa: O art. 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009, dispõe que:

Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência.

§ 1º A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público [...].

Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está legalmente isenta da publicação da Carta de Serviços.

ITEM 3.4 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Justificativa: As informações referentes a este item devem ser consignadas pelas unidades integrantes do Poder Executivo que prestam serviços diretamente ao cidadão nos termos do art. 12 do Decreto 6932/2009.

Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está isenta da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.

ITEM 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Justificativa: A EPL ainda não implantou o Sistema de Apuração de Custos, mas está se preparando para tal. Em 2014, ocorreu uma palestra no MT, promovida pela Secretaria do Tesouro Nacional apresentando o Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC). Na EPL, a Gerência de Finanças (GEFIN) está tratando do assunto.

ITEM 6.3. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Justificativa: A EPL não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

ITEM 6.6. Suprimento de Fundos

Justificativa: A EPL não utiliza, em sua execução orçamentária, recursos de suprimentos de fundos.



ITEM 6.7. Renúncias sob a Gestão da UJ

Justificativa: Não houve, até o momento, renúncias sob a gestão da EPL.
--

ITEM 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário
--

Justificativa: Não existem tais bens patrimoniais sob responsabilidade da EPL.

ITEM 10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Justificativa: No exercício de 2014, não houve caso de dano ao erário.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 1.1 Identificação da Unidade; 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade; 1.3 Organograma Funcional; e 1.4 Macroprocessos Finalísticos.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro - A.1.1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes			Código SIORG: 119672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Empresa de Planejamento e Logística S.A.			
Denominação Abreviada: EPL			
Código SIORG: 119672	Código LOA: 39253		Código SIAFI: 395001
Natureza Jurídica: Empresa Pública			CNPJ: 15.763.423/0001-30
Principal Atividade: Transporte Ferroviário de Passageiros Intermunicipal e Interestadual			Código CNAE: 49.12-4-01
Telefones/Fax de contato:	(61) 3426-3727	(61) 3426-3719	(61) 3426-3715
Endereço Eletrônico: agenda@epl.gov.br			
Página na Internet: http://www.epl.gov.br			
Endereço Postal: SCS Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate , Torre C - 7º e 8º andares Brasília/DF – CEP 70.308-200			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012 - Autoriza a criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL; Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012 - Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. Decreto nº 7.755, de 14 de junho de 2012 - Cria a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), especifica o seu capital social e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> Estatuto Social da Empresa de Planejamento e Logística, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 6 de setembro de 2012. Resolução CONSAD nº 002, de 19 de dezembro de 2013 – Aprova o Regimento Interno da Empresa de Planejamento e Logística S.A. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> RI-001-2013-GEPES-Regulamento Interno sobre a Concessão de Férias (Alterado pela NI nº2/2014); 			

- RI-001-2013-GESUP-Regulamento Interno sobre o uso de Veículos Oficiais;
- RI-002-2013-GESUP-Regulamento Interno sobre uso de aparelhos de Telefonia Fixa e Móvel;
- RI-003-2013-GESUP-Regulamento Interno que estabelece o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
- POP-001-2013-GESUP-Procedimento Operacional Padrão para Fiscalização de Contratos;
- POP-001-2013-GPDT-Procedimento Operacional Padrão sobre a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de Solução Tecnológica;
- POP-002-2013-GPDT-Procedimento Operacional Padrão para o Registro de Patentes e Marcas;
- POP-001-2013-GEMA-Procedimento Operacional Padrão sobre a elaboração de Formulário de Solicitação de Abertura de Processos (FAP) Preenchido;
- RI-001-2014-GESUP-Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos;
- RI-002-2014-GEPES-Regulamento Interno sobre Jornada de Trabalho e Frequência;
- NI-001-2014-GEDOC-Atos Administrativos;
- NI-002-2014-GEDOC-Padronização de Siglas;
- Manual de Auditoria Interna, de 10/12/2014;
- Norma Interna nº 1, de 13 de março de 2015 - Viagem a Serviço;
- Norma Interna nº 2, de 13 de março de 2015 – Férias;
- Norma Interna nº 3, de 13 de março de 2015 - Frequência e Jornada de Trabalho;
- Norma Interna nº 4, de 13 de março de 2015 - Estágio Supervisionado;
- Norma Interna nº 5, de 13 de março de 2015 - Materiais de Consumo;
- Norma Interna nº 6, de 30 de março de 2015 - Materiais Permanentes.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
395001	Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
39253	Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
395001	39253

Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
-	-

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A EPL, conforme descrito na Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, tem por finalidade a realização dos seguintes objetos:

Objeto I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

Objeto II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

Tais objetos estão repartidos em competências institucionais, conforme descrito na Lei nº 12.404, de 2011, art. 5, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;



XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

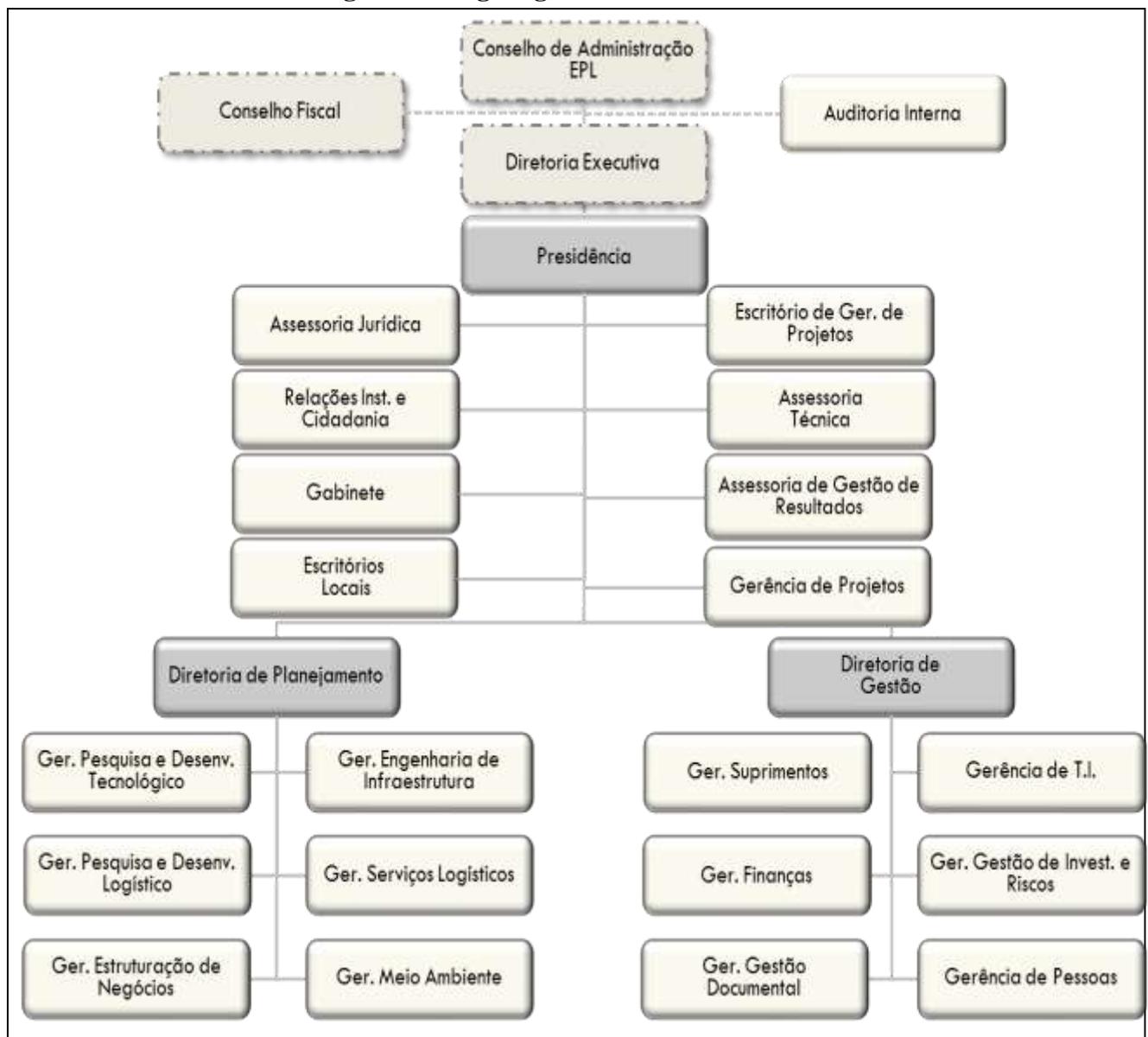
XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto Social.

1.3 Organograma Funcional

O quadro de pessoal da EPL, em dezembro de 2014, contava com 185 (cento e oitenta e cinco) empregados, entre eles: servidores/empregados cedidos de outros órgãos, empregados sem vínculo com a Administração Pública e os próprios Diretores, além do Diretor-Presidente.

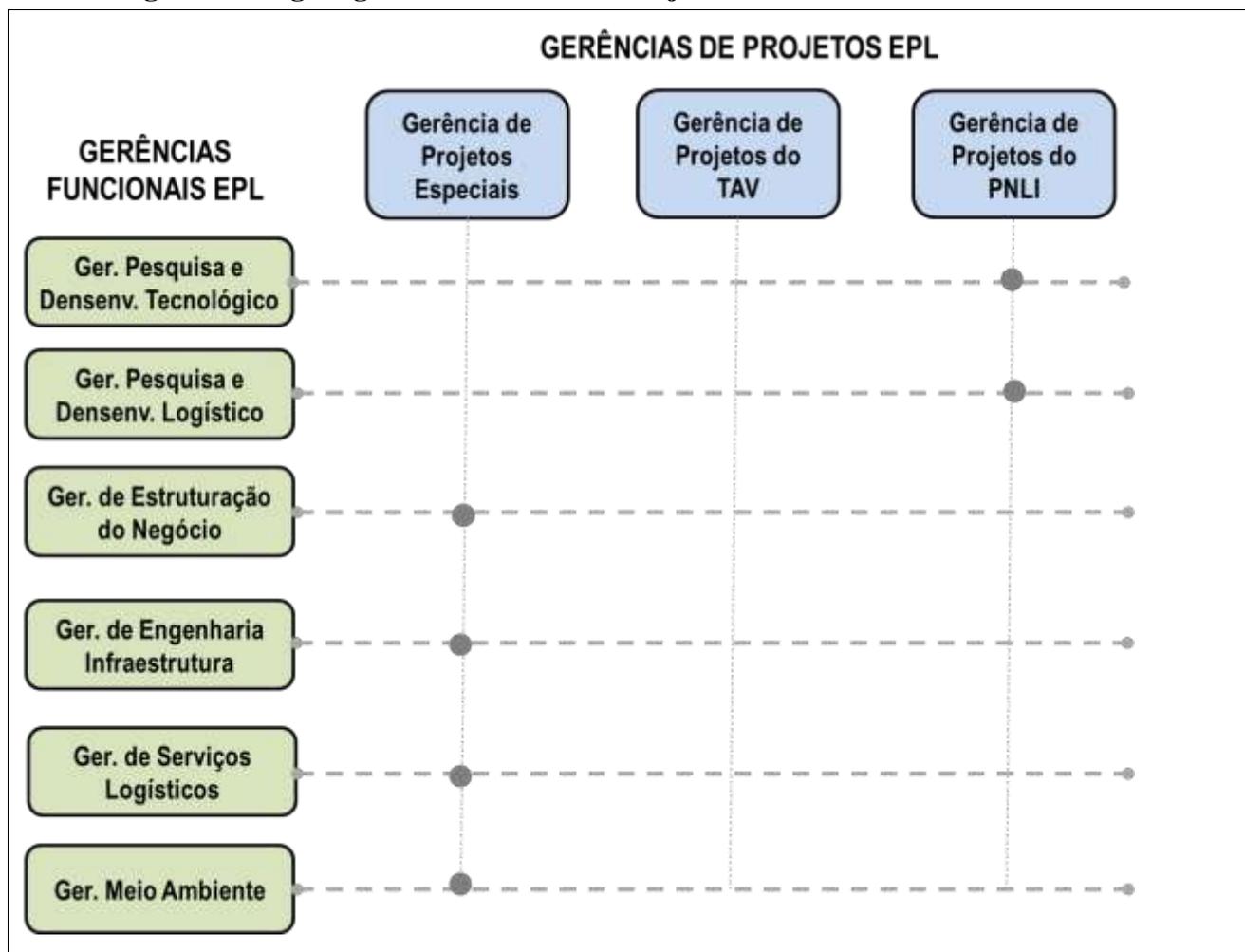
A Diretoria Executiva da empresa é composta por 1 (um) Diretor-Presidente e 2 (dois) Diretores. As atribuições de cada uma das unidades organizacionais da empresa estão dispostas no Regimento Interno da EPL. Na Figura 1 abaixo, estão representadas todas as unidades organizacionais da empresa, por meio do Organograma Geral da EPL.

Figura 1 - Organograma Funcional da EPL



Vale destacar que, com o objetivo de monitorar a execução das atividades finalísticas da empresa, a Diretoria Executiva determinou a instituição de 3 (três) Gerências de Projetos: a Gerência de Projetos Especiais (GPPRO), a Gerência de Projetos do TAV (GPTAV) e a Gerência de Projetos do PNLI (GPNLI), conforme Figura 2 a seguir.

Figura 2 - Organograma Gerências de Projetos/Gerências Funcionais da EPL



Cada uma dessas Gerências de Projetos atua de forma matricial e transversal com as demais gerências da empresa, focadas em resultados específicos em relação aos projetos elencados. Tal medida propicia que as atividades críticas da EPL sejam desempenhadas por meio de uma estrutura organizacional enxuta, na qual as prioridades de determinado projeto são levadas às gerências funcionais por meio de cada gerente de projeto.

Os Gerentes de Projeto acompanham o cronograma, monitoram, consolidam e controlam as atividades executadas pelas diferentes gerências funcionais da empresa associadas a seu projeto.

A EPL conta ainda, em suporte à Presidência, com a assessoria de duas áreas consideradas estratégicas para a empresa: a Assessoria de Gestão de Resultados (ASGER) e o Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP). No Quadro A.1.3 abaixo, estão descritas as principais competências dessas áreas.

Quadro A.1.3 - Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação

Assessoria de Gestão de Resultados (ASGER)	A Assessoria elabora e gerencia o Planejamento Estratégico da EPL, bem como realiza a gestão de processos e resultados da EPL; acompanha e avalia os resultados do PNLI; elabora as metas do PNLI e demais planos de desenvolvimento logístico; mapeia, documenta e mantém atualizada a cadeia de processos da EPL, além de coordenar a elaboração dos Relatórios de Gestão, de Prestação de Contas Anual e de Administração da EPL.	Julian Marcondes Viana de Assis	Assessor IV	24/02/2014 até o momento
Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)	O Escritório dá suporte ao planejamento e acompanhamento de projetos; realiza o monitoramento e controle com as equipes e gerentes do projeto; bem como atualiza cronogramas, orçamentos e escopos de projetos; e realiza as medições de desempenho.	Luiz Alberto Gomes Grande	Assessor Técnico I	24/02/2014 até 01/04/2015

1.4 Macroprocessos finalísticos

A estruturação da EPL foi planejada de forma que a empresa pudesse ser considerada uma referência a ser seguida no setor público, apresentando, para tanto, quadro de pessoal reduzido, com processos de trabalhos modernos, eficientes e adequados. Assim sendo, a partir de 2012, foi desenvolvido, em suporte à Diretoria Executiva e aos empregados da empresa, projeto para estruturação da empresa.

Este Projeto foi repartido em duas grandes frentes: Definição da Estrutura Organizacional da EPL e Planejamento e Implantação dos seus Processos de Trabalho Prioritários.

No ano de 2014, a EPL continuou com a implantação dos processos considerados prioritários e o acompanhamento dos indicadores definidos, com o objetivo de verificar o alcance das metas e identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas entre outros.

Este trabalho foi realizado por meio de reuniões operacionais mensais com gerentes e empregados da empresa envolvidos na implantação e desenho dos procedimentos, padrões gerenciais, regulamentos e indicadores de resultados específicos. Posteriormente, foram realizadas reuniões táticas com os diretores responsáveis por um conjunto específico de processos, possibilitando a identificação de dificuldades e a discussão de soluções. E, por fim, reuniões estratégicas com o presidente e os diretores da Empresa, que foram feitas para discutir prazos e meios para solucionar os problemas e estabelecer novas diretrizes quando necessário.

Os processos finalísticos que se destacaram no ano de 2014 foram: Elaborar PNLI; Classificar Sistemas de Transporte; Desenvolver Soluções Tecnológicas; Obter e Manter Licenças Ambientais; Conceber Projetos; Planejar Implantação de Projetos; Controlar Projetos EPL; e Acompanhar Projetos de Outros Órgãos.

Nesse sentido, apresentamos, a seguir, o estágio da implantação dos macroprocessos finalísticos destacados, bem como descrevemos, resumidamente, as atividades relacionadas a cada um deles.

a) Elaborar Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

O PNLI não constitui apenas um plano com propostas de investimentos em infraestrutura, mas representa um salto na capacidade intelectual do Governo para estudar os resultados das políticas de transportes. No desenvolvimento do Plano, a EPL vem adquirindo, progressivamente, o domínio das técnicas de simulações de redes de transportes, construção de cenários, avaliação de impactos de diferentes tipos de intervenções e proposição de novas soluções em logística de transportes.

Para a execução do PNLI, em 2014, a EPL implantou um sistema de simulação da rede, realizou o cadastro da infraestrutura existente e respectiva projeção de tráfego e carga, além de criar uma padronização para projetos futuros. Ainda com as informações coletadas, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram elaboradas as matrizes de origem/destino de cargas, para o ano base, e desenvolvidas projeções para diversos horizontes futuros, até o ano de 2035.

Em relação ao macroprocesso inicialmente previsto, tais ações, correspondem à realização das seguintes etapas no ano de 2014:

- (i) Banco de Dados Consolidado e Relatório Técnico da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa da pesquisa em aeroportos;
- (ii) Rede Multimodal Georreferenciada e Relatório com a metodologia de elaboração;
- (iii) Matriz Insumo x Produto;
- (iv) Ferramenta desenvolvida em plataforma VBA (Excel) com os modelos de geração das Curvas de Frete;
- (v) Relatório com a metodologia de elaboração das curvas de Frete (impedâncias) para Macrossimulação;
- (vi) Banco de Dados OD e VMD da 2ª etapa da pesquisa rodoviária;
- (vii) Matrizes de OD - horizonte base e projeções – cargas; e
- (viii) Relatório com a metodologia de elaboração das matrizes OD – cargas.

Destaca-se que o mapeamento inicial do PNLI foi realizado de forma conceitual, dado a maturidade inicial da empresa para execução do Plano. Assim sendo, as ações e fluxos dispostos no desenho e no Plano de Implantação do Processo (PIP) do processo proposto (“to be”) foram estimados pela equipe técnica competente da EPL. No entanto, durante a execução das ações relacionadas ao processo, percebeu-se que, na prática, algumas etapas estabelecidas não eram factíveis para o nível inicial de maturidade da empresa.

Dessa forma, considerando sua relevância e particularidade, para melhor acompanhar seu desenvolvimento e resultados, decidiu-se que seria adequado proceder com a execução do PNLI, acompanhando-o como um projeto, para, após a conclusão do primeiro Plano, redesenhar o processo, incorporando melhorias ao mapeamento.

A EPL aderiu, ao final de 2014, à Ata de Registro de Preços do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para contratação de empresa de consultoria especializada na prestação de serviços consultoria de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas para melhoria, suporte técnico e transferência de conhecimento.

Após a conclusão do projeto do PNLI, a empresa contratada irá apoiar a EPL no redesenho, implantação monitorada, estabelecimento e acompanhamento de indicadores e metas para os processos relacionados à sua elaboração.

b) Classificar Sistemas de Transporte

A Classificação de Sistemas de Transporte incorpora a definição de padrões de serviços, negócios, tecnologias e infraestrutura. Tais padrões, quando identificados, auxiliam na elaboração de Projetos Preliminares de Engenharia (PPE), Projetos Preliminares de Serviços (PPS) e Projetos Preliminares de Viabilidade (PPV) necessários para o detalhamento das intervenções constantes do PNLI.

Em suma, os PPE, PPS e PPV constituem um instrumento que possibilita maior precisão nas decisões sobre os investimentos propostos, maximizando a qualidade dos serviços e minimizando os desvios dos custos estimados e o descumprimento de prazos devido a adequações de projetos. Garante-se, por fim, respeito integral à conservação ambiental e ao desenvolvimento da sociedade.

No decorrer de 2014, foi elaborada a definição das classes de desempenho e sua consolidação para os seguintes modais: rodovia, porto, hidrovias, aeroporto e ferrovia, o que representou a evolução da implantação do processo de 43% (quarenta e três por cento) para 84% (oitenta e quatro por cento).

c) Desenvolver Soluções Tecnológicas

Este processo tem por objetivo permitir à EPL o desenvolvimento, a transferência e a absorção de soluções tecnológicas aplicadas ao sistema de desenvolvimento logístico e de mobilidade.

Ao longo de 2014, foram elaborados e concluídos todos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) previstos no PIP: (i) Formalização e Descrição de Demanda por Desenvolvimento de Solução Tecnológica; (ii) Pré-projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Solução Tecnológica Elaborado; (iii) Registro de Patentes e Marcas; (iv) Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Tecnológico; e (v) Plano de Transferência Tecnológico Elaborado. Com isso, o referido processo encontra-se implantado.

Vale salientar que, em 2014, não houve demandas para o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma que os indicadores deste processo não foram medidos.

d) Obter e Manter Licenças Ambientais

Cabe destacar que a EPL possui competência prevista no art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012, para efetuar o licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura.



Assim, foi mapeado o processo de licenciamento ambiental com o objetivo de dotar a EPL de procedimentos adequados que permitam à empresa elaborar e contratar estudos de impacto ambiental e obter e manter as licenças ambientais para os empreendimentos indicados pelo Governo Federal.

Ao longo do ano de 2014, o processo de licenciamento teve seu PIP concluído e passou a ser monitorado por meio de indicadores de desempenho.

No referido ano, seguindo os procedimentos estabelecidos, foram protocolados nos respectivos órgãos licenciadores e executados os estudos ambientais das seguintes rodovias: (i) BR-050/GO-MG; (ii) BR – 060-153-262/ GO-DF-MG; (iii) BR – 163/ MT; (iv) BR – 163/ MS; (v) BR – 040/ MG-GO-DF; bem como, foram abertos, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), processo de licenciamento das ferrovias que constam nos PMI do Governo Federal.

Tais ações foram executadas em conformidade ao estabelecido neste processo finalístico, bem como foram monitoradas em relação ao seu desempenho.

e) Planejar Implantação de Projetos, Controlar Projetos EPL e Acompanhar Projetos de Outros Órgãos

Estes 3 (três) processos envolvem o planejamento e acompanhamento da implantação de projetos da EPL e de outros órgãos.

Estes processos foram concluídos e suas ações foram centralizadas no EGP, o qual possui competência para controlar prazos, custos, qualidade, bem como outros indicadores selecionados para os projetos. O EGP também garante a avaliação e o controle dos resultados dos projetos encerrados.

O modelo de controle adotado pelo EGP é similar àquele utilizado para o monitoramento dos processos de negócio da EPL, por meio do qual são realizadas reuniões estratégicas com a alta direção da empresa, táticas com diretores responsáveis por um conjunto de projetos, e operacionais com os gerentes e empregados.

Os projetos mapeados e que se destacaram em 2014 foram os seguintes: TAV; PNLI; Observatório Nacional de Transporte; Licenciamentos Ambientais do PIL; Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); Regulamento do Operador Ferroviário; Ligação FIOL – FICO; Metodologia de Cálculo do Custo Ferroviário; Estrutura Definitiva do Quadro de Pessoas; e Gestão Documental.

No Quadro A.1.4, estão descritos, de forma sucinta, os macroprocessos finalísticos que foram acima detalhados, relacionando os principais produtos e serviços gerados, principais clientes e parceiros e as unidades técnicas diretamente responsáveis.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Elaborar Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)	Elaborar o Plano Nacional de Logística Integrada	Plano Preliminar de Serviços (PPS); Plano Preliminar de Engenharia (PPE); Plano Nacional de Logística Integrada Proposto; Dados Georreferenciados EPL	MT; CONIT.	DPL; GPNLI; EGP; GELOG; GEINF; GEPDL; GEMAB; ASGER.
Classificar Sistemas de Transporte	Classificar o desempenho dos componentes do sistema de transportes para análise e identificação de oportunidades de desenvolvimento logístico.	Classes de operação por modal; Classificação dos sistemas de transportes	MT; Gerências da EPL.	DPL; GPNLI; GEPDL; GELOG; Comitê Técnico EPL.
Desenvolver Soluções Tecnológicas	Promover o desenvolvimento, a transferência e a absorção de soluções tecnológicas aplicadas ao sistema de desenvolvimento de logística e mobilidade.	Tecnologias desenvolvidas	MT; CONIT; EPL.	DPL; GPDТ; Responsáveis por identificação de demandas e oportunidades; Instituições de Apoio ao Desenvolvimento, Parceiros para Desenvolvimento; Empresa para Absorção de Tecnologia.
Obter e Manter Licenças Ambientais	Elaborar estudos de viabilidade ambiental, obter e manter as licenças ambientais para os empreendimentos EPL, ou de outros órgãos que necessitem deste serviço, viabilizando projetos que visem o desenvolvimento da logística e da mobilidade.	Licenças obtidas; Riscos ambientais gerenciados; Informações e dados sobre os licenciamentos ambientais	MT; EPL.	GEMAB; Empresa Contratada; Órgãos Licenciadores; Demais órgãos envolvidos no licenciamento de projetos.
Planejar Implantação de Projetos	Planejar as atividades do projeto e seus relacionamentos para garantir o alcance de seus objetivos.	Plano do Projeto	MT; EPL,	EGP DIREX Áreas Técnicas envolvidas no projeto.
Acompanhar Projetos de Outros Órgãos	Acompanhar a implantação dos projetos do PNLI visando atender ao prazo, escopo e qualidade planejados.	Relatório de acompanhamentos dos projetos; Diretrizes para os projetos; Resultado dos acompanhamentos dos projetos.	MT; EPL; Outros órgãos.	EGP DIREX Áreas Técnicas envolvidas no projeto.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 2.1 Estrutura de Governança; 2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 2.3 Sistema de Correição; 2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos; e 2.5 Remuneração paga a Administradores.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 90/2014, estão indicados abaixo parte dos itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

2.5 Remuneração para a Administradores
Quadro A.2.5.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores
Justificativa: Diante das características de constituição da EPL, não se aplica o conceito de remuneração variável, motivo pelo qual a remuneração aplicada aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL refere-se somente ao valor relativo ao desempenho da função definido anualmente em função de instrumentos normativos, portarias e/ou decretos das autoridades competentes (DEST/MP, Ministério Supervisor) que tratam do assunto especificamente.

2.1 Estrutura de Governança

A Governança no setor público abrange as esferas de liderança, estratégia e controle alinhadas com a finalidade de avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão da instituição. A partir desse entendimento, a estrutura de governança corporativa da EPL inclui:

- (i) Conselho de Administração (CONSAD);
- (ii) Diretoria Executiva (DIREX), composta pela Presidência (PRESI), Diretoria de Planejamento (DPL) e Diretoria de Gestão (DGE);
- (iii) Conselho Fiscal (CONFIS);
- (iv) Auditoria Interna (AUDINT);
- (v) Auditoria Independente, de caráter técnico e consultivo;
- (vi) Comitês de Apoio à Governança; e
- (vii) Sistema de Correição.

O Estatuto Social da EPL, respaldado por sua Assembleia Geral, descreve que a administração da Empresa é exercida pelo CONSAD e pela DIREX. Abaixo, seguem as competências, forma de atuação e atribuições de cada instância.

a) Conselho de Administração (CONSAD)

Ao CONSAD da EPL cabe:

I – fixar a orientação geral dos negócios da EPL e aprovar, para cada exercício social, os planos gerais da sociedade;

II – praticar os atos inerentes às suas atribuições;



III – deliberar e submeter à Assembleia Geral:

- a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração da EPL;
- b) a proposta de destinação de lucros ou resultados; e
- c) a proposta de aumento de capital, o preço e as condições de emissão, subscrição e integralização de ações.

IV - aprovar as normas gerais de licitação e contratação para aquisição de bens e realização de obras e serviços;

V - aprovar o regulamento de licitação e contratação de obras, bens, serviços, compras e alienações de interesse da EPL, disciplinando, inclusive, a baixa dos inservíveis;

VI - aprovar o regulamento para a contratação de pessoal permanente da EPL por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, aplicando-se o regime jurídico da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e respectiva legislação complementar;

VII - eleger e destituir, a qualquer tempo, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da EPL;

VIII - autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios ou representações;

IX - apreciar e submeter à Assembleia Geral a alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação dos serviços ferroviários, bem assim a constituição de ônus reais sobre eles;

X - autorizar a contratação de auditores independentes;

XI - implementar a avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, segundo critérios previstos no respectivo Regimento Interno;

XII - decidir sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva;

XIII - aprovar norma disciplinando a concessão de férias aos membros da Diretoria Executiva, observada a legislação vigente, facultada a conversão em espécie, desde que observado o montante global da remuneração aprovado pela Assembleia Geral, sendo vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo;

XIV - conceder licença ao Diretor-Presidente;

XV - deliberar sobre os valores acima dos quais os atos, contratos, convênios e operações a serem firmados pela EPL, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas no inciso VI, do art. 31 do Estatuto Social, deverão ser submetidos à prévia autorização do Conselho de Administração;

XVI - deliberar sobre o orçamento anual, o programa de investimentos da EPL e o plano plurianual;



XVII – acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades da EPL na execução do plano plurianual e dos contratos e convênios por ela firmados;

XVIII – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e papéis da EPL, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados ou em vias de celebração, aditivos contratuais e de quaisquer outros atos praticados pelos dirigentes, bem como sobre as providências adotadas pela administração relativas às diligências do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;

XIX – fiscalizar o cumprimento dos planos, programas e diretrizes definidas para a EPL;

XX – deliberar sobre a proposta apresentada pela Diretoria Executiva de quadros quantitativos de pessoal, planos de criação de cargos, carreiras, remuneração, benefícios e vantagens e submetê-la ao Ministério dos Transportes;

XXI – autorizar a celebração de acordos de acionistas ou renúncia a direito neles previstos ou ainda a assunção de quaisquer compromissos de natureza societária, mediante prévia anuência do Ministro da Fazenda;

XXII – promover, ao menos uma vez ao ano, sessão executiva, sem a presença do Diretor-Presidente da EPL, para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT);

XXIII – deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, a respeito do patrocínio de entidade de previdência privada complementar, aos empregados do quadro da EPL, nos termos do art. 16, da Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2011;

XXIV – aprovar o regulamento próprio de procedimento simplificado de que trata o art. 6.º da Lei 12.404, de 2011, proposto pela Diretoria Executiva; e

XXV – decidir sobre os casos omissos do Estatuto Social.

b) Diretoria Executiva (DIREX)

À DIREX da EPL compete:

I – propor ao Conselho de Administração quadro do quantitativo de pessoal, planos de criação de cargos, carreiras, remuneração, benefícios e vantagens, bem como o conjunto de normas específicas para contratação de pessoal permanente da EPL por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, aplicando-se o regime jurídico da CLT e respectiva legislação complementar;

II – exercer os poderes e atribuições que a lei, o Estatuto Social e Regimento Interno lhe conferem para a administração geral e gestão das atividades da EPL;

III – propor ao Conselho de Administração as políticas, diretrizes, planos, programas e orçamentos, bem como suas alterações;

IV – elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras, a proposta de distribuição de dividendos, inclusive os intermediários e a aplicação de recursos excedentes, a serem submetidos



à apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com vistas à deliberação pela Assembleia Geral;

V – submeter ao Conselho de Administração os assuntos de sua competência, bem como as consultas sobre matérias de sua alçada que julgar conveniente formular;

VI – dentro da sua alçada de valores:

a) aprovar as indenizações para liquidação de desapropriações necessárias à execução de serviços e obras que atendam aos objetivos da EPL, devendo apresentar ao Conselho de Administração, trimestralmente, relatório circunstanciado sobre as indenizações ocorridas no período;

b) autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a EPL;

c) autorizar a contratação de empréstimos e a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

d) autorizar a contratação de seguros, obras, serviços, projetos, pesquisas e profissionais autônomos no interesse da EPL; e

e) autorizar a aquisição de bens imóveis, bem assim a alienação e oneração de bens do ativo permanente, não vinculados à prestação de serviços ferroviários.

VII – submeter ao Conselho de Administração proposta de alteração do regimento interno, bem como de abertura, transferência ou encerramento de escritórios ou representações observada a Lei nº 12.404, de 2011;

VIII – propor ao Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral, nos casos previstos em lei e no Estatuto Social;

IX – elaborar proposta de regulamento próprio disciplinando o procedimento simplificado de que trata o art.6º da Lei nº 12.404, de 2011, que, após aprovado pelo Conselho de Administração, será publicado no Diário Oficial da União;

X – encaminhar ao Ministério dos Transportes as demonstrações financeiras e contábeis e as contas anuais da EPL, após aprovação do Conselho de Administração;

XI – encaminhar pedido de anuência ao Ministério da Fazenda no caso estabelecido no inciso XX do art. 3º e no inciso XXI do art. 19 Estatuto Social;

XII – deliberar sobre assunto que lhe submeta o Diretor-Presidente ou qualquer Diretor, bem como quaisquer outras atribuições não reservadas ao Conselho de Administração;

XIII – elaborar norma disciplinando a concessão de férias aos membros da Diretoria Executiva, a ser submetida ao Conselho de Administração, observada a legislação vigente, facultada a conversão em espécie, desde que observado o montante global da remuneração aprovado pela Assembleia Geral, sendo vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo; e



XIV - decidir sobre os casos omissos deste Regimento Interno.

c) Conselho Fiscal (CONFIS)

Ao CONFIS compete:

I – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II – opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da EPL, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EPL;

VII – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar, após deliberação do Conselho de Administração;

VIII – exercer suas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

IX – pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

X – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações;

XI – elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XII – fornecer aos acionistas informações sobre matérias de sua competência, sempre que solicitadas; e

XIII - os membros do conselho fiscal, ou ao menos um deles, deverão comparecer às reuniões da Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

d) Auditoria Interna

Conforme disposto no Regimento Interno da EPL, são atribuições da AUDINT:



I - Assessorar tecnicamente a alta direção da empresa no que se refere à atividade da administração pública, propondo ações corretivas quando as evidências de auditoria assim o exigirem;

II - Acompanhar o cumprimento das metas do planejamento plurianual no âmbito da empresa, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento a conformidade de sua execução;

III - Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

IV - Avaliar e propor medidas saneadoras, voltadas para a eliminação e/ou mitigação dos riscos internos e externos identificados nas ações de auditoria e em análises prospectivas complementares;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria de natureza especial, não previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria, assim como elaborar estudos e relatórios específicos, por demanda dos Conselhos, de Administração, Fiscal e de membros da Diretoria Executiva;

VI - Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU; e

VIII - Examinar e emitir parecer conclusivo sobre a Prestação de Contas anual da EPL e sobre Tomada de Contas Especial no que se refere ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo.

e) Auditoria Independente

Conforme disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a Empresa deve apresentar, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. Dessa forma, o serviço de Auditoria Independente é periodicamente contratado de forma a emitir parecer sobre a adoção de boas práticas contábeis pela EPL.

No exercício de 2014, a Auditoria Independente, por meio do Contrato Administrativo nº 28/2014, executou os serviços de auditoria, exame e avaliação de balancetes contábeis; exame da movimentação financeira em geral; análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais ativos e passivos, e sua compatibilidade com o resultado patrimonial do exercício; análise dos balancetes, balanço e demais demonstrações contábeis, quanto aos aspectos técnicos e formais; verificação de retenções e recolhimentos de tributos e contribuições, com as respectivas declarações; assessoramento técnico especial, entre outros.

f) Comitês de Apoio à Governança

Os Comitês são instâncias fundamentais para assegurar transparência e representatividade dentro da Empresa. Possuem caráter colegiado e deliberativo. A EPL dispõe de dois Comitês, conforme descritos a seguir.

(i) Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações

A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) determina a criação e pleno funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações nos órgãos e empresas públicas, no sentido de subsidiar as decisões concernentes à área, especialmente na elaboração do Plano Diretor da área de tecnologia. A EPL é instituição aderente ao Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP) desde 2012.

O Comitê de TI tem por finalidade decidir sobre políticas, diretrizes, planejamento e ações relacionadas aos recursos de TI em âmbito interno. Dentre suas competências, destacam-se a promoção do alinhamento entre as atividades de TI e as estratégias de negócio da EPL, além da priorização e coordenação dos investimentos e projetos de TI.

(ii) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

A Instrução Normativa nº 01 proveniente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) disciplina a gestão de segurança da informação e comunicações na APF direta e indireta, recomendando a instituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da EPL foi instituído em 2014 e tem por finalidade fomentar a aplicação das melhores práticas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) em âmbito interno. Dentre suas atribuições, ressaltam-se a avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de SIC e recomendação de projetos ou medidas com vistas ao aperfeiçoamento de normas, padrões técnicos e administrativos, objetivando propiciar melhoria no desempenho das atividades da Empresa.

g) Sistema de Correição

Em relação à adoção de procedimentos internos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, cabe mencionar que a EPL adota o Código de Ética da Presidência da República - Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Este assunto será tratado no item 2.3 Sistema de Correição deste Capítulo.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estratégia de atuação da Auditoria Interna (AUDINT)

A AUDINT, conforme rege o art. 39 do Estatuto Social da EPL, é hierarquicamente subordinada ao CONSAD e administrativamente à Presidência.

Está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002.



Os trabalhos foram desenvolvidos apenas na sede da empresa pela inexistência de outras unidades ou subunidades e realizados em consonância com o PAINT/2014 aprovado pelo Conselho de Administração da EPL conforme Ata da Sessão Executiva, de 19 de dezembro de 2013. O referido PAINT foi encaminhado à Controladoria Geral da União (CGU), nos termos da IN/CGU nº 07/2006.

A estratégia de atuação da AUDINT teve como base um conjunto de procedimentos tecnicamente normatizados, que funcionaram por meio de acompanhamento de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas de forma a garantir a legalidade e a legitimidade dos atos, bem como o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão, com o objetivo de agregar valor ao resultado da empresa.

De acordo com o item 4.1 do Manual de Auditoria Interna da EPL, aprovado pela Resolução nº01, de 21 de novembro de 2014, a AUDINT deve alcançar todas as unidades organizacionais da EPL, estruturando os seus processos de trabalho por exames amostrais.

Além das atribuições previstas no art. 39 do Estatuto Social da EPL, e no art. 25 do Regimento Interno, incumbem à AUDINT outras também previstas em legislações, tais como: Lei nº 10.180/2001, Decreto nº 3.591/2000.

O atendimento e o cumprimento das demandas oriundas da CGU/Secretaria Federal de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União (TCU) pela EPL foram acompanhados. Desta maneira, o apoio ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal deu-se pelo fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados e no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

b) Informações Quantitativas e Qualitativas das Auditorias Realizadas no Exercício de 2014

As auditorias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. De acordo com o planejamento, na área meio foram realizadas Auditorias Ordinárias (AO), com ações nas áreas de Gerência de Suprimentos (GESUP), Gerência de Pessoas (GEPES), Gerência de Finanças (GEFIN) e Gerência de Tecnologia da Informação (GETIC) e na área fim na à Gerência de Meio Ambiente (GEMAB).

Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria. As vulnerabilidades encontradas, além de ser objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria levadas a termo no próximo exercício.

O trabalho referente à GEMAB foi iniciado, entretanto, diante dos trabalhos efetuados pelo TCU sobre o assunto bem como a criação por parte da Diretoria Executiva de um Grupo de Trabalho para elaborar parecer técnico avaliando os processos de licenciamento ambiental e dar suporte aos programas de concessões de rodovias e ferrovias do Governo Federal haveria um retrabalho e/ou superposição de atuação, sendo avaliado pela suspensão e inserção do trabalho no próximo exercício.

Complementando as auditorias ordinárias, por força das competências regimentais da AUDINT, foram realizadas duas Auditorias Especiais (AE), que não estavam contempladas no PAINT/2014, porém devido à especificidade do assunto e indicação do CONFIS foram realizadas e identificadas no Relatório de Auditoria nº 001/2014-AE-AUDINT/EPL e Relatório de Auditoria nº 002/2014-AE-AUDINT/EPL, respectivamente de diárias e passagens e das providências adotadas a partir das recomendações exaradas no exercício de 2013 e 2014.

Foram elaboradas duas Notas Técnicas para avaliação do acompanhamento de auditoria específica realizada no ano de 2013 e manifestação desta Auditoria Interna quanto às providências adotadas a partir das recomendações, bem como, das proposições decorrentes de medida cautelar determinada pelo TCU – Notas Técnicas nº 01 e 010/2014/AUDINT/EPL.

Duas Notas de Auditoria também foram elaboradas atendendo solicitação do CONFIS, a fim de subsidia-los em questões afetas à reconhecimento de dívida por parte da área de Finanças da Empresa e à questão relativa ao potencial risco de passivo trabalhista que, sem a devida observância e adoção de céleres providências, poderão acarretar prejuízos financeiros para a EPL.

Tabela 1 - Notas emitidas pela Auditoria Interna – Exercício 2014

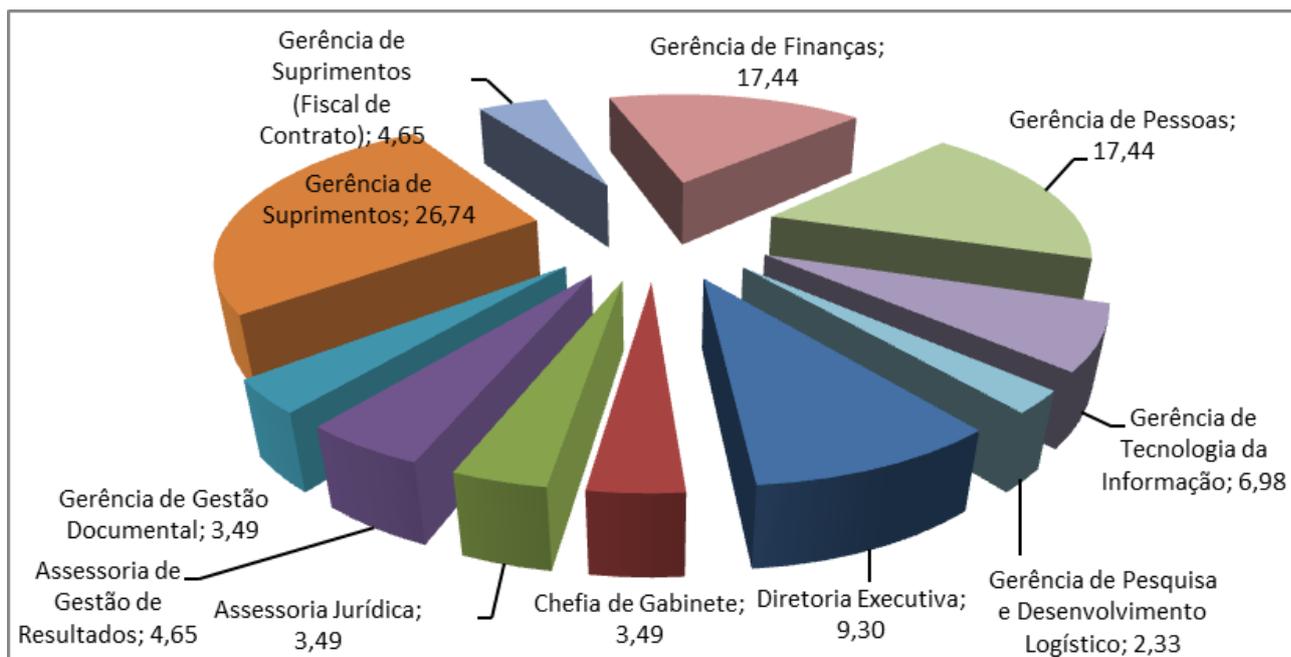
TIPO	ESCOPO/OBJETIVO	ÁREA
Nota de Auditoria nº		
01/2014/ AUDINT/EPL	Manifestação com relação a pagamentos mediante Reconhecimento de Dívida a partir das informações prestadas pela Gerência de Finanças inseridas no Memorando nº 054/2014 GEFIN/DGE de 19 de outubro de 2014. Atender o Conselho Fiscal Ata 27ª de 24.10.2014.	GEFIN
02/2014/ AUDINT /EPL	Manifestação com relação a potencial risco de passivo trabalhista. Atender o Conselho Fiscal Ata 27ª de 24.10.2014.	GEPES
Nota Técnica nº		
01/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000066/2012. Pronunciamento a respeito das providências adotadas a partir das recomendações constantes no Relatório nº 01/2013-RE-AUDINT/EPL e da Ata de 23.08.2013 do Conselho de Administração. Apreciação do Relatório Final da Comissão de Avaliação do Contrato nº 021/2012	GESUP
02/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000355/2013. Elaboração do EIA/RIMA, PBA, ASV, acompanhamento do processo de licenciamento ambiental para regularização e duplicação das rodovias federais BR-153/MG do KM 58 ao KM 246,7 e BR-162/MG do KM 436,4 ao KM 906. Atender ao Conselho Fiscal Ata 19ª de 24/02/2014.	GEMAB
03/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000354/2013. Elaboração do EIA/RIMA, PBA, ASV, ECI, para acompanhamento do processo de licenciamento ambiental para regularização e duplicação da rodovia federal BR-163/MS do KM 0,0 ao 847,2. Atender ao Conselho Fiscal Ata 19ª de 24/02/2014.	GEMAB
04/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000434/2014. Regulamento Interno. Proposta de Norma sobre Estágio Supervisionado. Solicitação da Gerência.	GEDOC
05/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000149/2013. Regulamento Interno. Proposta de Norma sobre Viagens a Serviço na EPL. Solicitação da Gerência.	GEDOC
06/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000422/2014. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em auditoria independente. Análise da Minuta de Edital e seus anexos.	GEDOC

07/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000127/2014. Edital RDC 006/2013. Nota Técnica 05/2014 da Gerência de Suprimentos que analisa os procedimentos para a penalização da empresa OIKOS Pesquisa Aplicada LTDA. Analisar os procedimentos adotados.	GESUP
08/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000128/2014, Edital RDC 006/2013. Nota Técnica 04/2014 da Gerência de Suprimentos que analisa os procedimentos para a penalização da empresa HOLLUS Serviços Técnicos Especializados LTDA. Analisar os procedimentos adotados.	GESUP
09/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000129/2014, Edital RDC 006/2013. Nota Técnica 05/2014, da Gerência de Suprimentos que analisa os procedimentos para a penalização da empresa MPB Saneamento LTDA. Analisar os procedimentos adotados.	GESUP
10/2014/ AUDINT/EPL	Processo nº 50840.000066/2012, Contrato nº 021/2012. Manifestações apresentadas pelo Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun em decorrência da Medida Cautelar determinada pelo TCU, para suspensão do contrato com a EPL. Analisar as informações e procedimentos adotados.	GESUP

Conforme decisão da equipe diretiva da Empresa, os esclarecimentos, justificativas e/ou implementação das recomendações de auditoria estão sendo encaminhados à AUDINT via memorando da DGE, após anuência do Diretor. Assim, teve-se a precaução de avaliar não apenas as respostas, mas os documentos que subsidiam cada esclarecimento. Sendo as recomendações exaradas em relatório de auditoria, catalogadas e verificadas em seus status, de forma periódica.

A representatividade do número de recomendações por programa de auditoria (Figura 3) identifica que os programas que demandaram um número maior de recomendações foram os Programas de Auditorias do antigo Núcleo de Gestão atual GESUP, representando 31% (trinta e um por cento) do total de recomendações, indicando que essa área apresentou uma maior fragilidade nos seus sistemas de controles internos.

Figura 3 - Percentual de Recomendações por Programa de Auditoria



c) Demonstração da Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

Para o exercício de 2014, foram programadas 9 (nove) ações de auditoria, sendo 3 (três) trabalhos executados em 2 (duas) etapas uma no primeiro e outra no segundo semestre.

Entretanto, diante da alegação das unidades da falta de espaço temporal para implementação das recomendações dos relatórios do exercício de 2013 ocorreram troca de unidades auditadas e distanciamento entre as auditorias.

A intempestividade na apresentação da implementação das recomendações dos exercícios anteriores tornariam os novos trabalhos tão somente em ratificadores das constatações. Dessa forma, conclui-se pela realização da Auditoria Especial nº 002 identificando as recomendações que careciam, ainda, de providências.

A tabela a seguir demonstra as atividades realizadas pela Auditoria Interna no decorrer do exercício de 2014, tendo por base o aprovado no PAINT.

Tabela 2 - Atividades da Auditoria Interna realizadas – PAINT/2014

Ação	Relatório	Período
Concessão de Diárias e Passagens	01/2014-AE-AUDINT/EPL	06 a 29/01
Relatórios de Auditoria – Recomendações pendentes 2013 e 2014	02/2014-AE/AUDINT/EPL	02 a 25.08
Gestão de Logística	01/2014-AO-AUDINT/EPL	10/02 a 12/03
Gestão de Pessoas	02/2014-AO/AUDINT/EPL	03.02 a 03.04
Contabilidade, Finanças e Orçamento.	04/2014-AO-AUDINT/EPL	08/09 a 03/10
Gestão Tecnologia da Informação	05/2014-AO-AUDINT/EPL	13/10 a 07/11

Dos trabalhos realizados, um conjunto de fatos foi identificado que, a critério desta unidade de auditoria, fugiram ao padrão de normalidade gerando recomendações às diversas unidades da Empresa e ao núcleo diretivo, como pode ser observado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Distribuição das Recomendações dos Relatórios de Auditoria

Posição: 31.12.2014

ÁREA	SITUAÇÃO				Total
	Atendida	Em Andamento	Não Atendida	Aguardando Providências	
Diretoria Executiva	4	2	1	1	8
Chefia de Gabinete	-	-	-	3	3
Assessoria Jurídica	1	-	-	2	3
Assessoria de Gestão de Resultados	-	4	-	-	4
Gerência de Gestão Documental	-	1	-	2	3
Gerência de Suprimentos	9	4	5	5	23
Gerência de Suprimentos (Fiscal de Contrato)	4	-	-	-	4

Gerência de Finanças	-	-	-	15	15
Gerência de Pessoas	2	8	4	1	15
Gerência de Tecnologia da Informação	1	4	1	-	6
Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico	-	-	1	1	2
Total	21	23	12	30	86
Fonte: Acompanhamento das Recomendações – Auditoria Interna					

Como pode ser observado na Tabela acima das 86 (oitenta e seis) recomendações, somente 21 (vinte e uma) foram atendidas pelas unidades administrativas, o que corresponde a 24% (vinte e quatro por cento).

Dentre os trabalhos de auditoria executados ao longo do exercício de 2014, destacamos as recomendações mais relevantes por Unidade Administrativa auditada:

Tabela 4 – Recomendações Relevantes do exercício de 2014

Recomendação	Providência do Auditado	Situação 2014	Observações Relevantes
01/2014-AE-AUDINT/EPL - Diárias e Passagens			
Recomendação nº 01: Aprovar tempestividade a Norma referente ao Processo de Diárias e Passagens, para fins de divulgação e implementação no âmbito da EPL.	Última versão da norma referente ao Processo de Diárias e Passagens foi enviada para aprovação da GEFIN. Aguarda-se retorno para dar prosseguimento.	Em andamento	A recomendação já foi atendida. Em 13 de março de 2015, foi publicada a Norma Interna nº 01 referente à Viagem a Serviço.
Recomendação nº 04: Identificar, de forma descentralizada, os recursos provisionados para diárias e passagens no orçamento da EPL com detalhamento área por área como estruturado no Regimento Interno, a fim de destinar, mediante previsão de cada gestor interno, uma cota orçamentária a ser dispendida durante exercício, e que eventuais acréscimos só sejam aceitos mediante a competente justificativa com a anuência da Diretoria Executiva, propiciando um planejamento mais adequado, com maior transparência e compartilhamento orçamentário, facilitando os controles internos bem	A Diretoria de Gestão ao considerar o porte da empresa, achou não adequado atender à Recomendação da Auditoria Interna..	Não Atendida	A DIREX considera que não há necessidade de criação de Unidades Gestoras (UGs) próprias em cada Gerência, pois o orçamento da EPL é simples, resumido em 01 (uma) ação finalística e 02(duas) ações de suporte administrativo, com exceção de Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios aos Servidores. Ainda, há de se considerar o custo e a oportunidade para implantação de tal estrutura. Seria necessária estrutura similar à GEFIN e um ordenador de despesas para cada UG, o que provocaria uma extrema burocracia nos procedimentos orçamentários.

<p>como introduzindo a segregação orçamentária na EPL, fato esse que irá mitigar riscos e elevar a governança da instituição como um todo.</p>			
01/2014-AO-AUDINT/EPL – Gestão de Logística			
<p>Recomendação nº 01: que a Gerência de Gestão de Resultados elabore, com a celeridade que o assunto requer, o Regulamento Interno que versa sobre a Gestão de Bens Patrimoniais submetendo a apreciação da Alta Direção da Empresa para fins de aprovação, implementação e posterior divulgação no âmbito da EPL.</p>	<p>Os Regulamentos Internos que versam sobre a Gestão de Bens Patrimoniais e Bens de Consumo estão em elaboração. Não foi possível o cumprimento do prazo anteriormente estipulado. A Gerência de Suprimentos concluiu uma versão preliminar constante no Anexo 5, que foi encaminhada à GEDOC para análise e posterior encaminhamento à DIREX para aprovação.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>As normas referentes à gestão de bens patrimoniais já foram aprovadas e publicadas, conforme descrito a seguir.</p> <p>Norma Interna nº 6, de 30 de março de 2015 - Materiais Permanentes.</p> <p>Dispõe sobre os procedimentos gerais sobre materiais permanentes.</p> <p>Norma Interna nº 5, de 13 de março de 2015 - Materiais de Consumo.</p> <p>Dispõe sobre os procedimentos referentes aos Materiais de Consumo.</p>
<p>Recomendação nº 02: que a Gerência de Gestão de Resultados elabore Regulamento Interno que contemple critérios e a definição de procedimentos com relação ao controle de material de consumo submetendo a aprovação da Alta Direção da Empresa bem como a sua divulgação no âmbito da EPL.</p>	<p>Os Regulamentos Internos que versam sobre a Gestão de Bens Patrimoniais e Bens de Consumo estão em elaboração. Não foi possível o cumprimento do prazo anteriormente estipulado. A Gerência de Suprimentos concluiu uma versão preliminar constante no Anexo 5, que foi encaminhada à GEDOC para análise e posterior encaminhamento à DIREX para aprovação.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>As normas referentes à gestão de bens patrimoniais já foram aprovadas e publicadas, conforme descrito a seguir.</p> <p>Norma Interna nº 6, de 30 de março de 2015 - Materiais Permanentes.</p> <p>Dispõe sobre os procedimentos gerais sobre materiais permanentes.</p> <p>Norma Interna nº 5, de 13 de março de 2015 - Materiais de Consumo.</p> <p>Dispõe sobre os procedimentos referentes aos Materiais de Consumo.</p>

<p>Recomendação: em que pese a necessidade de recomendações por parte desta auditoria, deixamos de fazer as proposições devido a especificidade do assunto aliada à falta de profissional legalmente habilitado lotado nesta unidade de auditoria Interna para tal mister, porém, é necessário que sejam adotadas providências urgentes com vistas à atuação desta Empresa dentro dos parâmetros legais estipulados pelo Governo Federal.</p>	<p>Há demanda para a tomada de decisão final na implementação do Sistema SIADS, desenvolvido pela empresa SERPRO largamente utilizado pelas empresas públicas e de comprovada eficiência, inclusive, pela Alta Direção da Empresa. Assim sendo, que seja estruturado um cronograma para implantação do Sistema SIADS, identificando a celebração do Contrato com SERPRO, a identificação dos empregados responsáveis, o treinamento e qualificação e a entrada efetiva em operação da citada ferramenta, visando possibilitar um controle confiável, eficiente e eficaz a ser exercido pela Gerência de Suprimentos.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>O Processo nº 50840.000090/2015-18 para contratação do Sistema SIADS do SERPRO encontra-se sob avaliação da Assessoria Jurídica da EPL. Foi elaborado Plano de Trabalho que prevê as etapas de execução.</p>
<p>Recomendação nº 01: à Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Logístico diante da ausência de avaliação de outras unidades internas que adote as gestões necessárias para que sejam evitadas cláusulas conflitantes quando da elaboração de seus termos de referência.</p>	<p>As considerações apresentadas no Dossiê atualizado de Dezembro/2014, não guardam correlação com o assunto objeto recomendação. Como os modelos "a" a "i" identificados no item "I. Termos de Referência/Projeto Básico" não sofreram as adequações devidas.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>A EPL adota a padronização de contratos, editais de licitação e termos de referência. Tal medida visa impedir a existência de cláusulas conflitantes. Adicionalmente, todas as contratações da EPL são previamente analisadas pela Assessoria Jurídica.</p>
<p>Recomendação nº 02: que a Gerência de Suprimentos analise os termos de referência das áreas demandantes de forma circunstanciada com o intuito de evitar cláusulas conflitantes atentando para o tipo de modalidade que está sendo adotada.</p>	<p>As considerações apresentadas no Dossiê atualizado de Dezembro/2014, não guardam correlação com o assunto objeto recomendação. Como os modelos "a" a "i" identificados no item "I. Termos de Referência/Projeto Básico" não sofreram as adequações devidas.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>A recomendação já foi atendida. Todos os Projetos Básico e Termos de Referências passam por análise da Comissão de Licitação e da GESUP, ASGER e da Assessoria Jurídica.</p>
<p>Recomendação: à Gerência de Suprimentos para que agilize e adote providências visando prover a Empresa de ferramenta informatizada que possibilite à área responsável pelo patrimônio manter seus controles de forma segura, eficiente e eficaz, incluindo nessas ações a possibilidade de adesão ao Sistema Integrado de administração de</p>	<p>Carece que a Diretoria de Gestão atue de forma incisiva, tempestiva e eficiente para que o Sistema SIADS entre em operação o mais breve possível, entretanto, em função do que foi exposto nos Dossiês de Julho e Dezembro/2014, esta Auditoria Interna considera a Recomendação como "Em Andamento".</p>	<p>Em andamento</p>	<p>O Processo nº 50840.000090/2015-18 para contratação do Sistema SIADS do SERPRO encontra-se sob avaliação da Assessoria Jurídica da EPL. Foi elaborado Plano de Trabalho que prevê as etapas de execução.</p>

<p>Serviços - SIADS do Ministério da Fazenda, que é integrado ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, ferramenta esta já utilizada pela EPL.</p>			
<p>Recomendação nº 01: que a Gerência de Suprimentos se conjugue com a Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicações com vistas a agilizar a implantação desse Sistema de Controle para Materiais de Consumo.</p>	<p>Que a Gerência de Suprimentos, por meio da Assessoria de Resultados, faça um acompanhamento tempestivo para que o controle dos materiais de consumo seja eficaz e eficiente com a implementação do Sistema SIADS, bem como a minuta do Regulamento Interno entre em operacionalidade o mais breve possível, com as providências estão sendo adotadas conforme informações constantes dos Dossiês de Julho e Dezembro/2014.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>O Processo nº 50840.000090/2015-18 para contratação do Sistema SIADS do SERPRO encontra-se sob avaliação da Assessoria Jurídica da EPL. Foi elaborado Plano de Trabalho que prevê as etapas de execução.</p>
<p>Recomendação: à Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicações que adote medidas concretas e tempestivas visando prover a Área de Gestão de Contratos de um sistema informatizado de controle de contratos, diante da crescente demanda de instrumentos contratuais celebrados em função da vulnerabilidade dos controles atualmente utilizados pela citada área mediante a utilização de planilhas eletrônicas em Excel.</p>	<p>Em resposta é informado que para a implementação de melhorias há a necessidade da contratação de uma fábrica de software, em função da inexistência de funcionários capacitados na Gerência de Tecnologia da Informação para viabilizar a sua consecução. Neste sentido, adequado que a Gerência de Tecnologia da Informação proceda num levantamento quanto ao custo benefício em contratar uma empresa para fábrica de software para o caso em tela, bem como a sua efetividade ante a morosidade no processo licitatório, vez não é adequado controle via planilha em Excel podendo gerar falhas que possam vir a comprometer a Administração.</p>	<p>Não atendida</p>	<p>A recomendação encontra-se em andamento. A contratação de uma fábrica de software está em análise pela GESUP, com vistas à elaboração de minuta do contrato.</p>
<p>02/2014-AO-AUDINT/EPL – Gerência de Pessoas</p>			

<p>Recomendação: à Gerência de Pessoas, em articulação com a Diretoria de Gestão, submeta a Alta Direção da Empresa um Plano de Cargos Temporários e Salários para EPL, para avaliação e aprovação, bem como posterior encaminhamento ao DEST para cumprimento dos prazos tratados com aquela unidade de acompanhamento.</p>	<p>A proposição registrada pela Auditoria Interna diz respeito ao quadro temporário tendo em vista as distorções identificadas com colaboradores recebendo salários acima dos gerentes ou identificados pela Gerência de Pessoas de modo diverso ao contratado.</p>	<p>Não atendida</p>	<p>O DEST estabeleceu um Plano de Cargos e Salários Temporário até que a Empresa definisse o seu Plano permanente para posterior realização de concurso público. Dessa fora, a Diretoria entende desnecessária a elaboração de um Plano de Cargos e Salários Temporário. Cabe destacar que o Plano permanente já foi concluído.</p>
<p>Recomendação: à Gerência de Pessoas, em articulação com a Diretoria de Gestão, submeta a Alta Direção da Empresa a revisão dos valores que compõe a tabela de Cargos Comissionados para avaliação, aprovação e posterior encaminhamento ao DEST para cumprimento da legislação e da Constituição Federal, evitando, assim, eventuais passivos trabalhistas e judicialização por parte de ex-empregado.</p>	<p>Não consta o documento formal de encaminhamento ao DEST visando o reaja recomposição da tabela de remuneração retroativa a setembro de 2013, bem como a reiteração da cobrança formal de resposta definitiva daquele órgão quanto ao pleito. Como orientação a Alta Direção da Empresa é necessária a adoção de ações concretas para minimizar que a possibilidade de passivo trabalhista se torne realidade em função do não cumprimento da legislação vigente (CLT), fato que em face da ausência de ações e respostas concretas.</p>	<p>Não atendida</p>	<p>A EPL já solicitou e reiterou ao DEST pedido de revisão salarial. Cabe destacar que a EPL possui, atualmente, cargos comissionados temporários.</p>
<p>Recomendação nº 02: tendo em vista a vigência do novo Regimento Interno, que à Gerência de Pessoas identifique, revise e uniformize as informações inseridas no CAGED de modo a não gerar as distorções atualmente apresentadas.</p>	<p>A partir das justificativas apresentadas pela Diretoria de Gestão esta Auditoria Interna considera as Recomendações em pauta como "Em Andamento".</p>	<p>Em andamento</p>	<p>A EPL já revisou e padronizou as informações inseridas no CAGED.</p>
<p>Recomendação nº 03: que a Gerência de Pessoas promova estudos no intuito de ofertar à Diretoria de Gestão eventuais ações técnicas e administrativas para assegurar a isonomia funcional e remuneratória dos empregados da EPL, submetendo o tema à Diretoria Executiva para deliberação.</p>	<p>Com as justificativas apresentadas pela Diretoria de Gestão esta Auditoria Interna considera as Recomendações em pauta como "Em Andamento".</p>	<p>Em andamento</p>	<p>A DIREX já efetuou remanejamentos de cargos e pessoas de forma a assegurar a isonomia funcional e remuneratória dos empregados da Empresa.</p>

<p>Recomendação: à Gerência de Pessoas para que, em articulação com a Diretoria de Gestão, proponha à Diretoria Executiva revisão do pleito de concessão de Auxílio-creche junto ao DEST por haver recursos orçamentários para a demanda.</p>	<p>A Diretoria de Gestão se limitou a responder quanto à negativa do DEST quanto à concessão do Auxílio-Creche pleiteada pela EPL sem atentar para o disposto na Recomendação quanto à solicitação de reiteração do pleito junto ao DEST com base no disposto na Constituição Federal arts. 7º, XXV e 208, IV.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>A EPL reiterou o pleito para concessão de auxílio-creche junto ao DEST.</p>
<p>Recomendação nº 02: que a Assessoria de Gestão de Resultados em articulação com a Gerência de Gestão Documental e a Diretoria de Gestão, adote as providências necessárias em definir os cargos e eventuais profissionais que possam estar abrangidos pela legislação da Quarentena no âmbito desta Empresa, a fim de que nos próximos desligamentos de profissionais tanto a Empresa quanto as ações, projetos, planos, informações e estudos estejam resguardados no que tange a conflito de interesses e as informações privilegiadas.</p>	<p>Em resposta, informa que a EPL empreenderá estudos objetivando verificar a possibilidade de definição, por meio de normativo interno, dos cargos e/ou funções que estão sujeitos, de forma apriorística, aos ditames da Lei nº 12.813/13, com base na equiparação entre a estrutura atual e os cargos/funções elencados na referida lei.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>A recomendação já foi atendida conforme Carta nº150/2015/EPL.</p>
<p>Recomendação nº 03: que a Gerência de Pessoas em articulação com a Diretoria de Gestão e a Assessoria Jurídica, adote medidas efetivas e concretas estabelecendo parâmetros relativos à chamada Quarentena, no sentido de subsidiar a Diretoria Executiva da EPL, para o cumprimento da Lei nº 12.813/2013 e na Portaria Interministerial nº 333/2013, estabelecendo ações internas preventivas em dar ciência individualmente, com a respectiva identificação e observância por todos os empregados da Empresa, quanto ao sigilo funcional, ao conflito de interesses, as informações privilegiadas e</p>	<p>Em resposta, informa que ressaltamos que, não obstante a Lei nº 12813/13 ser dotada de aplicabilidade imediata (i.e. independer de regulamentação) bem como que o poder de regulamentar tal matéria ser atribuição do Chefe do Poder Executivo, será elaborada uma cartilha interna, orientando os empregados como proceder no caso de desligamento. Tal cartilha deverá ser apresentada em até 60 dias.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Foi deliberado pela não edição da norma interna sobre conflito de interesse, uma vez que a matéria é disciplinada pela Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e Portaria Interministerial MPOG/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013, competindo à EPL apenas o atendimento integral da legislação vigente. Porém, foi deliberado pela necessidade de se estabelecer o procedimento interno quanto à instrução processual, nos casos em que a EPL tiver que se manifestar sobre eventual hipótese de conflito de interesse.</p>

ao Código de Ética.			
04/2014-AO-AUDINT/EPL - Gerência de Finanças			
<p>Recomendação nº 001: que a Gerência de Finanças adote medidas efetivas com vistas a assegurar a indispensável segregação de função de sua área, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, estabelecendo procedimentos que separem funções e atividades consideradas incompatíveis.</p>	<p>Consta no Regimento Interno – RI as atribuições a nível (sic) de Gerência, sem detalhar as áreas de atuação, pois não há especificação de área contábil, orçamentária e financeira na estrutura da GEFIN. A estrutura organizacional está definida no art. 3º de seu Regimento Interno. Neste instrumento não existe a previsibilidade de subdivisões organizacionais para o desenvolvimento das atribuições da Gerência de Finanças definidas no seu art. 21, inciso II do referido Regimento. As únicas atribuições específicas são de Gerente de Finanças e o Contador da Empresa. A GEFIN sugere que a Diretoria Executiva avalie a recomendação haja vista as implicações no Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa. No momento em que houver a alteração do citado RI pelas autoridades competentes, a GEFIN providenciará as adequações necessárias.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>Foi deliberado que a DIREX entende que há segregação de funções entre os colaboradores da GEFIN, bem como ressaltou que estão promovendo a reestruturação das competências e das atividades da EPL, bem como de seu regimento interno, porém, as competências não deverão descer ao nível de detalhamento previsto pela Auditoria e sim somente ao nível das Gerências.</p>
<p>Recomendação nº 002: que a Gerência de Finanças dimensione mais adequadamente as funções desempenhadas de seus empregados a fim de estabelecer parâmetros isonômicos das tarefas e atividades a serem empreendidas na gerência,</p>	<p>A GEFIN considera que não há sobrecarga dos colaboradores, mas considera que a segregação de função possa ser aplicada, caso haja alteração do Regimento Interno (segue sugestão no parágrafo anterior).</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>A DIREX considera que o quadro de pessoal da EPL e da GEFIN estão adequados para o exercício das atribuições previstas.</p>

<p>no intuito de não sobrecarregar empregados com múltiplas funções e atividades, em prestígio, ainda, ao princípio da segregação de função, como também com a finalidade de melhor aproveitar seu corpo funcional.</p>			
<p>Recomendação nº 001: que a Gerência de Finanças, caso persista em executar a folha de pagamento da EPL, se abstenha de incumbir sua área de contabilidade para execução de tal tarefa, em respeito ao princípio da segregação de função e às boas práticas administrativas e orçamentário-financeiras.</p>	<p>As atribuições da GEFIN estão designadas no art. 21, Inciso II do Regimento Interno da EPL, entre estas atribuições estão as de gerenciamento das disponibilidades orçamentárias e financeiras, e as de emissão de ordens bancárias. Portanto, cabe exclusivamente a GEFIN, no âmbito da Empresa, a realização da execução financeira de toda e qualquer despesa.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>Não há execução de pagamentos de pessoal pela área de contabilidade da Empresa.</p>
<p>Recomendação nº 002: que a Chefia de Gabinete estabeleça um cronograma de trabalho na promoção de estudos no sentido de adequar o Regimento Interno da EPL, em se estabelecer competências às áreas internas, quer nas Gerências e Assessorias, fato este que norteará os parâmetros mínimos que cada qual das áreas possa atuar e definirá institucionalmente os limites e como cada setor da Empresa deve, pode e possui competência normativa para executar suas atribuições.</p>	<p>Essa GEFIN considera que não seja atribuição da Chefia de Gabinete tal atividade, mas sugere o encaminhamento dessa recomendação para apreciação daquela Chefia, que se considerar pertinente, poderá promover os estudos sugeridos pela Auditoria</p>	<p>Aguardando providências</p>	<p>A DIREX considera que não é atribuição da Chefia de Gabinete a promoção de estudos para alteração no Regimento Interno. Da mesma forma, a DIREX considera que não há exequibilidade na proposta de que a chefia de cada setor possua competência normativa.</p>
<p>Recomendação nº 002: que a Gerência de Finanças, doravante estabeleça os meios necessários para atingir suas atribuições regimentais, adotando mecanismos formais de monitoramento e avaliação, quer orçamentário e/ou financeiro, com análises de informações - dados e fatos - para fundamentar a tomada de decisão de sua própria</p>	<p>A GEFIN participa da elaboração da proposta orçamentária em consonância com as áreas finalísticas da EPL, realizando exercícios periódicos para atualização das informações, que servirão de base tanto para a elaboração da proposta orçamentária, como para verificação das necessidades ao longo do exercício. Já no decorrer de 2014 foram realizados 2</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>A DIREX considera que já são realizadas ações gerenciais e diretivas em relação ao planejamento orçamentário e financeiro.</p>

<p>equipe, da Ordenação de Despesas e da Diretoria Executiva.</p>	<p>exercícios, um início do ano e outro em meados de junho/julho de 2014. Foram realizadas reuniões com gerentes de cada área, seja planejamento ou gestão, e solicitados o encaminhamento da programação para 2015 e demais exercícios. Esses dados formam compilados e fazem parte das necessidades das áreas. Foram enviados relatórios de execução das ações prioritárias da EPL quer sejam ação 20UA – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC) e ação 8785 – Gestão e Coordenação do PAC (PAC), como relatório detalhado de todas as ações orçamentárias da EPL, com dados de dotação atualizada, empenhos emitidos, liquidados, pagos, restos a Pagar Inscritos, RAP Pagos. Ainda foram emitidos relatórios da Proposta Orçamentária 2015, contendo posição inicial da EPL, limites disponibilizados pelo Governo Federal e Posição Final, baseada no último exercício realizado com as áreas fins. Mesmo assim, como a recomendação nº 7 é direcionada à Chefia de Gabinete em articulação com DGE, a GEFIN sugere que essas instâncias avaliem o exposto e decida sobre a oportunidade e conveniência do que foi apresentado pela Auditoria.</p>		
<p>Recomendação nº 002: que a Gerência de Finanças se abstenha de utilizar sistemas informatizados, bem como prestações de serviços sem a devida cobertura contratual e/ou amparo de um instrumento legal, sem prejuízo de abertura de processo Administrativo para apuração de responsabilidades.</p>	<p>De fato foi utilizado um sistema contábil sem cobertura contratual por 1 (um) mês. Como o período contratual se expirou, durante um mês foi utilizado descoberto, havendo posterior reconhecimento de dívida. Tal reconhecimento foi necessário e se mostrou vantajoso para a empresa, tendo em vista a inexistência para registros contábeis da Lei 6.404 – Lei das S.A.s. Mas a</p>	<p>Aguardando providências</p>	<p>O contrato foi realizado em outubro/2014, prorrogável por igual período. A DIREX estará atenta quando do encerramento do contrato.</p>

	<p>GEFIN já se atentou para esta recomendação e está envidando esforços para que não ocorra novamente.</p>		
<p>Recomendação nº 003: que a Gerência de Pessoas adote as competentes providências no sentido de proceder à abertura do processo com vista à apuração de responsabilidade, nos termos do item "o" do Inciso VI do artigo 21 do Regimento Interno da EPL, relativamente ao constatado reconhecimento de dívida constante do processo nº 50840.000486/2014 - pagamento da Nota Fiscal nº 000.113.15 da empresa Líder Processamento de Dados Ltda. EPP.</p>	<p>O processo foi devidamente instruído e justificado e teve anuência da Diretoria de Gestão. A prerrogativa para reconhecimento de dívida é exclusiva da GEFIN e se houve reconhecimento de dívida é exclusiva da GEFIN e se houve reconhecimento de dívida é porque houve a necessidade, devidamente justificada. Mas como a recomendação foi direcionada à GEPES, sugere-se encaminhamento aquela Gerência que se julgar pertinente, poderá adotar as providências cabíveis.</p>	<p>Aguardando providências</p>	<p>A DIREX entende desnecessária a apuração de responsabilidades haja vista os custos relacionados a essa atividade vis a vis ao fato de que o reconhecimento de dívida correspondia a um valor de R\$450,00.</p>
<p>Recomendação nº 002: que a Gerência de Suprimentos, tão logo o Sistema SIADS entre em operação, providencie a alimentação do Sistema com os dados dos bens patrimoniais vem como de consumo (almoxarifado) e se coadune com a Gerência Financeira visando a identificação dos principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e cálculos de depreciação, amortização e exaustão.</p>	<p>A GEFIN encaminhará as recomendações à GESUP para as providências cabíveis.</p>	<p>Aguardando providências</p>	<p>O Processo nº 50840.000090/2015-18 para contratação do Sistema SIADS do SERPRO encontra-se sob avaliação da Assessoria Jurídica da EPL. Foi elaborado Plano de Trabalho que prevê as etapas de execução. Após a formalização da contratação, o Sistema SIADS será alimentado.</p>
<p>Recomendação: que a Gerência Finanças acompanhe de forma mais tempestiva, eficaz e efetiva as medidas necessárias visando o acerto da integralização de capital da EPL, juntamente à setorial contábil do MT, bem como junto à Secretaria do Tesouro Nacional, informando formalmente esta Auditoria Interna quando de sua consecução.</p>	<p>Os acertos estão sendo feitos tempestivamente entre o Contador da EPL e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Devido a problemas do próprio Sistema SIAFI, que ainda não conseguiu ajustar as apropriações contábeis da Lei 4.320 com as apropriações contábeis da Lei 6.404. Mesmo assim, o Contador da EPL já resolveu várias pendências e está em constante contato com aquela STN para resolver o</p>	<p>Em Andamento</p>	<p>Até o momento, o SIAFI não conseguiu ajustar as apropriações contábeis da Lei nº 4.320 com a Lei nº 6.404. A EPL está em constante contato com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a fim de ajustar as inconsistências.</p>

	restante.		
<p>Recomendação nº 001: que a Gerência de Finanças adote medidas saneadoras no sentido de instruir e formalizar adequadamente seus processos de pagamentos, a fim de que estejam organizados e em condições apropriadas, no intuito de que os documentos estejam em sequência lógica possibilitando que os próprios atos deem a qualquer pessoa que o manuseie, informações minimamente adequadas.</p>			
<p>Recomendação nº 002: que a Gerência de Finanças, em eventuais ocorrências de pagamentos complementares, se abstenha de efetivá-los sem a correta e adequada instrução processual contendo a prévia anuência do Senhor Ordenadores de Despesas quanto aos atos e fatos ocorridos, mitigando assim eventuais induções a erros na ordenança de despesas.</p>	<p>GEFIN, como citado anteriormente, adota medidas rígidas de formalização e organização processual, segundo critérios discutidos e aprovados pela Diretoria de Gestão. Todos os processos após o fechamento são repassados ao responsável pela conformidade de gestão, que analisa os itens referentes aos pagamentos efetuados no dia pela GEFIN, como contribuições tributárias, emissão de Nota de Empenho, emissão de Ordens Bancárias, etc.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>A DIREX não reconhece que há fragilidade processual na execução orçamentária. Todos os procedimentos têm anuência e assinatura do Ordenador de Despesa.</p> <p>Além disso, periodicamente, são revisados os nomes pertencentes ao rol de responsáveis pelo SIAFI.</p>
<p>Recomendação nº 003: que a Gerência de Finanças se coordene para que na execução das atividades de Registro de conformidade de Gestão, estas sejam efetuadas fidedignamente aos atos e fatos registrados nos processos, a fim de que reflitam pari-passu a execução orçamentária e financeira respaldada em documentação comprobatória, devendo refletir, com exatidão, a conferência dos valores, dados e informações emitidas como resguardo</p>			

<p>para que se evitem eventuais reconhecimentos de dívidas.</p>			
05/2014-AO-AUDINT/EPL – Gerência de TI			
<p>Recomendação: que a Gerência de Tecnologia da Informação alinhada com a Diretoria Executiva da EPL elabore o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da EPL alinhado com o estabelecido no PDTI</p>	<p>Quanto à recomendação retrocitada, informo que, por meio do Processo nº 50840.000593/2014 foi realizado a contratação de uma empresa especializada em governança de TI, especialmente quanto a processos ITIL e melhores práticas propostas pelo COBIT, a fim de dar apoio à elaboração do PETI e à revisão do PDTI da EPL. Além disso, a contratação prevê que as ações correlatas aos referidos planejamentos sejam automatizadas, já que conta com ferramenta informatizada para o planejamento estratégico. Referidas atividades serão realizadas ao longo do ano de 2015, cujas atividades iniciais estão previstas para o mês de janeiro.</p>	<p>Em Andamento</p>	<p>Em 2015, a EPL iniciou a revisão de seu Planejamento Estratégico Institucional. Dessa forma, considerando que o PETI é um desdobramento do Planejamento Estratégico, ele será elaborado assim que definida a carteira de projetos estratégicos.</p>
<p>Recomendação nº 002: que a Gerência de Suprimentos se organize para aceitar somente Atas de Registros de Preços e/ou Contratos Administrativos com o carimbo chancela da Assessoria Jurídica de acordo com as melhores práticas administrativas.</p>	<p>Acerca da Recomendação supracitada, informo que os Documentos de Oficialização da Demanda possuem a identificação de todos os integrantes e áreas envolvidas na contratação em campo específico (IDENTIFICAÇÃO), contendo nome, área de lotação, e-mail, telefone e matrícula SIAPE.</p>	<p>Não Atendida</p>	<p>Todas as contratações da EPL são submetidas à Assessoria Jurídica para aprovação e chancela.</p>
<p>Recomendação nº 02: que a Diretoria Executiva adote as medidas tempestivas necessárias visando à implantação da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC, tendo em vista a legislação</p>		<p>Aguardando providências</p>	<p>A EPL tem, por mecanismo de governança, a instância Comitê de Segurança de Informação e Comunicações, responsável deliberativo pela apreciação da</p>

que determina.			Política de SIC. Em 2015, os trabalhos referentes a esse documento encontram-se em fase final de elaboração para publicação.
----------------	--	--	--

d) Estrutura Organizacional da AUDINT

Para o cumprimento de suas missões regimentais, a AUDINT, até o fim do mês de novembro de 2014, contava em sua estrutura com o Auditor Interno e 2 (dois) Auditores.

A solicitação formal para a contratação de mais um colaborador com formação específica em Ciências Contábeis foi atendida e a equipe da AUDINT teve seu quadro profissional acrescido de mais 1 (uma) Auditora em dezembro de 2014.

Todavia, apesar da equipe ter ficado inalterada no decorrer do ano de 2014, os conhecimentos específicos dos auditores internos foram utilizados da melhor forma, não afetando significativamente o bom desempenho da AUDINT.

e) Manifestação sobre a Qualidade dos Controles Internos e Apuração dos Resultados dos Indicadores Utilizados para Monitorar e Avaliar a Governança e o Desempenho Operacional

De acordo com o Relatório da Administração de 2014, que relaciona o exercício de 2013 a 2014, foram realizadas, mensalmente, reuniões estratégicas pela Diretoria Executiva da Empresa para monitoramento da implantação de projetos; reuniões táticas com os Diretores responsáveis por um conjunto específico de processos, possibilitando a identificação de dificuldades e a discussão de soluções; e, por fim, reuniões operacionais quinzenais com gerentes e empregados da Empresa envolvidos na implantação e desenho dos procedimentos, padrões gerenciais, regulamentos e indicadores de resultados específicos.

De um total de 68 (sessenta e oito) processos identificados, foi selecionado um conjunto de 17 (dezesete) considerados prioritários para implantação, quais sejam: Classificar Sistema de Transportes; Elaborar o PNLI; Desenvolver Soluções Tecnológicas; Obter e manter Licenças Ambientais; Elaborar Planos dos Empreendimentos; Fiscalizar a Execução de Contratos; Realizar Contratações; Gerenciar Contratos; Elaborar Planejamento Econômico e Financeiro dos Empreendimentos; Controlar o Planejamento Econômico e Financeiro dos Empreendimentos; Realizar a Gestão de Resultados do PNLI; Captar Recursos; Gerenciar Riscos; Planejar a Implantação de Projetos da EPL; Controlar a Implantação de Projetos EPL; Acompanhar Implantação Projetos de Outros Órgãos; e Constituir Empresa (SPE).

Paralelamente, o EGP, iniciou um processo de consolidação metodológica, concentrando suas atividades em ações destinadas a desenvolver a maturidade dos gerentes da empresa em gerenciamento de projetos. Tais ações objetivaram fazer com que os empregados da EPL assimilassem os benefícios da utilização de uma metodologia estruturada de planejamento e acompanhamento de projetos.

Porém do cotejamento das informações produzidas ao longo do exercício, com vistas a esclarecer as recomendações constantes nos relatórios de auditoria além das informações registradas no Relatório de Administração do exercício de 2014 ainda não foram instituídos indicadores para avaliar a governança ou o desempenho operacional.

Com relação ao Planejamento Estratégico da EPL, este não foi evidenciado uma vez que se encontra em processo de implementação mediante a assinatura do Contrato nº 024/2014, firmado com a *Tantum Group Consultoria Empresarial Ltda.*, que tem por objeto a prestação de serviços de apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC).

Quanto à avaliação dos controles internos da Empresa ressaltamos, até dezembro de 2014, a ausência de um Código de Ética/Conduta do empregado definido para a Empresa, bem como a instituição da Comissão de Ética.

Conforme recomendado em relatórios, a segregação de funções nos diversos processos administrativos encontra-se ausente. Da mesma forma a elaboração, aprovação e implementação de normas/regulamentos internos que visem o estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas ainda não foram consumadas.

Os sistemas informatizados, tais como: o controle de almoxarifado para bens móveis e imóveis; de depreciação; de conversão dos balanços da Lei nº 4.320 (SIAFI) para a Lei nº 6.404 (S.A.), que poderiam mitigar possíveis riscos à empresa ainda carecem de customização e implantação pela área responsável. A Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) formalmente instituída, que é norma de cumprimento obrigatório, com procedimentos para classificação e tratamento das informações da empresa ainda carece de institucionalização.

Merece registro, ainda, a ausência de parâmetros para aplicação e observância da legislação que se refere à quarentena e as tratativas com vistas a recomposição salarial dos empregados diante da sua ausência nos 2 (dois) exercícios consecutivos da Empresa, bem como o pagamento do auxílio-creche instituído por legislação federal – observando que estas questões podem impactar em passivo trabalhista para a EPL.

2.3 Sistema de Correição

Em relação à adoção de procedimentos internos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, cabe mencionar que a EPL adota o Código de Ética da Presidência da República - Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Desde a criação da EPL (agosto de 2012) até o final do exercício de 2014, data de elaboração deste Relatório de Gestão, não houve a ocorrência de fraudes e perdas, motivo pelo qual não aconteceram sindicâncias internas. Em decorrência disso, nota-se a inexistência de irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos que pudessem impactar negativamente o desempenho da organização.

Não obstante, e em que pese o pouco tempo de criação da Empresa, e tendo em vista o estabelecido na Portaria do Ministério dos Transportes (MT) nº 42, de 6 de março de 2008,

encontra-se em fase de elaboração normativo interno definindo todas as fases do procedimento a ser observado pela Empresa nos casos de apuração disciplinar de seus empregados.

A EPL avalia a possibilidade de constituição de uma equipe específica e especializada para a condução dos processos disciplinares, e adicionalmente estabelece competências para inclusão das informações relativas aos Processos Disciplinares no Sistema CGU/PAD, conforme Portaria nº 1.043/2007.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

2.4.1 Análise Crítica

1. Ambiente de Controle

A EPL foi criada em 15 de agosto de 2012 (Medida Provisória nº 576/12). Desde o primeiro momento, a alta administração da EPL buscou apoiar iniciativas que permitissem o controle adequado e eficiente de suas atividades. Desta forma, foi iniciado o desenho de seus

macroprocessos finalísticos e de suporte considerados críticos. Houve a identificação de cada uma de suas etapas, pré-requisitos e resultados almejados. Esta atividade continuou ao longo de 2014.

Neste Relatório, inúmeros documentos que estabelecem procedimentos e instruções operacionais, principalmente aqueles relacionados à realização de contratações e gestão do patrimônio da empresa, já haviam sido finalizados ou estavam em finalização. Como exemplo, destacamos os seguintes:

I. Termo de Referência/Projeto Básico

- a) Modelo de Projeto Básico;
- b) Modelo de Termo de Referência para contratação de serviços não contínuos, por Pregão e Sistema de Registro de Preços;
- c) Modelo de Termo de Referência para contratação de serviços não contínuos, por Pregão Presencial ou Eletrônico;
- d) Modelo de Termo de Referência para serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, por Pregão e Sistema de Registro de Preços;
- e) Modelo de Termo de Referência para serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, por Pregão Presencial ou Eletrônico;
- f) Modelo de Termo de Referência para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, por Pregão e Sistema de Registro de Preços;
- g) Modelo de Termo de Referência para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, por Pregão Presencial ou Eletrônico;
- h) Modelo de Termo de Referência para aquisição de bens/materiais, por Pregão e Sistema de Registro de Preços; e
- i) Modelo de Termo de Referência para aquisição de bens/materiais, por Pregão Presencial ou Eletrônico.

II. Edital

- a) RDC Maior desconto, eletrônico;
- b) RDC Menor Preço, eletrônico;
- c) RDC Técnica e Preço, eletrônico;
- d) RDC Técnica e Preço, presencial;
- e) Concorrência;
- f) Pregão Eletrônico para contratação de serviços não contínuos exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte;
- g) Pregão Eletrônico para contratação de bens/materiais para microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa;
- h) Pregão Eletrônico para contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;



- i) Pregão por Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- j) Pregão Eletrônico para contratação de serviços não contínuos;
- k) Pregão por Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços não contínuos;
- l) Pregão Eletrônico para aquisição de bens/materiais; e
- m) Pregão por Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens/materiais.

III. Ata de Registro de Preços

IV. Contratos

- a) Contrato para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
- b) Contrato para aquisição de bens/materiais;
- c) Contrato para contratação de serviços não contínuos; e
- d) Contrato Padrão.

Adicionalmente, continuaram a ser adotadas medidas como a disponibilização de informativo circular direcionado a todas as áreas da empresa, com instruções consideradas relevantes para o exercício das atividades. Assim, no ano de 2014, foram encaminhados a todos os empregados e colaboradores da EPL – um total de 52 (cinquenta e dois) Informativos EPL.

2. Avaliação de Risco

A EPL trabalhou com a questão dos riscos organizacionais a partir de duas frentes distintas. De um lado, a Empresa pretende monitorar riscos associados a cada um dos processos desenhados, e de outro o monitoramento dos riscos associados a projetos, por meio do EGP.

A implantação do processo “Gerenciar Riscos” conta com o planejamento das atividades e o PIP já definidos. Atualmente, está em desenvolvimento uma ferramenta (*software*) de gestão de riscos operacionais. Tão logo aconteça, a customização da ferramenta, a conclusão dos procedimentos de implantação do processo “Gerenciar Riscos” e a capacitação dos responsáveis pelos demais processos, a EPL estará apta a promover o constante gerenciamento dos riscos inerentes às suas atividades.

De outro lado, o EGP no apoio ao planejamento dos projetos, registra (entre outros) os riscos específicos dos projetos da empresa, classifica-os e realiza no acompanhamento dos projetos, o registro da situação destes, quanto a sua aceitação, transferência, mitigação ou eliminação (caso de riscos negativos). É também atribuição do EGP apontar, para os responsáveis pelos projetos (gerente e técnicos), o caminho crítico, atividades em atraso, andamento físico, etc., como forma de atingir as metas e expectativas das partes interessadas.

3. Procedimentos de Controle

Os procedimentos de controle envolvem ações de natureza preventiva ou de identificação de riscos e falhas no exercício das atividades da empresa. Em relação aos procedimentos adotados para diminuir riscos e alcançar objetivos, já foram tecidas considerações no tópico anterior, que tratou da Avaliação de Risco.

Adicionalmente, a EPL, no desenvolvimento de suas atividades, sempre busca a estrita observância aos normativos legais pertinentes. Entretanto, há que se considerar a ausência de alguns normativos internos relacionados a procedimentos de controle. Apesar dos esforços da empresa, não houve tempo hábil para a conclusão, difusão e utilização de todos os processos de suporte relacionados ao universo destas atividades.

No ano de 2014, foram executados trabalhos para elaboração e revisão de 6 (seis) normas internas, que permeiam a atividades desenvolvidas no âmbito da empresa. Para tanto, foram realizadas reuniões com as Gerências responsáveis pelas atividades a serem normatizadas ou alteradas, bem como seguido o trâmite de verificação pela Auditoria Interna e, posteriormente, encaminhado para a análise jurídica realizada pela Assessoria Jurídica da EPL (ASJUR).

Com tal procedimento, buscou-se a conformidade das normas, tanto em relação a sua legalidade, quanto em relação a sua aplicabilidade pelas diversas áreas da empresa, obedecendo assim os preceitos que norteiam a elaboração de normativos.

No quadro abaixo, estão relacionadas as normas desenvolvidas em 2014, no entanto, só aprovadas no início de 2015.

Tabela 5 - Normas Internas EPL Aprovadas em 2015

NORMAS INTERNAS EPL			
Núm.	Processo	Data de aprovação	Título
01	50840.000149/2013-06	13/03/2015	Viagem a serviço
02	50840.000246/2013-91	13/03/2015	Férias (revisão da norma já vigente desde 2014)
03	50840.000363/2013-54	13/03/2015	Frequência e Jornada de Trabalho (revisão da norma já vigente desde 2014)
04	50840.000434/2014-08	13/03/2015	Estágio Supervisionado
05	50840.000466/2013-03	13/03/2015	Materiais de Consumo
06	50840.000465/2014-51	13/03/2015	Materiais Permanentes

4. Informação e Comunicação

Em relação à estruturação da comunicação e das informações na empresa, merecem destaque duas frentes de atuação.

De um lado, em 2014, foi encaminhado a todos os empregados e colaboradores da EPL um total de 52 (cinquenta e dois) “Informativos EPL”. Tais documentos têm como objetivo dar transparência aos assuntos de interesse da empresa. Os Informativos EPL são enviados por *e-mail* e estão disponibilizados na intranet, pelo link: <http://intranet.epl.gov.br/informativos>, e listados no Quadro a seguir:

Tabela 6 - Informativos EPL

INFORMATIVOS EPL		
Núm.	Ref.	Título
01	89	Regulamento Interno que estabelece as férias
02	90	Sistema de Diárias e Passagens

03	91	Material de Almojarifado
04	92	Regime Interno
05	93	Indicações de representantes da EPL
06	94	Agendamento de Reuniões
07	95	Comunicado de Falecimento
08	96	EPL tem novo Diretor de Planejamento
09	97	Documentação de Processos
10	98	Apoio ao Gabinete
11	99	Atesto de Notas Fiscais
12	100	Mapa Funcional da EPL
13	101	EPL empossa representantes da CIPA
14	101.1	EPL empossa representantes da CIPA
15	102	Regulamento Interno - Jornada de Trabalho e Controle de Frequência
16	103	Comunicado de Falecimento
17	104	Modelos de Contratações da EPL
18	105	Assinatura de e-mail
19	106	Roteiro para solicitação de eventos
20	107	Lista de ramais da EPL
21	108	Período Eleitoral – Normas e Orientações
22	109	Serviço de copeiragem, garçom e carregadores
23	110	Cartilha Agentes Públicos - período eleitoral
24	111	Alterações no trânsito em dias de jogos no Estádio
25	112	Prazos para realizar contratações na EPL -
26	113	Atesto das Faturas de Telefones
27	114	Protocolo da EPL
28	115	Desligamento de energia na Torre C
29	116	EPL tem novo diretor-presidente
30	117	Boletim de Medição e solicitação de pagamento
31	118	Intranet (Levantamento de conteúdo)
32	119	Instalação de antivírus
33	120	Período eleitoral - Cartilha sobre condutas vedadas aos Agentes Públicos Federais
34	121	Aprovação de POPs e GPDT
35	122	Intranet
36	123	Protocolo da EPL
37	124	Correspondências Externas
38	125	Aprovação de Modelo de Edital Padrão RDC
39	126	Transferência de documentos para o Arquivo Geral
40	127	Desligamento de energia da Torre C
41	128	Publicação Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos
42	129	Publicação POP termo de referência para licitação de Bens e Serviços
43	130	Norma nº 2 - Padronização de Siglas
44	131	Desarquivamento de Documentos
45	132	Atos Administrativos
46	133	Sistema Gerenciador de Documentos e Processos

47	134	Boletim de Medição
48	135	Prazos para emissão e reforço de empenho e emissão de ordens bancárias__ Municípios pernambucanos impossibilitados de
49	136	Manual de Auditoria
50	137	Reestruturação das pastas das Unidades Administrativas
51	138	Prazo para emissão de ordens bancárias
52	139	Pagamento de Notas Fiscais e Faturas
53	140	Encaminhamento de Notas Fiscais e Faturas

Por outro lado, em março de 2014, foi executado um plano de ação para a organização física da área de gestão documental da EPL e, em julho de 2014, iniciada a implantação da área de Protocolo. Paralelamente, foi realizado um curso de capacitação em gestão documental, abordando as diretrizes e técnicas de tratamento de documentos, desde a sua produção até o seu arquivamento. Importante ressaltar que, nesse curso, foram capacitados 45 (quarenta e cinco) empregados, com representatividade de todas as Gerências, Assessorias e Diretorias. O objetivo do curso foi, além de nivelar o conhecimento, padronizar o tratamento dado pelos empregados aos documentos.

Para a implantação da gestão eletrônica dos documentos, foi cedido um *software*, o Sistema Gerenciador de Documentos e Processos (SGDOC), mediante acordo de cooperação técnica, entre a EPL e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sem ônus para a Empresa.

O SGDOC é um sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED), que possibilita o controle de produção, visualização, tramitação e uso de informações, garantindo a agilidade, segurança e transparência no tratamento das informações, no âmbito da EPL. O SGDOC foi implantado para todas as Unidades Administrativas da EPL e já está estabelecido na rotina da Empresa.

5. Monitoramento

O sistema de controle interno deve ser entendido como o conjunto de normas e procedimentos adotados pelos empregados e a direção da empresa no sentido de mitigação de fatos que possam vir a caracterizar falhas ou impropriedades em suas atuações.

Os trabalhos levados a termo pela AUDINT da Empresa identificam a necessidade de se instituir procedimentos e normas visando à efetivação de um sistema uniforme, de conhecimento geral, bem como à mitigação de eventos ou situações que possam vir a diminuir o desempenho do quadro de pessoal ou acanhar os indicadores de performance da empresa.

Metodologia Utilizada para Aplicação do Questionário

As respostas ao Quadro A.3.2 (Avaliação do Sistema e Controles Internos da UJ) foram obtidas por meio da realização de reunião conjunta com representantes das áreas chaves da EPL, contando com a participação de assessores da Diretoria-Executiva. As respostas apresentadas refletem o consenso unânime entre os participantes, após a discussão de cada item apresentado no questionário.

2.5 Remuneração Paga a Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração Fiscal

A Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal segue orientações emanadas das seguintes bases normativas: (i) Lei nº 6.404/1976; (ii) Decreto-Lei nº 2.355/1987; (iii) Decreto nº 89.309/1984; (iv) atas das Assembleias Gerais Ordinárias; (v) Estatuto Social da EPL; e (vi) Decreto nº 7.675/2012, Anexo I, art. 6º, inciso IV, alínea “h”.

Em resumo, o art. 152 da Lei nº 6.404/76 dispõe que a remuneração de diretor de Empresa Pública S/A é definida em Assembleia. Além disso, o Decreto nº 89.039/84 atribui ao DEST a competência de definir os respectivos valores. Assim, não há interferência da UJ na política remuneratória, sendo a mesma definida e disciplinada nas legislações mencionadas.

O objetivo da prática de remuneração com valores fixados pelo DEST é a seleção de profissionais atuantes no mercado que sejam capazes de assumir responsabilidades inerentes ao desempenho do cargo e tenham competência e reputação profissional adequados.

A composição da remuneração dos diretores e conselheiros apresenta os seguintes elementos:

- (i) O honorário de dirigente é composto de uma rubrica específica no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), na denominação 00293;
- (ii) No caso da EPL, assim como a remuneração dos dirigentes, a dos conselheiros também é composta por rubrica única, que equivale à totalidade do valor devido aos ocupantes dos respectivos cargos; e
- (iii) O índice de reajuste é definido pelo DEST, considerando o acumulado do IPCA no período correspondente. O período de atualização compreende abril a março do exercício seguinte.

Com relação a indicadores de desempenho, informa-se que, atualmente, não existem indicadores definidos pela Assembleia que influenciam na remuneração de diretores e conselheiros.

No que se refere ao alinhamento da prática de remuneração com os interesses da unidade jurisdicionada, ressaltamos que o DEST estabelece os valores adequados às práticas de mercado de forma a permitir a seleção de profissionais que atendam às necessidades curriculares da empresa.

Por fim, em relação à remuneração variável, diante das características de constituição da EPL, não se aplica o conceito de remuneração variável, motivo pelo qual a remuneração aplicada aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL refere-se somente ao valor relativo ao desempenho da função definido anualmente em função de instrumentos normativos, portarias e/ou decretos das autoridades competentes (DEST, Ministério Supervisor) que tratam do assunto especificamente.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Alberto Carlos Lourenço Pereira	21/8/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	17.564,58
Américo Leite de Almeida	15/8/2013	21/8/2014	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	-	-	-	-	23.054,91
Dino Antunes Dias Batista	8/8/2012	-	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	37.692,06
Ivo da Motta Azevedo Correa	6/6/2013	-	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	37.692,06
João Paulo de Resende	29/11/2013	-	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	37.692,06
Luiz Antonio Rodrigues Elias	8/8/2012	28/3/2014	2.805,92	2.805,92	2.805,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.417,76
Paulo Sérgio Oliveira Passos	3/3/2013	26/6/2014	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	-	-	-	-	-	-	17.200,05
Josias Sampaio Cavalcante Junior	4/7/2014	-	-	-	-	-	-	-	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	20.492,01
Miguel Mário Bianco Masella	5/9/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	14.637,15

Conselho Fiscal

Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Alex Fabiane Teixeira (T)	16/4/2014	-	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	37.692,06
Hiromi Cristina Santos (S)	16/4/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edme Tavares de Albuquerque Filho (T)	16/4/2014	-	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	37.692,06
Fernanda Gasperin Dian (S)	16/4/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leonardo Carreiro Albuquerque (T)	16/4/2014	-	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	2.927,43	5.854,86	37.692,06
Jacqueline Dutra de Lima (S)	16/4/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Empresa de Planejamento e Logística S.A – Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.927,43	2.805,92	2.672,30
<i>a) salário ou pró-labore</i>	2.927,43	2.805,92	2.672,30
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0,00	0,00	0,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0,00	0,00	0,00
<i>d) outros</i>	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	2.927,43	2.805,92	2.672,30
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00
Resumo:			
Remuneração: (10% do valor percebido pelos Diretores)			
Abril de 2013 a março de 2014 R\$ 2.805,92			
Abril de 2014 a março de 2015 R\$ 2.927,43			

Identificação do Órgão			
Órgão: Empresa de Planejamento e Logística S.A – Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros: 6			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.927,43	2.805,92	2.672,30
<i>a) salário ou pró-labore</i>	2.927,43	2.805,92	2.672,30
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0,00	0,00	0,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0,00	0,00	0,00
<i>d) outros</i>	0,00	0,00	0,00

II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	2.927,43	2.805,92	2.672,30
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00
Resumo:			
Remuneração: (10% do valor percebido pelos Diretores)			
Abril de 2013 a março de 2014 R\$ 2.805,92			
Abril de 2014 a março de 2015 R\$ 2.927,43			

Identificação do Órgão			
Órgão: Empresa de Planejamento e Logística S.A. – Diretores e Diretor-Presidente			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros: 3			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	58.977,52	54.676,96	27.152,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>	29.274,26	28.059,29	26.723,00
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	429,00	429,00	429,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros – remuneração compensatória (*)</i>	29.274,26	26.188,67	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	29.703,26	28.488,29	27.152,00
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			
Resumo:			
Remuneração:			
Abril de 2013 a março de 2014 R\$ 28.059,29			
Abril de 2014 a março de 2015 R\$ 29.274,26			
(*) remuneração compensatória: 2 Diretores.			
- Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – período de 3/12/2013 a 31/5/2014 (Diretor-Presidente)			
- Hederverton Andrade Santos – período de 17/3/2014 a 17/9/2014 (Diretor)			

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 3.1 Canais de Acesso do Cidadão; 3.3 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada; e 3.5 Medidas Relativas à Acessibilidade.

Os itens 3.2 Carta de Serviços ao Cidadão e 3.4 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada não constam deste capítulo, suas justificativas estão apresentadas na Introdução deste Relatório.

3.1 Canais de Acesso do Cidadão

Os canais de acesso do cidadão à Unidade Jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões disponibilizados pela EPL são os seguintes: e-SIC, atendimento presencial, telefone ou carta.

Em 2014, o único meio utilizado para registrar as demandas foi o e-SIC, onde foram recebidas 41 (quarenta e uma) solicitações que geraram um número de protocolo e um processo de atendimento. Desse total, 15 (quinze) registros foram dúvidas, informações duplicadas não pertinentes à EPL e pedidos que não se concretizaram por falta de dados do solicitante.

De acordo com o procedimento interno da empresa, cada uma das solicitações pertinentes aos assuntos da empresa foi encaminhada às áreas específicas da EPL. O tempo médio de respostas, por demanda, foi de 10 (dez) dias atendendo ao prazo de 20 (vinte) dias estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011. Destacamos que, ao longo do ano de 2014, não foi impetrado nenhum recurso para as respostas encaminhadas via e-SIC, de forma que todas as demandas concretizadas foram plenamente atendidas.

a) Demandas por Área Específica

A GEPES foi a área que mais recebeu demandas (9) relacionadas ao processo seletivo e previsão do concurso de admissão na empresa. Seguida da GEINF (3); GESUP (3); EGP (2); TAV (2); Licitações (1); GETIC (1); GEDOC (1); GPDL (1); além da ASJUR (1). As demais áreas da EPL não receberam demandas ao longo do ano. Do total de 41 (quarenta e um) registros, 15 (quinze) solicitações não eram de competência da EPL, conforme Tabela 7 abaixo.

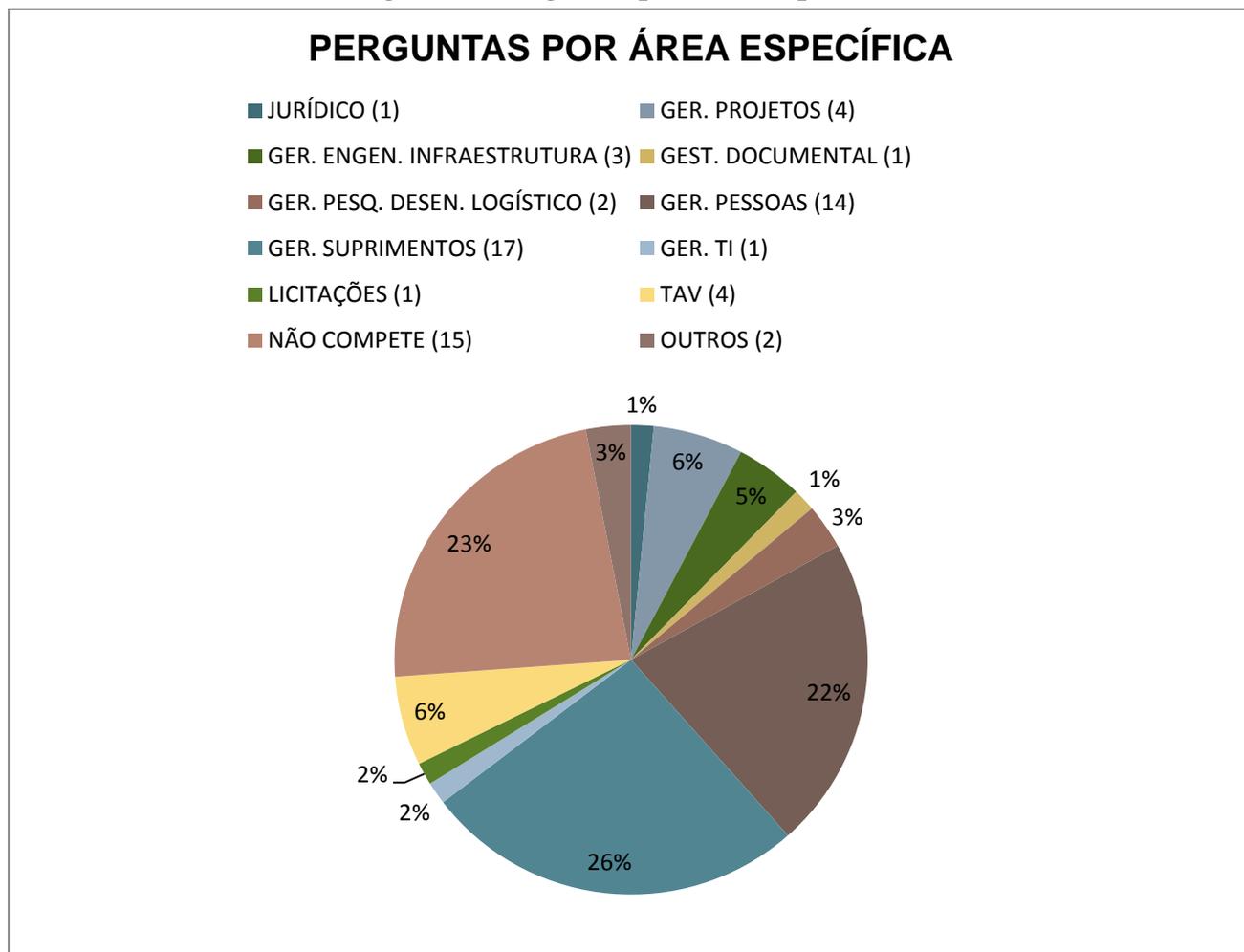
Tabela 7 - Demandas SIC/EPL 2014

DEMANDAS SIC/EPL 2014	
ÁREA	DEMANDAS
Assessoria Jurídica	1
Escritório de Gerenciamento de Projetos	2
Gerência de Engenharia e Infraestrutura	3
Gerência de Gestão Documental	1
Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico	1
Gerência de Pessoas	9
Gerência de Suprimentos	3
Gerência de Tecnologia da Informação	1
Licitações	1
TAV	2
Não Compete	15
Outros	2

b) Perguntas por Área Específica

É importante observar que, das solicitações feitas em 2014, algumas receberam 2 (duas) ou mais perguntas por assunto, o que pode ser verificado na Figura abaixo.

Figura 4 – Perguntas por Área Específica



c) Demonstrativo de Satisfação dos Cidadãos – Usuários

A satisfação dos cidadãos/usuários também é medida pelo sistema de recebimento de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões. Nesse campo, há uma avaliação das respostas encaminhadas pelo e-SIC da EPL e está dividida em 4 (quatro) itens: Concordo Totalmente, Concordo, Discordo e Discordo Totalmente. Podemos observar que mais de 90% (noventa por cento) das respostas atenderam às expectativas dos demandantes.

Tabela 8 - Demonstração de Satisfação dos Cidadãos - Usuários

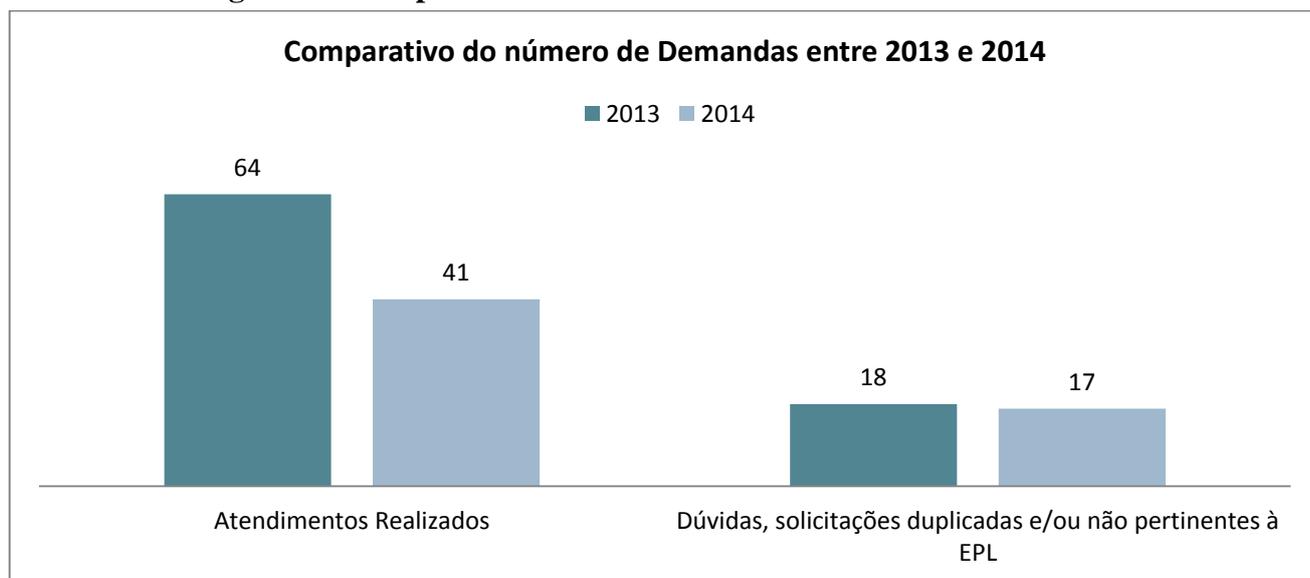
A resposta atende às minhas expectativas:	
Concordo Totalmente	5
Concordo	1
Discordo	1

Discordo Totalmente	0
A resposta foi de fácil compreensão:	
Concordo Totalmente	5
Concordo	2
Discordo	0
Discordo Totalmente	0
O órgão foi prestativo e cordial na resposta:	
Concordo Totalmente	5
Concordo	2
Discordo	0
Discordo Totalmente	0
Porcentagem Total:	
Concordo Totalmente	71,42%
Concordo	23,80%
Discordo	4,76%
Discordo Totalmente	0%
Demandas sem avaliação	
Total	34
Demandas que não competem à EPL	
Total	15

d) Comparativo de Demandas

As solicitações de informação junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/EPL), em 2014, totalizaram 41 (quarenta e um) atendimentos, sendo 15 (quinze) com dúvidas, solicitações duplicadas e/ou não pertinentes à EPL. Em 2013, foram 64 (sessenta e quatro) atendimentos, devidamente registrados no e-SIC. Destes, 18 (dezoito) eram dúvidas, solicitações duplicadas e/ou não pertinentes à EPL. Essa diferença pode ser atribuída ao ano eleitoral, mas em ambos os anos, os pedidos foram plenamente atendidos, conforme Figura 5 abaixo.

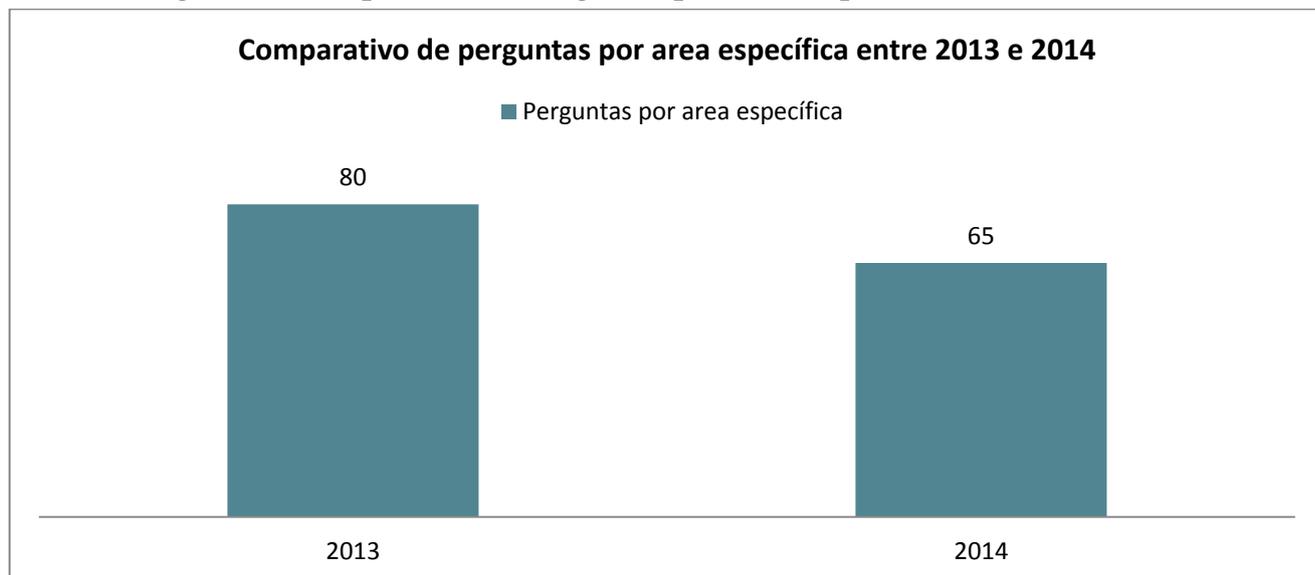
Figura 5 – Comparativo do Número de Demandas entre 2013 e 2014



e) Perguntas por Área Específica

É importante observar que em uma só demanda os solicitantes fizeram mais de uma pergunta, a Figura abaixo é um comparativo total de perguntas entre os anos de 2013 e 2014.

Figura 6 – Comparativo de Perguntas por Área Específica entre 2013 e 2014



O SIC, desde a sua implementação, cumpriu sua missão como setor criado para atender às solicitações dos cidadãos/usuários que buscam informações relacionadas à empresa. Da mesma forma, a EPL atende às determinações da LAI (Lei 12.527/2011) – de dar transparência e eficiência às ações do poder público.

3.3 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

As informações referentes à atuação do SIC, julgadas úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, encontram-se disponíveis no [link http://www.epl.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-epl1](http://www.epl.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-epl1).

As informações acerca dos relatórios institucionais, tais como Relatório de Administração e Relatório de Gestão, estão disponíveis para acesso em <http://www.epl.gov.br/relatorios>.

3.5 Medidas Relativas à Acessibilidade

O termo acessibilidade significa inclusão de pessoas portadoras de alguma deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações.

Em cumprimento às normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, o Centro Empresarial Parque Cidade, prédio na qual a EPL está instalada, dispõe dos seguintes itens de acessibilidade:

- (i) Acesso à edificação livre de obstáculos ou barreiras que impedem ou dificultam a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;



- (ii) Piso tátil disponível em todas as portas de acesso das Torres A, B e C, facilitando o acesso para as pessoas portadoras de deficiência visual e em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- (iii) Acionamento de elevadores em braile. Os elevadores podem ser acessados por meio do acionamento dos botões que estão numerados em braile. Esses mecanismos estão presentes nos elevadores de garagem, nos de serviço e privativo;
- (iv) Cabines de elevadores que permitem o acesso e movimentação cômoda de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com o que especifica as normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- (v) Disponibilidade de 02 (duas) vagas para idosos e 02 (duas) vagas para portadores de deficiência em cada um dos 03 (três) blindex para cada subsolo, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- (vi) Banheiro acessível nas dependências da EPL para utilização por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; e
- (vii) Cadeiras de roda disponíveis para o caso de indivíduos que estejam com dificuldade de locomoção.

Com relação ao sítio eletrônico da EPL, são adotadas as recomendações do W3C, consórcio entre empresas e órgãos governamentais independentes, que desenvolvem novos padrões de navegação e usos para este meio eletrônico. Essas recomendações orientam desde tamanho e cor da fonte, localização dos espaços clicáveis, facilidade de disponibilização de conteúdo e outras ações relativas até os códigos das páginas (HTML e CSS, entre outros).

O Portal da EPL foi desenvolvido com o objetivo de oferecer seu conteúdo ao maior número de pessoas possível. No menu de acessibilidade, existem botões para aumentar e diminuir as fontes. Há também possibilidade de mudar o contraste das cores, realçando o conteúdo em detrimento do fundo da tela. Com isso, as pessoas podem ler com mais facilidade e utilizar todo o site de forma mais confortável para a visão.

As URLs (*Uniform Resource Locator*) são amigáveis, ou seja, o endereço está relacionado ao título da página. Também são disponibilizados muitos arquivos em áudio e vídeo, com fácil acesso para evitar uma leitura cansativa, e ajudar a tornar ainda mais prazerosa a experiência de navegação.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 4.1 Informações sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada.

4.1 Informações sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada

A EPL é uma empresa pública criada com o objetivo de prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País; bem como planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade no Brasil.

No seu ambiente de atuação, por via de regra, orbita o sistema de instituições e órgãos públicos que possuem necessidade de produtos e serviços relacionados à logística e a infraestrutura de transportes.

A EPL possui competências para atuar sob demanda, podendo prestar serviços a órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios sendo que, para sua contratação, dispensa-se licitação quando na realização de atividades pertinentes ao seu objeto. E, assim, a EPL vem desenvolvendo estudos de curto, médio e longo prazo, necessários a elaboração de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes; obtendo licenças ambientais necessárias aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes; acompanhando a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados; entre outras atividades.

Em outra vertente, a EPL também atua por iniciativa própria como, por exemplo, ao elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes.

Em suma, as principais atividades relacionadas ao ambiente de atuação da EPL referem-se a licenciamentos ambientais de empreendimentos de infraestrutura; propostas para Planos de Logística e de Transportes; estudos para o aperfeiçoamento e criação de novos regulamentos e regras para o setor de transportes; bem como estudos relacionados ao transporte ferroviário de alto desempenho.

a) Principais Empresas que Atuam Ofertando Produtos e Serviços Similares ao da Unidade Jurisdicionada

O GEIPOT foi criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, com a denominação inicial de Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, tendo como objetivos “traçar as diretrizes para o atendimento integrado, eficiente e econômico da presente e futura demanda de transportes no País”. Em 1973, este Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes foi transformado na Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Lei 5.908/73).

O GEIPOT era a instituição responsável por “dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo para formular, orientar, coordenar e executar a política nacional dos transportes, bem como promover, executar e coordenar atividades de estudos e pesquisas necessárias ao planejamento de transportes no País”.



Até a sua liquidação em 2002, o GEIPOT assessorou o Poder Executivo sob a coordenação do MT, no planejamento, na formulação e na avaliação das políticas públicas do setor.

Em 2012, com a criação da EPL o governo buscou novamente suprir a necessidade de uma instituição que concentrasse esforços visando oferecer subsídios para a integração das políticas de transportes entre os diferentes modos, setores e governos regionais.

As atividades da EPL foram associadas à elaboração de estudos sobre as cadeias produtivas e seus impactos na logística e mobilidade nacional; à construção de cenários logísticos baseados em premissas macroeconômicas, sociais, setoriais e de origem e destino; bem como à identificação de melhores práticas e tecnologias de logística e mobilidade, visando incluí-las em um planejamento de transportes integrado.

Neste sentido, a EPL possui exclusividade no desempenho de suas atividades. Cabe mencionar que a EPL também é única no sentido de possuir atribuições relativas ao planejamento e promoção do desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade no Brasil.

b) Contextualização dos Produtos e Serviços Ofertados pela Unidade Jurisdicionada em Relação ao seu Ambiente de Atuação

No ano de 2014, a EPL concentrou esforços para a realização das ações previstas em seu Planejamento Estratégico, em consonância ao Planejamento Estratégico do Sistema Transportes, atuando na produção de informações, planos e projetos; no conhecimento de novas tecnologias; na estruturação, implantação e gestão de empreendimentos voltados para a eficiência logística e mobilidade e para expansão, integração e modernização do sistema de transportes; bem como no desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade.

No desenvolvimento do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), a EPL vem adquirindo, progressivamente, o domínio das técnicas de simulações de redes de transportes, construção de cenários, avaliação de impactos de diferentes tipos de intervenções e proposição de novas soluções em logística de transportes.

Para a execução do PNLI, em 2014, a EPL implantou um sistema de simulação da rede, realizou o cadastro da infraestrutura existente e respectiva projeção de tráfego e carga, além de criar uma padronização para projetos futuros. Ainda com as informações coletadas, em conjunto com o IPEA, foram elaboradas as matrizes de origem/destino de cargas, para o ano base, e desenvolvidas projeções para diversos horizontes futuros, até o ano de 2035.

O Trem de Alta Velocidade (TAV), por sua vez, busca oferecer à população que vive na área de influência do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas um meio de locomoção integrado, rápido, moderno, seguro e eficiente, contribuindo para reduzir a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros entre estas cidades, nas rodovias e aeroportos regionais. O TAV, de forma semelhante, permite a assimilação de novas tecnologias e o desenvolvimento de um novo setor industrial no Brasil, associado ao transporte ferroviário de alta velocidade.

Dessa forma, no ano de 2014, em linhas gerais, foram realizadas atividades com suporte do corpo técnico da EPL, sem o dispêndio de contratações externas, voltadas à ampliação e



aprimoramento da base de dados do projeto TAV, por meio da produção de bases cartográficas mais detalhadas; elaboração de novos modelos digitais de elevação; melhoria da base de hidrografia; considerações de restrições geológico-geotécnicas e ambientais; e concepção de novos sistemas de avaliação de desapropriação.

A EPL também atuou em Projetos Especiais relacionados à produção de informações, estudos e elaboração de análises, sob demanda, no setor de transportes, em consonância com seu objeto legal definido no art. 3º da Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012. Neste ponto, foi fundamental o papel exercido pela EPL em suporte às ações do MT.

No que se refere à estruturação das concessões federais, foi iniciado o licenciamento ambiental para a realização de obras em rodovias federais. Anteriormente, aguardava-se a obtenção da licença para, posteriormente, iniciar a execução da obra. O trabalho da EPL permitirá às concessionárias antecipar as obras de duplicação, isto é, antes mesmo de finalizada a concessão, o Governo já busca o licenciamento ambiental necessário para a execução das obras previstas. No ano de 2014, a EPL já obteve a Licença de Instalação (LI) para a BR-050/GO/MG.

A análise do conteúdo de propostas técnicas de projetos de infraestrutura de interesse do Governo Federal, apresentadas por investidores privados por meio de Procedimentos de Manifestações de Interesse (PMIs) também foi fundamental na seleção de projetos relevantes. A EPL possui representantes em cada uma das Comissões Tripartites com objetivo de indicar ao Ministro de Estado dos Transportes os melhores estudos em cada Edital.

c) Ameaças e Oportunidades Observadas no seu Ambiente de Negócio

A EPL é uma empresa que, fundamentalmente, exerce atividades de planejamento. A materialização das ações derivadas do planejamento, por sua vez, depende de políticas governamentais e contextos econômicos que propiciem a realização de intervenções públicas estruturantes. Neste sentido, as maiores ameaças enfrentadas pela EPL relacionam-se a imprevistos orçamentários que possam prejudicar a execução de políticas públicas de transportes.

As oportunidades, por sua vez, concentram-se na necessidade constante da execução de atividades de planejamento de logística e de transportes, em todos os níveis de governo aliada à disponibilidade interna de um corpo funcional especializado, o qual tem capacidade para atender a necessidades específicas com qualidade e prazos adequados.

d) Informações Gerenciais Sucintas sobre o Relacionamento da Unidade Jurisdicionada com os Principais Clientes de seus Produtos e Serviços

A EPL atualmente possui como principais clientes o MT e as entidades vinculadas ao órgão. Neste caso, destacam-se os seguintes relacionamentos:

- (i) Apoio técnico aos órgãos responsáveis pela modelagem econômica, financeira e jurídica das concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos previstas no Programa de Investimentos em Logística (PIL), bem como na obtenção do licenciamento ambiental necessário à realização de duplicações e melhorias nas rodovias a serem concedidas no âmbito do programa;

(ii) Participação das Comissões Tripartites de análise dos PMI para a elaboração de projetos vinculados a concessões públicas. As Comissões Tripartites devem indicar ao MT os melhores estudos a serem utilizados como referência para as futuras concessões.

(iii) Na concepção, planejamento e execução das atividades necessárias à institucionalização do PNLI, o qual deverá, quando concluído, transformar, em um processo permanente, o planejamento governamental relacionado à infraestrutura e aos serviços de transportes. O PNLI irá subsidiar as proposições do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), e as ações do MT e dos demais órgãos e instituições envolvidas no processo;

(iv) Na concepção, planejamento e início das atividades necessárias à implantação do Observatório Nacional de Transportes. O Observatório será um ambiente de reunião de dados e informações, relacionadas ao sistema de transportes, bem como informações socioeconômicas, ambientais e comportamentais que permitirá a geração de conhecimento, acompanhamento e planejamento do setor, além de tornar a EPL um centro de referência na consolidação e divulgação de dados e informações, com valor agregado, em âmbito federal;

(v) Apoio técnico ao desenvolvimento do regulamento dos operadores ferroviários independentes, das regras de segurança para circulação de trens e da padronização dos sistemas de sinalização e comunicações ferroviárias. O projeto, em apoio à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conta ainda com a colaboração da VALEC e do MT.

(vi) No exercício de atividades voltadas à ampliação e aprimoramento da base de dados do projeto do Trem de Alta Velocidade (RJ-Campinas), com a produção de bases cartográficas mais detalhadas, elaboração de novos modelos digitais de elevação, melhoria da base de hidrografia, considerações de restrições geológico-geotécnicas e ambientais, e concepção e implementação de novos sistemas de avaliação de desapropriação; em suporte a implantação deste projeto por parte do Governo Federal.

e) Descrição dos Riscos de Mercado e as Estratégias para Mitigá-los

Com relação aos riscos de mercado, podemos organizá-los em: político, orçamentário e institucional.

O risco político vincula-se ao fato da EPL ser uma empresa pública e, como todas as demais, está sujeita a trocas rotineiras entre seus dirigentes máximos. As constantes trocas de comando, em muitos casos, podem ocasionar a redefinição de atividades, bem como a redistribuição de pessoas e recursos para diferentes projetos. As estratégias utilizadas pela empresa para a mitigação deste risco focam na institucionalização das atividades por meio da estruturação de seu Plano de Cargos e Salários e, conseqüente, a realização de concurso público para a substituição do quadro de funcionários comissionados; bem como no fortalecimento do Planejamento Estratégico Institucional.

Os riscos orçamentários derivam do fato da EPL ser uma empresa estatal dependente. Isto significa que a empresa precisa receber recursos da União para a execução de suas atribuições, sendo que tais recursos podem sofrer redução ou até contingenciamento. A estratégia de mitigação deste risco tem sido a de se priorizar a execução de atividades para as quais se considera que exista uma elevada urgência por parte do Governo Federal. Este fato reduz o risco de que ações executadas pela EPL tenham que ser adiadas em virtude de restrições orçamentárias.



Finalmente, os riscos institucionais vinculam-se ao curto prazo de criação da empresa. Neste caso, destacamos o fato de que, após 2002, com a liquidação do GEIPOT, diversas entidades vinculadas ao MT passaram a exercer as atividades do GEIPOT. Este cenário existia em 2012, ano de criação da EPL, e perdura em alguns casos até hoje. A criação da EPL não foi acompanhada do “esvaziamento” das atribuições de outras entidades. Desta forma, em alguns casos, ainda existe um conflito de atribuições entre as atividades da EPL e demais entidades do setor dos transportes.

A estratégia da empresa para lidar com tal situação tem sido ao de, paulatinamente, assumir as responsabilidades previstas na sua lei de criação, inclusive em suporte às demais entidades do setor de transportes. Este fato permite que a EPL seja considerada uma aliada na conjunção de esforços ao invés de ser considerada uma nova entidade na concorrência de atribuições.

f) Principais Mudanças de Cenários Ocorridas nos Últimos Exercícios

A principal mudança de cenário ocorrida nos últimos exercícios refere-se ao planejamento dos estudos associados ao TAV entre as cidades de Campinas e Rio de Janeiro.

O TAV representa um novo marco tecnológico para o País ao inaugurar um sistema de transporte que irá oferecer aos passageiros preços competitivos, qualidade, conforto, segurança e rapidez nas viagens. O projeto vai reduzir a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros nas rodovias e aeroportos que compõem o eixo destas cidades.

A ANTT é o órgão responsável pelo processo de licitação para a concessão da exploração do serviço à iniciativa privada. O edital de licitação com as regras do processo foi publicado no dia 13 de dezembro de 2012 pela Agência Reguladora.

Na primeira fase do leilão, marcada para o dia 19 de setembro de 2013, seria escolhida a operadora do TAV. Posteriormente, seria definido o modelo para a realização das obras de infraestrutura (pontes, viadutos, túneis e via permanente).

Tendo como princípio as suas obrigações em relação ao projeto do TAV, ao longo de 2013, a EPL elaborou e publicou edital de contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, supervisão e apoio técnico às atividades de projeto necessárias para implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas (RDC nº 03/2013).

Há de se considerar, entretanto, que, em 16 de agosto de 2013, a ANTT adiou *sine die* o cronograma de licitação do TAV. Em vista de tal mudança de cenário, a licitação conduzida pela EPL para a contratação da gerenciadora do projeto do TAV foi revogada.

Outra mudança refere-se à reprogramação das atividades a serem realizadas em atendimento às suas obrigações em relação ao projeto do TAV, dado que o projeto funcional do empreendimento, que constituía peça fundamental para o desenvolvimento do projeto do TAV, seria fornecido pelo eventual vencedor do Leilão.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 5.1 Planejamento da Unidade; 5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados; e 5.3 Informações sobre outros Resultados da Gestão; e 5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.

O item 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços não consta deste capítulo, sua justificativa está apresentada na Introdução deste Relatório.

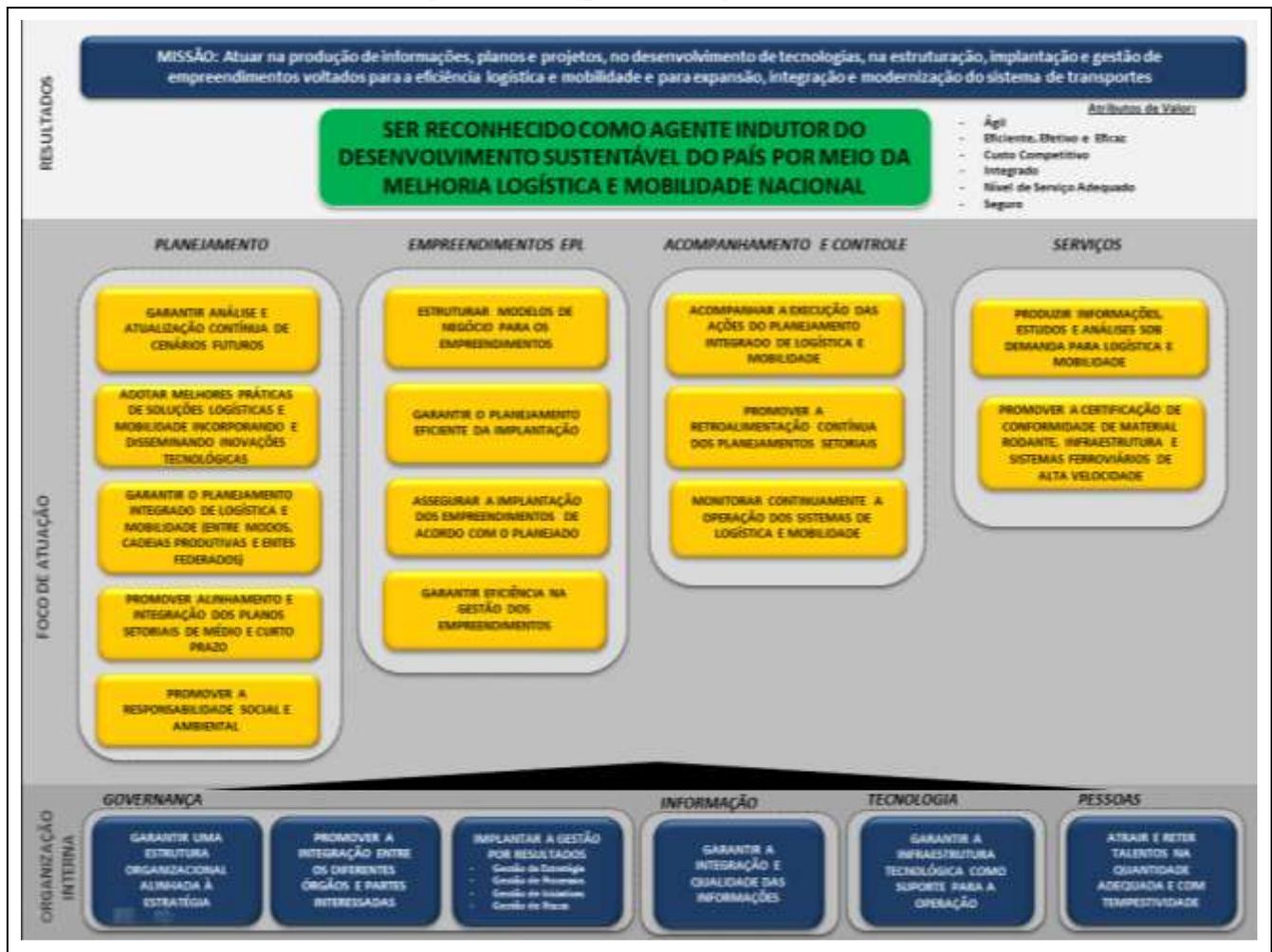
Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 90/2014, estão indicados abaixo parte dos itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
5.2.1 Programa Temático
Justificativa: Conforme orientação da Portaria TCU nº 90, de 2014, só devem preencher as informações referentes a programa temático, as Unidades Jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou secretaria com status de ministério.
5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS
Justificativa: Conforme orientação da Portaria TCU nº 90, de 2014, as informações constantes do Quadro 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS somente devem ser elaboradas nos casos em que a UJ seja responsável apenas por um ou mais subtítulos da ação. Se a UJ foi responsável por executar integralmente a ação, deve utilizar o Quadro 5.2.3.1., conforme utilizado pela EPL.
5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI
Justificativa: A EPL não faz parte do Orçamento de Investimentos, todos os seus recursos para a sua manutenção e desenvolvimento das atividades inerentes às suas competências são provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

5.1 Planejamento da unidade

O Mapa Estratégico da EPL não sofreu alteração no ano de 2014, permanecendo conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Mapa Estratégico da EPK



O Mapa Estratégico da EPL foi repartido em 8 (oito) focos de atuação: planejamento; empreendimentos EPL; acompanhamento e controle; serviços; governança; informação; tecnologia; e pessoas.

1º FOCO DE ATUAÇÃO - PLANEJAMENTO

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 5 (cinco) iniciativas estratégicas:

I. Garantir análise e atualização contínua de cenários futuros

- (i) Envolve atividades relacionadas à realização e à atualização de planos e estudos sobre a logística das cadeias produtivas brasileiras;
- (ii) Esta iniciativa tem como subatividades a atualização das pesquisas de origem/destino, dos cenários econômicos que compõem a modelagem do sistema de transportes e das premissas dos cenários logísticos;
- (iii) Os cenários devem ser acompanhados a partir do andamento da execução das ações planejadas, prevendo os impactos e ajustando o planejamento integrado;



(iv) Os indicadores desta iniciativa estratégica são: índice de assertividade das premissas dos cenários do PNLI e índice de tratamento de desvios nos cenários. O início das medições está previsto para 2016;

(v) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se à construção de matrizes origem/destino, à conclusão do georreferenciamento da rede de transportes e à construção de cenários logísticos (simulações).

II. Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas

(i) Compreende a identificação das melhores práticas, nacionais e internacionais, de logística e mobilidade, com foco na inovação tecnológica; bem como ações que estimulem, via universidades, institutos e centros tecnológicos, intercâmbios externos, buscando a absorção das novas tecnologias aplicáveis à logística e à mobilidade;

(ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica são: índices de utilização de padrões e inovações tecnológicas adotadas. O início das medições está previsto para o segundo semestre de 2015;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se ao estabelecimento de normas e padrões de projetos de empreendimentos.

III. Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados)

(i) Envolve a elaboração do Planejamento Integrado da Logística e Mobilidade, inclusive em relação aos planos de governos regionais. Neste sentido, prevê a apresentação, ao CONIT, de um conjunto de ações ou planos com foco na integração nacional e regional e entre modos de transporte;

(ii) O objetivo estratégico vinculado a esta iniciativa compreende a avaliação do Portfólio de Ações do PNLI, conforme planejamento dos Estados/Municípios/Entidades Setoriais; bem como a integração deste portfólio a tais planejamentos;

(iii) Os indicadores desta iniciativa estratégica são: percentual de projetos contidos no Portfólio de Ações do PNLI que foram aprovados pelo CONIT; e prazo de aprovação deste portfólio. O início da medição está previsto para 2015.

IV. Promover alinhamento e integração dos planos setoriais de médio e curto prazo

(i) Promove ações que objetivam garantir que os planos setoriais reflitam as diretrizes do PNLI. Esta iniciativa também prevê a identificação dos desvios entre o PNLI e planos setoriais e o encaminhamento ao CONIT dos ajustes necessários;

(ii) Nesta iniciativa, considera-se também a promoção das ações direcionadas ao planejamento da logística e da mobilidade em âmbito federal, regional, estadual, municipal e junto às entidades de classe;



(iii) Os indicadores desta iniciativa estratégica são: índices percentuais que avaliam a representatividade do PNLI nas ações estratégicas de investimento do Governo; e o número de eventos de promoção/divulgação do portfólio de ações;

(iv) Finalmente, o objetivo estratégico vinculado a esta iniciativa compreende o monitoramento do portfólio de ações contido no PNLI, tendo como principais entregas o mapeamento da utilização do portfólio de ações do PNLI nos planos setoriais; relatório sobre a manutenção dos padrões propostos pelo PNLI nestes planos, e relatórios com propostas de ajustes no PNLI ou nos planos setoriais.

V. Promover a responsabilidade social e ambiental

(i) Compreende ações que objetivam garantir que a EPL seja responsável social e ambientalmente nas suas atividades. Adicionalmente, busca, no âmbito do CONIT, integrar as políticas de logística e mobilidade com a política social e ambiental;

(ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica medem: o prazo dos licenciamentos executados pela EPL; a sua variação de custos e o número de licenças vencidas;

(iii) O objetivo estratégico vinculado a esta iniciativa envolve o acompanhamento da elaboração dos estudos ambientais contratados pela EPL de forma a garantir a sua qualidade.

2º FOCO DE ATUAÇÃO - EMPREENDIMENTOS EPL

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 4 (quatro) iniciativas estratégicas:

I. Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos

(i) Envolve ações que objetivam estruturar modelos de negócios e definir como será a participação da EPL, governo e parceiros nos mesmos;

(ii) O indicador desta iniciativa controla: o número de projetos estruturados implantados em relação aos empreendimentos estruturados sem interesse de implementação por parceiros e governo;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa tem como principais produtos a estruturação econômico-financeira de empreendimentos propostos no Portfólio de Ações do PNLI; e a estruturação econômico-financeira do Observatório Nacional de Transportes e Logística.

II. Garantir o planejamento eficiente da implantação

(i) Objetiva garantir um processo completo de planejamento para cada empreendimento, desde a concepção do empreendimento passando pelo envolvimento das partes interessadas, obtenção das licenças necessárias, bem como o planejamento e preparação das licitações necessárias, seguindo as melhores práticas em gestão de projetos;

(ii) O indicador desta iniciativa estratégica mede: o desvio entre o escopo planejado em relação ao escopo executado para o projeto;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa envolve a elaboração de um manual com metodologia para implantação dos empreendimentos definindo os procedimentos que permitam avaliar a sua concepção.

III. Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado

(i) Visa assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos sob responsabilidade da EPL. Esta iniciativa prevê aplicar técnicas do PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) desenvolvidas pelo PMI (*Project Management Institute*) para controle da execução dos empreendimentos;

(ii) O indicador desta iniciativa mede: o cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa prevê a execução do monitoramento econômico-financeiro dos Projetos EPL.

IV. Garantir eficiência na gestão dos empreendimentos

(i) Objetiva garantir que os acordos, bem como os contratos com parceiros/governo, sejam cumpridos; inclusive por meio da adoção das melhores práticas de governança corporativa nos empreendimentos em que a EPL participa;

(ii) O indicador desta iniciativa mede a assertividade do retorno planejado para o empreendimento em relação ao retorno alcançado;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa tem como produtos a elaboração de um *Rating* de Governança Corporativa e de um Manual de Governança Corporativa.

3º FOCO DE ATUAÇÃO - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 3 (três) iniciativas estratégicas:

I. Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade

(i) Esta iniciativa prevê o acompanhamento da execução das ações estabelecidas no planejamento e deliberadas pelo CONIT, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal;

(ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica acompanham o custo, cronograma de implantação e atrasos nos projetos do PNLI aprovados pelo CONIT;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa está relacionado à elaboração de relatórios de acompanhamento.

II. Promover a retroalimentação contínua dos planejamentos setoriais

(i) Objetiva promover a atualização periódica do planejamento (PNLI), inclusive com os ajustes necessários, conforme a concretização ou não das premissas utilizadas;



(ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica medem a identificação e tratamento de desvios dos planos setoriais em relação ao PNLI, bem como as propostas de ajustes no PNLI acatadas;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa prevê a avaliação periódica dos resultados do PNLI, conforme metas preestabelecidas, sugerindo atualizações.

III. Monitorar continuamente a operação dos sistemas de logística e mobilidade

(i) Concentra ações direcionadas a monitorar a malha logística e a mobilidade nacional;

(ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica acompanham a implantação do Observatório Nacional de Logística e Transportes, bem como o percentual das diversas infraestruturas de transportes que serão monitoradas pela EPL;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se à implantação do Observatório Nacional de Transportes e Logística.

4º FOCO DE ATUAÇÃO - SERVIÇOS

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 2 (duas) iniciativas estratégicas:

I. Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade

(i) Compreende a produção de estudos, informações e relatórios sobre a movimentação de cargas e pessoas por modal de transporte; sobre a oferta atual do sistema de transportes, para carga e passageiros; bem como identificar as necessidades de melhorias no sistema de transporte;

(ii) Estão previstos, neste objetivo, a execução de estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental para projetos e análises da cadeia logística;

(iii) O indicador desta iniciativa estratégica acompanha: a execução do cronograma e orçamento dos estudos executados pela EPL;

(iv) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se ao acompanhamento destas ações da EPL por meio do seu escritório de projetos.

II. Promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e sistemas ferroviários de alta velocidade

(i) Envolve a certificação da tecnologia adquirida para material rodante, infraestrutura e sistemas ferroviários de alta velocidade;

(ii) O indicador desta iniciativa acompanha a evolução do processo/metodologia de certificação de conformidade a ser construído pela EPL;

(iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa tem como produto o desenvolvimento de Manuais de Certificação.



5º FOCO DE ATUAÇÃO - GOVERNANÇA

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 3 (três) iniciativas estratégicas:

I. Garantir uma estrutura organizacional alinhada à estratégia

- (i) Ações direcionadas a introduzir na EPL um conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e processos que definem como as tarefas serão distribuídas, agrupadas e coordenadas para atingir a estratégia da organização;
- (ii) O indicador desta iniciativa estratégica controla o percentual de processos organizacionais chave implantados;
- (iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa determina a realização de Treinamento de Lideranças da EPL.

II. Promover a integração entre os diferentes órgãos e partes interessadas

- (i) Ações para garantir a comunicação e divulgação eficaz das ações da EPL entre os diferentes órgãos e partes interessadas;
- (ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica medem: a disponibilização pública de informações da EPL, bem como o nível de atendimento das demandas do SIC;
- (iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa relaciona-se à manutenção e publicação de dados/informações atualizados no site da EPL.

III. Implantar a gestão por resultados

- (i) Ações de monitoramento e controle interno de modo a garantir que os resultados previstos no planejamento estratégico sejam atingidos;
- (ii) O indicador desta iniciativa acompanha a operacionalização e o grau de implantação do Planejamento Estratégico da EPL.

6º FOCO DE ATUAÇÃO - INFORMAÇÃO

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 1 (uma) iniciativa estratégica:

I. Garantir a integração e qualidade das informações

- (i) Ações executadas de forma a garantir que as informações utilizadas para o planejamento e gestão sejam confiáveis e íntegras; bem como assegurar o seu armazenamento correto;
- (ii) Os indicadores desta iniciativa estratégica estão vinculados à implantação da POSIC da EPL;
- (iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa prevê a implantação da POSIC da EPL.



7º FOCO DE ATUAÇÃO - TECNOLOGIA

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 1 (uma) iniciativa estratégica:

I. Garantir a infraestrutura tecnológica como suporte para a operação

- (i) Objetiva munir a EPL de infraestrutura tecnológica de alta disponibilidade, inovadora, eficiente, eficaz e integrada com a estratégia da EPL;
- (ii) O indicador desta iniciativa acompanha: o cumprimento das metas estabelecidas no PDTI;
- (iii) O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa avalia o processo de implantação e atualização do PDTI na EPL.

8º FOCO DE ATUAÇÃO - PESSOAS

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de 1 (uma) iniciativa estratégica:

I. Atrair e reter talentos na quantidade adequada e com tempestividade

- (i) Objetiva manter um banco de talentos a fim de atender tempestivamente uma demanda da empresa e definir o perfil de cada área da EPL, para elaborar um plano de cargos e salários que atenda às necessidades da empresa, visando alcançar seus objetivos.

O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa acompanha a elaboração do Plano de Cargos e Salários da EPL.

Finalmente, após a descrição do Mapa Estratégico da EPL, seus objetivos e iniciativas, foram elencadas, na sequência, algumas atividades consideradas relevantes para o ano de 2014 no que se refere à gestão organizacional da empresa.

Para tanto, em 2014, além do acompanhamento interno de seus processos e projetos, ocorreram também as Reuniões de Acompanhamento Estratégico (RAE). A partir dessas reuniões, perfazendo todos os focos de atuação, a alta administração da Empresa percebeu que seu Mapa Estratégico não estava completamente aderente à realidade, bem como alguns dos desenhos de seus processos precisavam ser revisitados. Isso levou à contratação de duas empresas de consultoria, que terão seus trabalhos realizados no ano de 2015.

A Tantum Group Consultoria LTDA apoiará o processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do BSC, contemplando serviços de formulação, revisão, desdobramento (tradução), alinhamento, implementação, monitoramento e capacitação, conforme Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Catálogo de Serviços – Planejamento Estratégico EPL

ETAPA	SERVIÇOS
ETAPA 1 – Desdobramento da Estratégia	1.1 - Revisão do Mapa Estratégico
	1.2 - Elaboração e definição de indicadores e metas

	1.3 - Definição e composição da Carteira de Projetos estratégicos
ETAPA 2 - Alinhamento	2.1 - Elaboração do Painel de Contribuição de uma unidade do órgão ou entidade (Painel Estratégico)
ETAPA 3 – Monitoramento da Gestão Estratégica	3.1 - Estruturação da área responsável pelo monitoramento da estratégia (área de monitoramento)
	3.2 - Desenho do Processo de monitoramento da estratégia
	3.3 - Implementação e acompanhamento do processo de monitoramento da estratégia

Além disso, a EPL também contratou o Instituto PUBLIX que prestará serviços de consultoria de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas para melhoria, suporte técnico e transferência de conhecimento, capazes de atender a EPL no mapeamento, revisão e redesenho de seus processos de negócio, conforme Tabela a seguir.

Tabela 10 - Catálogo de Serviços – Processos EPL

FASES	SERVIÇOS
Mapeamento	S1 – Mapeamento da situação atual dos processos
	S2 – Análise do alinhamento entre a estratégia e a situação atual dos processos
Redesenho	S3 – Análise de melhorias nos processos e sistemas
	S4 – Análise da capacidade e quantidade de recursos humanos para execução do processo de negócio (análise de alocação de recursos)
	S5 – Desenho da situação futura dos processos incorporando os resultados identificados durante a Análise de Processos
	S6 – Elaboração de Plano de Implementação do novo processo
Implantação do Novo Processo	S7 – Apoio no monitoramento de desempenho de processos
	S8 – Apoio na execução do Plano de Implementação do novo processo e Gestão da Mudança
Organização de Gerenciamento de Processos	S9 – Estruturação de Escritório de Processos
	S10 – Formação conceitual e metodológica

A EPL espera, com tais contratações, ampliar a sua capacidade de execução do Planejamento Estratégico e controle do desempenho dos seus processos de negócio de forma a incrementar o nível de gestão da empresa.

5.1.1 Participação da EPL no Planejamento Estratégico do MT

Dentro do Planejamento Estratégico do Sistema Transportes, o MT selecionou um conjunto de iniciativas estratégicas de cada uma de suas entidades vinculadas, inclusive a EPL, para as quais são executadas ações de acompanhamento periódico.

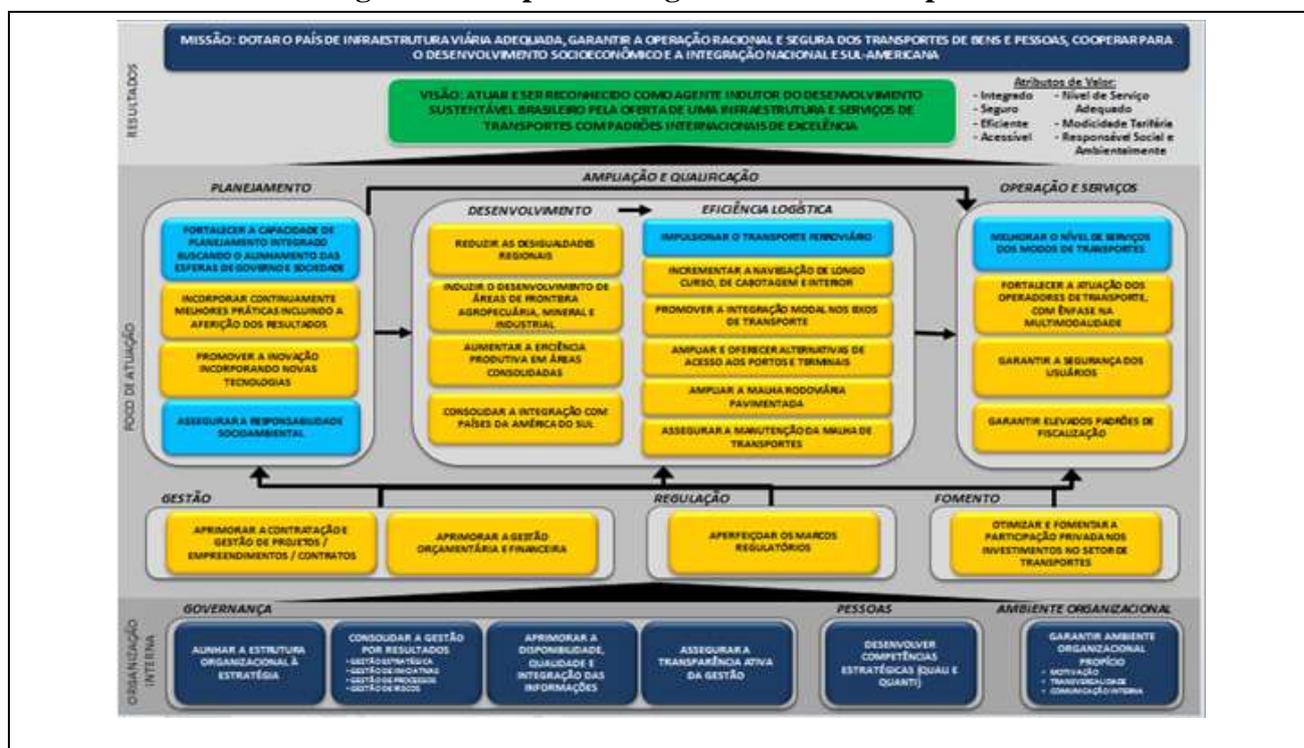
A seleção das iniciativas da EPL relaciona-se com os seguintes objetivos estratégicos do MT:

- (i) Fortalecer a capacidade de planejamento integrado, buscando o alinhamento das esferas de governo e sociedade;

- (ii) Assegurar a responsabilidade socioambiental;
- (iii) Impulsionar o transporte ferroviário; e
- (iv) Melhorar o nível de serviços dos modos de transportes.

No ano de 2014, deu-se início ao Plano de Metas, mecanismo através do qual o MT passou a acompanhar suas vinculadas de forma individualizada. Além disso, as RAE, onde os principais resultados, cronograma e decisões são monitorados em conjunto com o MT, avaliando-se os impactos da evolução dessas ações sobre o planejamento do setor como um todo, continuaram. A seguir, apresentamos o Mapa estratégico do MT, destacando, em azul, aqueles objetivos para os quais as ações da EPL possuem inter-relações.

Figura 8 – Mapa Estratégico Sistema Transportes



Desta forma, a iniciativa de construção do PNLI, esta relacionada ao objetivo de fortalecer a capacidade de planejamento integrado, buscando o alinhamento das esferas de governo e sociedade. Em 2014, esta iniciativa foi monitorada e o status de cada uma das ações vinculadas a sua execução foi discutido e criticamente avaliado, como pode ser observado pela Figura abaixo.

Figura 9 – Status PNLI – RAE/DEZ 2014

PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA INTEGRADA		
PRINCIPAIS ENTREGAS ATÉ HOJE	ENTREGAS 2015	PREVISÃO DE TÉRMINO
<ul style="list-style-type: none"> Rede Georreferenciada Multimodal; Matriz Origem /Destino elaborada pelo Ipea; Pesquisa de Passageiros em aeroportos Levantamento de Fretes, Custos e Capacidades de rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, terminais e cabotagem Dados das notas fiscais eletrônicas 	<ul style="list-style-type: none"> Portfólio de Soluções do PNLI Relatório Final do PNLI 	<ul style="list-style-type: none"> Mar./2015 Jun./2015
#	Pontos Críticos	Recomendações
	<ul style="list-style-type: none"> Calibração Da Rede Multimodal. 	<ul style="list-style-type: none"> Suporte de Informática Instituição do Comitê Técnico de Validação das Soluções Logísticas

Os Licenciamentos Ambientais de rodovias e ferrovias para futuras concessões do Governo Federal estão associados ao objetivo assegurar a responsabilidade socioambiental. Os principais produtos associados aos licenciamentos de cada um dos empreendimentos, bem como o prazo de obtenção das licenças ambientais pretendidas foram detalhadamente acompanhados, conforme observado na Figura 10.

Figura 10 – Licenciamento Ambiental – RAE/DEZ - 2014

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PIL		
• Executar Licenciamentos de Rodovias Concessionadas - licenciamentos contratados e em execução		
RODOVIA	PRODUTOS	TÉRMINO
<ul style="list-style-type: none"> BR-050/GO-MG 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Ambiental EA Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> Setembro/2014 OK! Dezembro/2014
<ul style="list-style-type: none"> BR-060-153-262/GO/DF/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> Outubro/2014 OK! Janeiro/2015 Março/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-163/MT 	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico Ambiental Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> Novembro/2014 OK! Janeiro/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-163/MS 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> Setembro/2014 OK! Janeiro/2015 Abril/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-040/MG/GO/DF 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> Novembro/2014 OK! Janeiro/2015 Março/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-153/TO/GO 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Ambiental EA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> Janeiro/2015 Mai/2015 Setembro/2015

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PIL

• Executar Licenciamentos de Rodovias não Concessionadas - licenciamentos contratados e em execução

RODOVIA	PRODUTOS	TÉRMINO
<ul style="list-style-type: none"> BR-101/BA 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA Licença Prévia 	<ul style="list-style-type: none"> Março/2015 Setembro/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-116/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA Licença Prévia 	<ul style="list-style-type: none"> Maio/2015 Novembro/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-262/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA Licença Prévia 	<ul style="list-style-type: none"> Abril/2015 Setembro/2015

Em 2014, com vistas a acelerar o desenvolvimento dos projetos de engenharia e estudos necessários para a avaliação das concessões previstas no PIL, o Governo Federal publicou Editais de Chamamento Público para a estruturação de rodovias e ferrovias por meio de PMI. Essas PMI são estudos realizados com a autorização do Poder Concedente, desenvolvidos por interessados e que serão ressarcidos pelo futuro concessionário. A avaliação e a seleção dos projetos são realizadas por uma Comissão de Seleção, que inclui a EPL.

Assim, a atuação da EPL passou mais uma vez a se relacionar diretamente com o objetivo estratégico do MT de assegurar a responsabilidade socioambiental. O panorama das PMI pode ser visualizado a seguir.

Figura 11 – Procedimentos de Manifestação de Interesse – RAE/DEZ - 2014

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PIL – PMIs RODOVIAS

Indicador: Executar Licenciamentos de PMIs rodoviárias - licenciamentos a contratar em 2015

RODOVIA	PRODUTOS	TÉRMINO
<ul style="list-style-type: none"> BR-476/PR BR-153/PR BR-153/SC BR-282/SC BR-480/SC 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Ambiental ou EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> A contratar em 1S/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-364/GO BR-364/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Ambiental ou EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> A contratar em 1S/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-163/PA BR-230/PA 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Ambiental ou EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> A contratar em 1S/2015
<ul style="list-style-type: none"> BR-364/MT BR-364/GO BR-060/GO 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo Ambiental ou EIA/RIMA Licença Prévia Licença de Instalação 	<ul style="list-style-type: none"> A contratar em 1S/2015

PROCEDIMENTOS DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE			
Indicador: Analisar as Propostas de PMI rodoviárias			
LOTE/EDITAL	RODOVIA	EXTENSÃO (KM)	PERÍODO DE ANÁLISE
▪ 002/2014	▪ BR-476/PR ▪ BR-153/PR ▪ BR-153/SC ▪ BR-282/SC ▪ BR-480/SC	493,3	Estudos serão recebidos em 15/jan/2015, a partir do que iniciarão as análises
▪ 003/2014	▪ BR-364/GO ▪ BR-364/MG	439,2	
▪ 004/2014	▪ BR-163/PA ▪ BR-230/PA	976,0	
▪ 005/2014	▪ BR-364/MT ▪ BR-364/GO ▪ BR-060/GO	703,7	
PROCEDIMENTOS DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE			
Indicador: Analisar as Propostas de <u>PMIs</u> ferroviárias			
LOTE/EDITAL	FERROVIA	EXTENSÃO (KM)	PERÍODO DE ANÁLISE
▪ 006/2014	Açailândia (MA) e Barcarena (PA)	457	Estudos serão recebidos em maio/2015, a partir do que iniciarão as análises
▪ 007/2014	Anápolis (GO) e Corinto (MG)	775	
▪ 008/2014	Belo Horizonte (MG) e Guanambi (BA)	845	
▪ 009/2014	Estrela D'Oeste (SP) e Dourados (MS)	659	
▪ 010/2014	Sapezal (MT) e Porto Velho (RO)	950	Estudos serão recebidos em julho/2015, a partir do que iniciarão as análises
▪ 011/2014	Sinop (MT) e <u>Miritituba</u> , distrito de Itaituba (PA)	990	

Os Estudos Ferroviários, que se relacionam com o objetivo de impulsionar o transporte ferroviário, têm sua evolução na Figura 12.

Figura 12 – Estudos Ferroviários – RAE/DEZ - 2014

REGULAMENTO DO OPERADOR FERROVIARIO INDEPENDENTE		
PRINCIPAIS ENTREGAS ATÉ HOJE	ENTREGAS 2015	PREVISÃO DE TÉRMINO
<p>Relatórios: 1. Informe inicial; 2. Seleção de opções básicas do modelo (...); 3. Definição e desenvolvimento da estrutura regulatória (...) v. preliminar e definitiva; 6. Regulamento de segurança do setor ferroviário, v. preliminar e definitiva; 7. Objetivos da Padronização dos sistemas de sinalização e comunicações; 8. Alcance da Padronização (idem supra) v. preliminar.</p> <p>Seminários: Exploração do transporte ferroviário de cargas/ Experiências internacionais; e Gestão da Segurança na Operação Ferroviária.</p> <p>Minutas de Resolução: (i) Complementação ao ROFI ; (ii) Comissão de Investigação de Acidentes Ferroviários Regulamentação de Material Rodante e Centros de Manutenção (iii) Padronização ROF dos diversos GIF e Concessionárias Verticais; (iv) Regulamento de Segurança; (v) Regulamentação de Material Rodante e Centros de Manutenção; (vi) Habilitação e treinamento de pessoal técnico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório 8 - Versão Definitiva ▪ Relatório 4 - Versão Preliminar, contendo Definição e Desenvolvimento do Marco de Regulação Ferroviária 	Jan./2015
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório 4 - Versão Definitiva ▪ Relatório 9 - Versão Preliminar, contendo a proposta definitiva da Padronização dos Sistemas de Sinalização e Comunicações Ferroviárias ▪ Minuta de Resolução - Visando à padronização de Sistemas de Sinalização e Telecomunicação 	Mar./2015
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório 9 - Versão Definitiva ▪ Seminários – (i) Proposta de Regulamento de Qualificação Técnica e Operacional dos Operadores Ferroviários Independentes - Regulamento Geral de Operações; (ii) Estrutura da Segurança da Operação Ferroviária; (iii) Padronização dos Sistemas de Comunicação e Sinalização Ferroviária 	Mai./2015
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório 5 – Estudo de Caso considerando o Novo Modelo Ferroviário v. definitiva 	Jul./2015
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório 10 - Relatório Final, contendo a Consolidação da proposta do Novo Modelo Ferroviário, considerando o processo de consulta pública conduzido pela ANTT. ▪ Reunião Final de Apresentação da Proposta do Novo Modelo Ferroviário (setembro). ▪ Apoio à ANTT – Realização das consultas públicas (abril a setembro) 	Set./2015
ESTUDOS TAV		
PRINCIPAIS ENTREGAS ATÉ HOJE	ENTREGAS 2015	PREVISÃO DE TÉRMINO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Traçado Referencial ajustado em função de restrições geológicas e ambientais, e de localização de estações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edital e possível contratação: <ul style="list-style-type: none"> - EVTEA; - Aerolevantamento; - Estudos geológico-geotécnicos; - Planejamento e programa de desapropriação/reassentamento ▪ Edital de Estudos Urbanísticos 	Publicação do Edital do EVTEA até abril de 2015.
#	Pontos Críticos	Recomendações
1	Ato encerrando o Edital – 2012, determinando a continuidade e atribuindo responsabilidades pelos estudos relativos ao projeto TAV Rio de Janeiro – Campinas.	-

Por fim, tem-se a implantação do Observatório Nacional de Transportes que se alinha ao objetivo estratégico de melhorar o nível de serviços dos modos de transportes e cujo status está disposto na Figura 13.

Figura 13 - Observatório Nacional de Transportes e Logística – RAE/DEZ - 2014

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA		
PRINCIPAIS ENTREGAS ATÉ HOJE	ENTREGAS 2015	PREVISÃO DE TÉRMINO
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento da Estratégia de Desenvolvimento do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Formalização de parceria com Universidade. Especificação dos requisitos para o sistema de informações do projeto (arquitetura de informações e tecnológica). 	<ul style="list-style-type: none"> Jan/2015 Dez/2015
#	Pontos Críticos	Recomendações
1	Articulação da EPL com os atores do setor.	Atuação do MT como integrador institucional (Convocações e participação nas reuniões).
2	Formalização de compromisso para compartilhamento de dados.	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Grupo de Trabalho com os atores do setor (MT, ANTT, DNIT, <u>Valec</u>, EPL, SEP, ANTAQ, SAC, ANAC, Infraero, MAPA, MDIC, IPEA e IBGE); Criação de rede de interação e comunicação entre os atores.

5.1.2 Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais

A EPL, cuja criação foi autorizada pela Medida Provisória nº 576, de 2012, e convertida na Lei nº 12.743, de 2012, tem por objeto prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, bem como planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte.

O art. 5º da Lei nº 12.404, de 2011, estabelece as competências da EPL, para as quais, de maneira a facilitar a exposição, estão elencadas na Tabela abaixo, junto aos objetivos constantes no mapa estratégico da EPL e suas principais iniciativas de 2014.

Tabela 11 - Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais

Competências Legais da EPL (Art. 5º da Lei 12.743)	Objetivos Estratégicos da EPL	Atividades Executadas em 2014
I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;	<ul style="list-style-type: none"> Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Estudo: (i) de Regulamento de Operadores Ferroviários Independentes; (ii) sobre padrões de sinalização de ferrovias; (iii) de licenciamento ambiental; (iv) de mapeamento das possíveis áreas para desapropriação no âmbito do TAV Rio de Janeiro – Campinas; e (v) de traçado da ligação da Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia de Integração Oeste-Leste
II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com	<ul style="list-style-type: none"> Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando 	Realizadas prospeções com os gestores e especialistas da EPL, do MT, de Instituições Federais e

<p>instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;</p>	<p>inovações tecnológicas.</p>	<p>pesquisas em sistemas com foco em promover a governança de um setor por meio de um sistema inteligente de gestão de dados e informações estratégicas, com o objetivo de obter informações para estruturação e concepção do sistema “Observatório Nacional de Transporte e Logística”. As prospecções e a revisão da literatura contribuíram para fortalecer a decisão de implementar o referido projeto em fases, sendo: modelagem do sistema de informação, desenvolvimento do sistema, capacitação e treinamento da equipe técnica e gestão do Observatório.</p>
<p>III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado. 	
<p>IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas. 	
<p>V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados) ▪ Promover alinhamento e integração dos planos setoriais de médio e curto prazos ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade] ▪ Promover a retroalimentação contínua dos planejamentos setoriais. 	<p>Realizadas iniciativas associadas à elaboração de estudos sobre as cadeias produtivas e seus impactos na logística e mobilidade nacional; à construção de cenários logísticos baseados em premissas macroeconômicas, sociais, setoriais e de origem e destino; bem como à identificação de melhores práticas e tecnologias de logística e mobilidade, visando incluí-las em um planejamento de transportes integrado.</p>
<p>VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;</p>		

<p>VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas. 	<p>Sem atividades em 2014.</p>
<p>VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a responsabilidade social e ambiental ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	<p>Execução e planejamento de Licenciamento Ambiental.</p>
<p>IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a responsabilidade social e ambiental ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	<p>Execução e planejamento de Licenciamento Ambiental.</p>
<p>X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade. 	<p>Participação na análise da Proposta de Manifestação de Interesse (PMI) da Ponte Rio-Niterói.</p>
<p>XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	<p>Sem atividades em 2014.</p>
<p>XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados) ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade. ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	<p>Realizadas prospecções com os gestores e especialistas da EPL, do MT, de Instituições Federais e pesquisas em sistemas com foco em promover a governança de um setor por meio de um sistema inteligente de gestão de dados e informações estratégicas, com o objetivo de obter informações para estruturação e concepção do sistema “Observatório Nacional de Transporte e Logística”. As prospecções e a revisão da literatura contribuíram para fortalecer a decisão de implementar o referido projeto em fases, sendo: modelagem do sistema de informação, desenvolvimento do sistema, capacitação e treinamento da equipe técnica e gestão do Observatório.</p>
<p>XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados) ▪ Adotar melhores práticas de 	<p>Definida Metodologia de Apuração de Metas do PNLI.</p>

cooperação para esse fim;	soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade. 	
XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado. 	Sem atividades em 2014.
XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado. 	Sem atividades em 2014.
XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor; e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e sistemas ferroviários de alta velocidade. 	Sem atividades em 2014.
XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação. 	Realizado mapeamento das possíveis áreas para desapropriação no âmbito do TAV Rio de Janeiro - Campinas.
XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado. 	Sem atividades em 2014.
XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados,	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística 	Sem atividades em 2014

Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;	e mobilidade.	
XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;	<ul style="list-style-type: none"> Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Realizadas iniciativas associadas à elaboração de estudos sobre as cadeias produtivas e seus impactos na logística e mobilidade nacional; à construção de cenários logísticos baseados em premissas macroeconômicas, sociais, setoriais e de origem e destino; bem como à identificação de melhores práticas e tecnologias de logística e mobilidade, visando incluí-las em um planejamento de transportes integrado.
XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes.	<ul style="list-style-type: none"> Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Realizado estudo de traçado da ligação da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.2 Objetivo

Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	FOMENTAR O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS					
Código	0145	Órgão	MT			
Programa	TRANSPORTE FERROVIÁRIO			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km do TAV	Km	1	0	0	0
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Vetor Logístico Leste	Km	-	0	0	0

02	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	-	0	0	0
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	-	-	-	-	-	-

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	ESTRUTURAR O PLANEJAMENTO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA FERROVIÁRIO FEDERAL					
Código	0492	Órgão	MT			
Programa	TRANSPORTE FERROVIÁRIO			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
01	Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal.					
02	Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transporte centralizada					

5.2.2.1 Análise Situacional

Objetivo: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros

O Governo Federal, visando promover o transporte ferroviário de passageiros, pretende implantar um sistema de transporte ferroviário de alta velocidade, com condições de oferecer aos passageiros preços competitivos, qualidade, conforto, segurança e rapidez nas viagens.

Nesse sentido, o projeto TAV Rio – Campinas visa dotar a área de influência do eixo que liga as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas de um serviço de transporte ferroviário de passageiros por um sistema de Trens de Alta Velocidade (TAV) e, assim, reduzindo a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros nas rodovias e aeroportos que interligam estas cidades, o principal corredor de transporte do País.

Especificamente durante o ano de 2014, em linhas gerais, foram realizadas atividades voltadas à ampliação e aprimoramento da base de dados do projeto, com a produção de bases cartográficas mais detalhadas, elaboração de novos modelos digitais de elevação, melhoria da base de hidrografia, considerações de restrições geológico-geotécnicas e ambientais, e concepção e implementação de novos sistemas de avaliação de desapropriação.

A atualização e melhoria da base de dados, associada à inclusão de uma estação em Aparecida e à alteração da localização das estações Barra Mansa e São José dos Campos recomendações emanadas pelo Acórdão TCU nº 1510/2010, em especial quanto à incorporação das restrições geológico-geotécnicas, ensejou a realização de estudos com vistas ao aperfeiçoamento do Traçado Referencial do EVTEA/2009, elemento básico e essencial para o desenvolvimento dos projetos de engenharia e estimativas de custos de investimentos, operação e manutenção do sistema.

A revisão do Traçado Referencial compreendeu uma abordagem multidisciplinar, envolvendo análises do ponto de vista de sua geometria, geológico-geotécnico, e dos impactos socioambientais, e resultando na otimização viável do traçado sob os aspectos analisados.

Com vistas a avaliar o traçado otimizado quanto às suas condições operacionais, foram contratados serviços de consultoria especializada em Ferrovias de Alta Velocidade, que envolveram a realização de simulações de marcha para os serviços propostos para o TAV Rio de Janeiro – Campinas.

Esse trabalho resultou na indicação das velocidades máximas alcançadas devido às restrições de velocidade ao longo do traçado, do consumo de energia do material rodante em todos os trechos e de recomendações de ajustes a serem efetuados para aperfeiçoamento do traçado referencial otimizado pela EPL.

Em 06 de agosto de 2014, por meio do Acórdão TCU nº 2052/2014, o Tribunal de Contas da União (TCU), determinou a realização de novo estudo de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, em virtude da suspensão do certame pelo Governo Federal, por prazo indeterminado, e a evidente desatualização do EVTEA/2009,

Assim, em observâncias às suas atribuições legais, e em cumprimento às determinações do TCU, a EPL elaborou minuta de Edital de Licitação visando à contratação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), elemento necessário e anterior à elaboração dos projetos de engenharia com vistas à implantação da infraestrutura do TAV Rio de Janeiro – Campinas.

Constitui, também, objeto deste Edital os serviços de consultoria para realização de estudos preparatórios para contratação do projeto básico de engenharia e arquitetura e a elaboração de plano de gestão de riscos no projeto de engenharia.

Visando quantificar e qualificar as remoções necessárias à implantação da faixa de domínio do TAV Rio-Campinas, em cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), foram mapeados os polígonos de desapropriação, tanto de áreas construídas como de terras nuas, polígonos esses classificados de acordo com seu uso e ocupação.

Ainda com vistas às remoções decorrentes da implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas, foi elaborado um projeto básico de licitação para contratação de serviços especializados



para desenvolver um planejamento e elaborar bases para um programa de desapropriações e reassentamentos.

Por fim, visando criar bases para realização de suas obrigações no âmbito do projeto TAV RIO – CAMPINAS, a EPL iniciou tratativas para a constituição de arcabouço técnico-normativo voltado para as diversas etapas de implantação sistemas de TAV, as Normas da União Internacional de Ferrovias (UIC), as Normas Europeias ou Euronormas (EM) e os Padrões Técnicos Europeus (TSI), que são aquelas que estão sendo consideradas para nortear os trabalhos do EVTEA.

Objetivo: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal

A EPL é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do CONIT, reformulado pelo Decreto nº 7.789, de 15 de agosto de 2012, para incorporar, em sua composição, representantes da iniciativa privada. Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no País, a EPL vai atuar como sócia na concessão do TAV, com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no setor.

A EPL planejará e estruturará, sob demanda e mediante contratação, projetos logísticos e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes.

A empresa obtém também as licenças ambientais para a realização de obras em rodovias federais concessionadas, no ano de 2014, a EPL obteve a Licença de Instalação (LI) para a BR-050/GO/MG. Antes desse papel assumido pela EPL, aguardava-se a obtenção da licença para, posteriormente, iniciar a execução da obra. O trabalho da EPL permite às concessionárias anteciparem as obras de duplicação.

Por fim, a EPL está participando da análise do conteúdo de propostas técnicas de projetos de infraestrutura de interesse do Governo Federal, apresentadas por investidores privados por meio de PMIs. A EPL possui representantes em cada uma das Comissões Tripartites com objetivo de indicar ao Ministro de Estado dos Transportes os melhores estudos em cada Edital, com isso o Governo Federal busca acelerar o desenvolvimento dos projetos de engenharia e estudos necessários para a avaliação das concessões previstas no PIL.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações - OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação	
Código	0022 Tipo: Operação Especial
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais

Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais - Código: 0901					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.000	51.000	10.085	10.085	10.085	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Operação Especial			
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000	20.000	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	0110		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição à Previdência Privada					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	438.000
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
438.000	434.644	3.356	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	1D47		Tipo: Atividade			
Título	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
-	-	-	-	-	-	3.949.781
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Realizada		-	-	Unidade	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.949.781	763.358	3.186.423	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000.000	50.000.000	22.398.136	22.398.136	17.763.524	-	2.754.836
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.754.836	1.186.884	1.441.322	-		-	-

Identificação da Ação	
Código	2004 Tipo: Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica
Iniciativa	-
Objetivo	- Código: -

Programa		Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126				
Unidade Orçamentária		EPL				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
172.524	229.767	211.123	211.123	203.405	-	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas-		-	-	Unidade	129	191
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.600	21.600	-	-	-	-	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas		-	-	Unidade	36	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.612	42.612	42.612	42.612	933	-	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidores Beneficiadas		-	-	Unidade	36	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
660.000	750.000	750.000	750.000	732.631	-	

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidores Beneficiados	-	-	Unidade	114	132	130
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	-					
Objetivo	-			Código: -		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.827.348	30.577.411	30.577.411	30.577.411	27.644.939	-	2.682.896
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas	-	-	Unidade	191	-	175
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.682.896	593.677	2.089.219	-	-	-	

Identificação da Ação	
Código	20UA Tipo: Atividade
Título	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC)
Iniciativa	-
Objetivo	- Código: -
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126
Unidade Orçamentária	EPL

Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
251.120.000	51.120.000	28.811.157	28.811.157	13.533.409	-	30.629.364
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudos Realizados		-	-	Unidade	6	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
30.629.364	20.335.271	1.198.470	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	20UC		Tipo: Atividade			
Título	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	23.600
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudos Realizados		-	-	Unidade	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
23.600	20.800	2.800	-		-	-

Identificação da Ação						
------------------------------	--	--	--	--	--	--

Código	8785 Tipo: Atividade					
Título	Gestão e Coordenação do PAC					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.020.000	6.020.000	2.225.376	2.225.376	2.048.317	-	971.995
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Realizada			-	-	Unidade	5
				5	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
971.995	922.282	49.713	-	-	-	

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação						
Código	0110 Tipo: Operação Especial					
Título	Contribuição à Previdência Privada					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126 Tipo:					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
438.000	434.644	3.356				
Identificação da Ação						
Código	1D47 Tipo: Atividade					

Título	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes				
Iniciativa	-				
Objetivo	- Código: -				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT Código:2126 Tipo:				
Unidade Orçamentária	EPL				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.949.781	763.358	0	Pesquisa Realizada	Unidade	1

Identificação da Ação					
Código	20UC Tipo: Atividade				
Título	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes				
Iniciativa	-				
Objetivo	- Código: -				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT Código:2126 Tipo:				
Unidade Orçamentária	EPL				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
23.600	20.800	2.800	Estudos Realizados	Unidade	1

5.2.3.5 Análise Situacional

No que se refere aos atos orçamentários, a Lei Orçamentária Anual reservou inicialmente R\$ 348,9 milhões para a EPL em 2014.

Ao longo do ano, as dotações foram revistas para se adequarem às necessidades reais da empresa, o que motivou a abertura de dois créditos adicionais. O primeiro deles suplementou em R\$ 57 mil os recursos destinados à Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, e o segundo promoveu ajustes em Pagamento de Pessoal Ativo em R\$ 8,3 milhões. Ambos foram motivados pela aprovação do aumento de quadro de colaboradores da Empresa pelo Departamento de Governança das Empresas Estatais – DEST/MP, que elevou o quantitativo de 151 para 190 cargos disponíveis. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPOG) disponibilizou ainda, R\$ 90 mil destinados ao atendimento do pagamento de auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.

No decorrer do exercício financeiro, disponibilidades orçamentárias da EPL, da ordem de R\$ 220 milhões, foram canceladas para suplementar outros empreendimentos do PAC, no âmbito do MT. Sendo que, R\$ 200 milhões foram cancelados dos recursos da Ação Orçamentária “20UA –

Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)” e o restante, R\$ 20 milhões foram cancelados da Ação Orçamentária “8785 – Gestão e Coordenação do PAC”. Há que se considerar pelo cancelamento descrito, o adiamento da execução de atividades inerentes à implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV e o adiamento dos estudos e relatórios para as ferrovias, em função da nova modelagem adotada pelo Governo para as concessões do modal.

Portanto, do total aprovado inicialmente para a EPL, R\$ 348,9 milhões, restaram R\$ 138,8 milhões. O valor total empenhado foi de R\$ 85 milhões, representando uma eficiência de aproximadamente 61%. Do valor total empenhado, R\$ 30,5 milhões foram para pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 31 milhões foram para pagamento de projetos, estudos e assistência às ações provenientes do PAC. Para custear o funcionamento da Empresa, foram empenhados R\$ 22,4 milhões e o restante R\$ 1,1 milhão para ações de Benefícios aos Servidores.

Quanto à execução financeira, do valor total empenhado, R\$ 85 milhões, foram pagos R\$ 62 milhões, uma eficiência em torno de 85,6%. Ainda, dos valores inscritos em Restos a Pagar, R\$ 41,5 milhões, foram pagos R\$ 24,3 milhões, uma eficiência de 59%.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os dados sobre planejamento, programação orçamentária e financeira, programas temáticos, indicadores e demais elementos e resultados da gestão foram informados exhaustivamente nos subitens que integram este Item 5. – Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

A EPL possui indicadores para cada um dos processos de negócios que foram mapeados e implantados. Tais indicadores permitem a aferição do desempenho organizacional em relação a seus processos finalísticos, bem como a identificação de dificuldades para as quais sejam necessárias correções no planejamento previsto.

No Quadro A.5.4, foram descritos os indicadores de desempenho disponíveis.

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de classificação dos atributos da rede por modal	Aguardando demanda para execução	80%	-	Anual	Σ (links classificados em cada atributo definido para cada modal) / Σ (total de links de cada modal*total de atributos de cada modal)*100
Efetividade na coleta de dados sem reexecução	Não foi medido	80%	-	Mensal	Se $n > 100\% = 100\%$; $[(n^\circ \text{ de coletas de dados por turno realizadas}) / (n^\circ \text{ de coletas de dados por turno planejadas})] \times 100$
Base de dados para macrossimulação obtidas conforme	10%	8%	10%	Mensal	$[(n^\circ \text{ de bases de dados consistentes obtidas}) / (n^\circ \text{ de bases planejadas})] \times 100$ Obs.: novas bases podem ser

planejadas					incluídas, mas não excluídas
Classificação dos atributos da rede por modal	10%	8%	10%	Mensal	$[\sum (\text{links classificados em cada atributo por modal}) / \sum (\text{links de cada modal} \times \text{total de atributos por modal})] \times 100$
Metas definidas e desdobradas	Aguardando demanda para execução	80%	-	Mensal	Meta global definida(50%) + Metas desdobradas (50%) Metas Desdob. = $[(\text{n}^\circ \text{ de metas definidas}) / (\text{n}^\circ \text{ total de desdobramentos necessários})] \times 100$
Bases de dados obtidas para a microsimulação conforme planejadas	8%	8%	8%	Mensal	$[(\text{n}^\circ \text{ de base de dados para microsimulação obtidas}) / (\text{n}^\circ \text{ de base de dados planejadas})] \times 100$
Projetos analisados	Aguardando demanda para execução	80%	-	Mensal	Das oportunidades identificadas e ranqueadas, quantas tiveram projeto preliminar elaborado (PPS + PPE) (100% dos projetos indicados no PNLI)
Índice de soluções tecnológicas em desenvolvimento dentro do prazo-	Aguardando demanda para execução	100%	-	-	Número de soluções tecnológicas em desenvolvimento dentro do prazo no trimestre/ número de soluções tecnológicas em desenvolvimento no trimestre *100
Índice de soluções tecnológicas realizadas dentro do prazo	Aguardando demanda para execução	100%	-	-	Número de soluções tecnológicas finalizadas no trimestre dentro do prazo/ número de soluções tecnológicas finalizadas no ano *100
Índice de variação de custo para desenvolvimento de soluções tecnológicas	Aguardando demanda para execução	+/-10%	-	-	Valor realizado das soluções em desenvolvimento - Valor orçado das soluções em desenvolvimento / Valor orçado das soluções em desenvolvimento *100
Índice de licenciamentos ambientais no prazo	67%	100%	67%	Mensal	% de licenciamentos que possuem o cronograma dentro do previsto no planejamento do contrato
Índice de licenciamentos ambientais no prazo - rodovias	33%	100%	33%	Mensal	% de licenciamentos que possuem o cronograma dentro do previsto no planejamento do contrato apenas para aquelas

não concessionadas					que não foram concessionadas pela ANTT
Índice de licenciamentos ambientais no prazo - rodovias concessionadas	100%	100%	100%	Mensal	% de licenciamentos que possuem o cronograma dentro do previsto no planejamento do contrato dos apenas para aquelas que foram concessionadas pela ANTT
Índice de licenciamentos ambientais finalizados dentro do prazo	11%	100%	11%	Mensal	Número de licenciamentos finalizados no mês dentro do prazo/ número de licenciamentos finalizados no ano *100
Quantidade de licenças vencidas	0	0	0	Semestral	Quantidade de licenças vencidas no período
Índice de complementações aos estudos solicitadas pelo órgão licenciador	39%	Abaixo de 40%	39%	Semestral	Quantidade de complementações solicitadas no período / quantidade de estudos apresentados no período *100
Índice de cumprimento das entregas (bens)	Aguardando demanda	100%	-	Mensal	Total de entregas realizadas no mês / total de entregas previstas no mês *100
Índice de cumprimento das entregas (serviços)	63%	80%	63%	Mensal	Total de entregas realizadas no mês / total de entregas previstas no mês *100
Índice de boletins de medição enviados no prazo	100%	100%	100%	Mensal	Número de boletins enviados no prazo/total de boletins emitidos no mês *100
Índice de qualidade dos boletins de medição	100%	100%	100%	Mensal	Número de boletins emitidos conformes padrão/total de boletins emitidos no mês *100
Índice de aquisições realizadas conforme prazo estabelecido por modalidade	83%	100%	83%	Mensal	Total de aquisições realizadas no mês conforme prazo estabelecido / Total de aquisições concluídas no mês *100
Índice de fornecimento de serviços contínuos	100%	100%	100%	Mensal	Quantidade de serviços contínuos fornecidos no mês / Quantidade total de serviços contínuos *100
Índice de solicitações de pagamento enviadas no prazo	100%	100%	100%	Mensal	Quantidade de solicitações de pagamento enviadas no prazo / Quantidade total de solicitações de pagamento *100
Índice de realização	Não foi medido	>= 90% -	-	Mensal	Durante a execução: Valor liquidado / Valor previsto

financeira até a referência		<=110%			até a referência Ao término: Valor real / Valor previsto
Índice de atraso do projeto / Empreendimento	9,22%	Menor que 20%	9,22%	Mensal	Durante a execução: Tendência de atraso / Duração Prevista Ao término: Atraso real / duração prevista
Índice de Desempenho Físico	67%	100%	67%	Mensal	% de avanço físico realizado / % de avanço físico previsto
Custo da implantação dos projetos até a data	Aguardando demanda para execução	>= 90% - <=110%	-	Mensal	Σ (Valor realizado dos projetos em elaboração/ Valor orçado dos projetos em elaboração *100
Índice de projetos em implantação dentro do prazo (até 10% de atraso)	Aguardando demanda para execução	100%	-	Mensal	número de projetos em elaboração no mês dentro do prazo/ número de projetos em elaboração no mês *100
Índice de projetos finalizados dentro do prazo (até 10% de atraso)	Aguardando demanda para execução	100%	-	Mensal	número de projetos finalizados no mês dentro do prazo/ número de projetos finalizados no ano *100
Índice de atraso do projeto	Aguardando demanda para execução	+/-10%	-	Mensal	Tendência de atraso / Duração Prevista *100
Índice de projetos com informações disponibilizadas no prazo	Aguardando demanda para execução	A definir	-	Mensal	Nº de projetos que disponibilizaram as informações no prazo /Nº de projetos acompanhados

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 6.1 Programação e Execução das Despesas; 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda; e 6.5 Transferências de Recursos.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 90/2014, estão indicados abaixo parte dos itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 6.1. Programação e Execução das Despesas
QUADRO A.6.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa
Justificativa: Não se aplica à realidade da estrutura da Empresa, pois só há uma unidade gestora.
ITEM 6.1. Programação e Execução das Despesas
6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ
Justificativa: Não se aplica à realidade da estrutura da Empresa, pois só há uma unidade gestora.
ITEM 6.1. Programação e Execução das Despesas
6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ
Justificativa: Não se aplica à realidade da estrutura da Empresa, pois só há uma unidade gestora.
ITEM 6.1. Programação e Execução das Despesas
6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Justificativa: Não se aplicam, pois a EPL não recebeu recursos de outros órgãos.
ITEM 6.5. Transferências de Recursos
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse
Justificativa: Desde sua criação, a EPL não firmou Convênios e/ou Contratos de Repasse.
ITEM 6.5. Transferências de Recursos
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
Justificativa: Desde sua criação, a EPL não firmou Convênios e/ou Contratos de Repasse.

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Empresa de Planejamento e Logística S.A		Código UO: 39253		UGO: 39253	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		20.878.348	-	53.111.736	
CRÉDITOS	Suplementares	9.750.063	-	(7.852.757)	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2014 (A)		30.628.411	-	45.258.979	
Dotação final 2013(B)		25.079.020	-	58.288.659	
Variação (A/B-1)*100		22,12%	-	(33%)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		274.945.000	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	(212.000.000)	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2014 (A)		62.945.000	-	-	-
Dotação final 2013(B)		161.591.000	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		(57%)	-	-	-

6.1.1.1 Análise Crítica

Ao longo do ano, as dotações foram revistas para se adequarem às necessidades reais da empresa, o que motivou a abertura de dois créditos adicionais. O primeiro deles suplementou em R\$ 57 mil os recursos destinados a Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, e o segundo promoveu ajustes em Pagamento de Pessoal Ativo em R\$ 8,3 milhões. Ambos foram motivados pela aprovação do aumento de quadro de colaboradores da Empresa pelo Departamento de Governança das Empresas Estatais – DEST/MP, que elevou o quantitativo de 151 para 190 cargos disponíveis. A Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP disponibilizou ainda, R\$ 90 mil destinados ao atendimento do pagamento de auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.

No decorrer do exercício financeiro, disponibilidades orçamentárias da EPL, da ordem de R\$ 220 milhões, foram canceladas para suplementar outros empreendimentos do PAC, no âmbito do MT. Sendo que, R\$ 200 milhões foram cancelados dos recursos da Ação Orçamentária “20UA – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)” e o restante, R\$ 20 milhões foram cancelados da Ação Orçamentária “8785 – Gestão e Coordenação do PAC”. Há que se considerar pelo cancelamento descrito, o adiamento da execução de atividades inerentes à implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) e o adiamento dos estudos e relatórios para as ferrovias, em função da nova modelagem adotada pelo Governo para as concessões do modal.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	395001	154040	26121212620UA0001	356.000	-	-
Recebidos	154040	395001	26121212620UA0001	20.000	-	-

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	395001	113601	26122212620000001	-	-	291.500

Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	395001	113601	26122212620000 001	186.325	-	-
Recebidos	113601	395001	26122212620000 001	505	-	-

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	395001	200109	26122212687850 001	-	-	1.633.624
Recebidos	200109	395001	26122212687850 001	-	-	1.698.149
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Cabe esclarecer que o total repassado à UG 200109 foi no valor de R\$3.319.264,92. Foi devolvido R\$1.698.149,47, sendo, R\$934.983,58 (devolução apenas de recursos financeiros os quais não foram devolvidos em 2013) e R\$763.165,89 (orçamento e financeiro) devolvidos dentro do exercício de 2014.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Empresa de Planejamento e Logística S.A		Código UO: 39253		UGO: 39253	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite	-	5.427	-	5.427	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	-	-	-	-	

d) Pregão	9.668.548	13.459.909	9.643.830	13.459.909
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	8.646.459	-	8.646.459	-
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	5.969.658	5.647.704	5.969.658	5.647.704
i) Inexigibilidade	739.215	1.404.665	738.715	1404.665
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	28.055.212	21.839.171	27.655.025	21.839.171
l) Diárias	867.857	957.402	822.392	957.402
5. Outros	8.415.698	2.097.302	8.415.698	2.097.302
6. Total (1+2+3+4+5)	62.362.648	45.411.580	61.937.243	45.411.580

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Empresa de Planejamento e Logística S.A		Código UO: 39253		UGO: 39253					
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	de	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal									
Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil (1º elemento)		20.951.991	17.714.830	19.855.097	17.714.830	1.118.663	12.485	19.454.909	15.334.066
Obrigações Patronais (2º elemento)		7.496.311	5.943.794	6.377.648	5.943.794	1.096.895	330.665	6.377.647	5.383.502
Indenizações Trabalhistas (3º elemento)		390.296	236.567	322.643	236.567	67.653	17.930	322.643	236.567
Demais elementos do grupo		148.898	626.876	145.791	626.876	3.106		145.791	885.036
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-

Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes									
Outros serviços de terceiros P.J. (1º elemento)	9.670.832	10.267.410	7.873.657	10.267.410	1.797.175	3.537.234	7.870.838	8.236.764	
Contribuições - Fundo a Fundo (2º elemento)	6.518.820	1.963.709	5.183.640	1.963.709	1.335.180	69.326	5.183.640	1.442.385	
Obrigações Tributárias Contributivas (3º elemento)	1.347.491	2.920.709	1.346.491	2.920.709	291.500	69.326	1.346.491	2.399.385	
Demais elementos do grupo	6.749.227	2.956.821	5.593.917	2.956.821	1.155.310	-	5.571.519	2.091.351	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4. Investimentos									
Obras e Instalações (1º elemento)	22.293.957	26.110.271	8.646.460	26.110.217	13.647.498	6.259.206	8.646.459	10.584.864	
Outros Serviços Terceiros – PJ (2º elemento)	8.377.231	9.357.202	6.272.798	9.357.202	2.104.433	-	6.272.798	-	
Equipamentos e Material Permanente (3º elemento)	395.391	5.903.519	324.771	5.903.519	211.200	-	324.771	-	
Demais elementos do grupo	685.455	662.813	419.737	662.813	265.718	13.753.575	419.737	258.115	
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
6. Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	

6.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Do total aprovado inicialmente para a EPL, R\$ 348,9 milhões, restaram R\$ 138,8 milhões. O valor total empenhado foi de R\$ 85 milhões, representando uma eficiência de aproximadamente 61%. Do valor total empenhado, R\$ 30,5 milhões foram para pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 31 milhões foram para pagamento de projetos, estudos e assistência às ações provenientes do PAC. Para custear o funcionamento da Empresa, foram empenhados R\$ 22,4 milhões e o restante R\$ 1,1 milhão para ações de Benefícios aos Servidores.

Quanto à execução financeira, do valor total empenhado, R\$ 85 milhões, foram pagos R\$ 62 milhões, uma eficiência em torno de 85,6%. Ainda, dos valores inscritos em Restos a Pagar, R\$ 41,5 milhões, foram pagos R\$ 24,3 milhões, uma eficiência de 59%. Não houve nenhuma restrição orçamentária e financeira decorrente do Decreto de Contingenciamento.

Tabela 12 - Realização da Despesa

Funcional	Ação	GND	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenh.	Pago	RP Insc.	RP Pago
26.121.2126.1D47.0001	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes	4	0	0	0	0	3.949.781	763.358
26.121.2126.20UA.0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	4	251.120.000	51.120.000	28.811.158	13.533.410	30.629.364	20.335.271
26.121.2126.20UC.0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	3	0	0	0	0	438.000	434.644
26.122.2126.0110.0001	Contribuição à Previdência Privada	1	0	0	0	0	438.000	434.644
26.122.2126.2000.0001	Administração da Unidade	4	9.205.000	9.205.000	1.836.622	1.033.819	292.698	258.366
26.122.2126.2000.0001	Administração da Unidade	3	40.795.000	40.795.000	20.561.514	16.729.705	2.462.138	928.518
26.122.2126.20TP.0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União	1	20.827.348	30.577.411	30.577.411	27.644.939	2.682.896	593.677
26.121.2126.8785.0001	Gestão e Coordenação do PAC	4	14.620.000	2.620.000	870.000	870.000	268.710	268.710
26.121.2126.8785.0001	Gestão e Coordenação do PAC	3	11.400.000	3.400.000	1.358.809	-	-	-
26.301.2126.2004.0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, CMS,	3	172.524	229.767	211.123	-	-	-

	Empregados e Militares.							
26.331.2126.00M1.0001	Benefícios Assistenciais decorrentes de auxílio-funeral e natalidade	3	20.000	20.000	0	0	0	0
26.331.2126.2010.0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores, CMS, Empregados e Militares.	3	21.600	21.600	0	0	0	0
26.331.2126.2011.0001	Auxílio-Transporte aos Servidores, CMS, Empregados e Militares.	3	42.612	42.612	42.612	933	0	0
26.331.2126.2012.0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores, CMS, Empregados e Militares.	3	660.000	750.000	750.000	732.631	0	0
26.331.2126.212B.0001	Outros Benefícios aos Servidores, CMS, Empregados e Militares.	3	0	0	0	0	0	0
28.846.0901.0022.0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais devidas por Empresas Estatais	1	51.000	51.000	10.085	10.085	0	0
			348.935.084	138.832.390	85.029.335	61.937.244	41.450.473	24.256.916

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Em 2014, não houve despesa para publicidade institucional, mercadológica e de utilidade pública, assim como não há contrato para realização destes tipos de publicidade.

O único contrato nessa área é o de publicidade legal, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-

Legal	26122212620000001	90.000	29.136
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	35.854.395,94	23.447.236,64	3.311.535,85	9.095.623,45
2012	4.159.364,47	781.879,57	64.431,70	3.313.053,20
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.436.712,35	27.800,00	1.408.912,35	-
2012	-	-	-	-

6.4.1 Análise Crítica

Do valor total de RAP inscritos em 2013 para repercussão financeira, em 2014, destacam-se os valores inscritos na Ação Orçamentária 20UA – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programação de Aceleração do Crescimento), correspondentes ao início de projetos em 2013 como Estudos de Impacto Ambiental – EIA/Relatórios de Impacto Meio-Ambiente – RIMA e início de termos de cooperação. Do valor total inscrito, foram pagos aproximadamente 58% (cinquenta e oito por cento). Do restante, alguns foram reinscritos para 2015.



Empresa de Planejamento e Logística

5	08/2013	13.564.476/0001-05	0,00	-	0,00	0,00	22/08/2013	22/08/2018	-
5	09/2013	04.898.488/0001-77	0,00	-	0,00	0,00	02/12/2013	03/12/2016	-
5	s/n	04.898.488/0001-77	0,00	-	0,00	0,00	31/07/2013	30/07/2018	-
5	01/2014	10.770.641/0001-89	0,00	-	0,00	0,00	21/08/2013	20/08/2018	-
5	01/2014	00.000.000/4251-09	0,00	-	0,00	0,00	27/10/2014	27/10/2019	-
5	07/2014	00.731979/0001-78	0,00	-	0,00	0,00	20/11/2014	19/06/2015	-

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
5 - Acordo de Cooperação Técnica	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL									
CNPJ:15.763.423/0001-30					UG/GESTÃO: 395001/39253				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	675294	154040/15257	712.000	-	356.000	524.000	26/05/13	26/05/15	1
3	675447	113601/11302	522.225	-	477.825	521.720	29/05/13	28/01/15	1
3	676261	200109/00001	4.952.888	-	1.633.624	2.556.099	30/08/13	26/10/15	1
5	677800	03723329000179	17.211.202	-	14.540.842	14.540.842	26/12/13	25/12/16	1
5	02/2014	03508097000135	53.973	-			05/12/14	04/12/19	1
5	04/2013	03.132.745/0001-00	0,00	-	0,00	0,00	25/04/2013	25/04/2018	-
5	07/2013	00.394.437/0001-08	0,00	-	0,00	0,00	25/06/2013	24/06/2018	-
5	01/2013	05.051.955/0001-91	0,00	-	0,00	0,00	11/07/2013	10/07/2018	-
5	06/2013	00.336.701/0001-04	0,00	-	0,00	0,00	29/08/2013	29/08/2018	-
5	01/2013	43.048.396/0001-50	0,00	-	0,00	0,00	29/04/2013	28/04/2018	-
5	05/2013	08.829.974/0001-94	0,00	-	0,00	0,00	13/09/2013	12/09/2016	-
1	01/2013	03.507.415/0001-44	0,00	-	0,00	0,00	30/08/2013	30/08/2018	-

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL					
CNPJ:	15.763.423/0001-30					
UG/GESTÃO:	395001/39253					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	3	-	2.467.449	2.046.241	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Acordo de Cooperação Técnica	1	1	-	14.540.842	-	-
Totais	1	4	-	17.008.291	2.046.241	-

Fonte: SIAFI

6.5.5 Análise Crítica

A EPL, durante o ano de 2014, buscou o apoio de 3 (três) instituições públicas, para a troca de conhecimentos de interesse comum por meio de Acordo de Cooperação Técnica e Termo de Execução Descentralizada.

Os Termos de Execução Descentralizada foram firmados com o Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e com o IPEA. Estes Termos estão interligados com o mesmo objetivo principal: a realização e análise da chamada Pesquisa Origem e Destino (O/D).

O primeiro Termo, de cunho operacional, buscou apoio do DPRF para garantir a segurança na execução das pesquisas de O/D de Cargas e Passageiros, que envolveram contagens volumétricas e classificatórias no território nacional. Para tanto, o DPRF agiu, principalmente, em 3 (três) frentes: (i) orientando a empresa contratada pela EPL quanto ao posicionamento do posto de pesquisa, de forma a garantir a segurança viária, a segurança dos usuários da via e dos pesquisadores, supervisores e do pessoal de apoio de campo responsável pela execução das contagens e entrevistas; (ii) realizando a abordagem dos motoristas nas vias, indicando os locais de

parada para execução das entrevistas; e (iii) realizando o controle de tráfego local dos veículos que não foram abordados para a realização da pesquisa.

Nesse ponto, cabe salientar que a opção pelo instrumento “Termo de Execução Descentralizado” baseou-se na necessidade de pagamento de diárias e combustíveis para deslocamento das forças policiais que acompanhariam a pesquisa.

As descentralizações foram divididas em seis parcelas, atreladas a relatórios de orientação, planejamento e medição, todavia, em decorrência de fatos supervenientes envolvendo a empresa contratada para a realização da pesquisa, apenas pôde-se cumprir as atividades relacionadas à primeira e segunda etapas, restando o saldo correspondente à terceira etapa a ser analisada na prestação de contas final da parceria.

Os dados obtidos com a Pesquisa O/D viabilizaram o desenvolvimento dos trabalhos previstos no Termo de Execução Descentralizada com o IPEA, cujo objetivo era estimar a matriz de origem e destino de cargas e passageiros para o transporte no Brasil.

O trabalho realizado pelo IPEA envolveu: (i) elaboração de metodologia para pesquisa de campo, incluindo a definição de locais de pesquisa, a quantidade de entrevistados e o questionário a ser respondido; (ii) levantamento e sistematização de dados socioeconômicos utilizados para calibração das matrizes O/D; (iii) desenvolvimento da metodologia para calibração das Matrizes O/D a partir dos dados socioeconômicos e da pesquisa de campo; (iv) calibração das Matrizes O/D para o ano base escolhido; (v) desenvolvimento da metodologia para projeções das Matrizes O/D a partir das projeções de dados socioeconômicos; e (vi) Projeções das Matrizes O/D para o 1º, 2º, 3º, 10º e 20º anos subsequentes ao ano base.

Por fim, a cooperação firmada com a Fundação Universidade de Brasília (FUB) tem por objeto a descentralização de crédito para a consecução de projeto, por parte do Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE), de levantamento de bases de dados espaciais digitais, que auxiliarão na definição do traçado de referência do TAV – Rio de Janeiro/São Paulo/ Campinas, programa do Governo Federal cuja viabilidade compete à EPL.

Em relação a estes 3 (três) instrumentos, destaca-se que as respectivas prestações de contas encontram-se em andamento visto que os instrumentos estão vigentes.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade; 7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários; 7.3 Órgãos e Entidades que Executam Acordos de Cooperação Internacional, com a Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”; e 7.4 Medidas Adotadas para Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo Art. 2º do Decreto 7.828/2012.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 90/2014, estão indicados abaixo parte dos itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade
7.1.4.2	Terceirização Irregular de Cargos
Justificativa: Não se aplica considerando que a EPL possui apenas quadro de cargo comissionado temporário, conforme previsto na Portaria DEST/MP nº 30, DOU de 11/9/2013, sendo que está em negociação com o DEST/MP o plano de cargos e salários desta Empresa para fins de realização de concurso público.	

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	40	6	5
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	145	49	32
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	185	54	37

Fonte: Lei nº 12.743/2012; Pasta funcional, SIAPE

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim

1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	33
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	75	70
4. Total de Servidores (1+2+3)	82	103

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	190	40	6	5
1.2.4. Sem Vínculo		140	48	32
1.2.5. Aposentados		5	1	-
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		185	54	37

Fonte: PORTARIA DEST/MP Nº 30 – DOU 11/9/2013 -Autoriza o quantitativo de 190 cargos comissionados temporários

7.1.1.1 Análise Crítica

Os cargos comissionados autorizados pelo DEST, por meio da Portaria nº 30, de 2013, têm como objetivo viabilizar o funcionamento da EPL no período inicial de sua instalação, até que seja aprovado, pelo mencionado Departamento, a proposta do Plano de Cargos e Salários da Empresa. Tal necessidade se coaduna com o regime de pessoal ao qual a Empresa está submetida, qual seja, o da CLT e, pelo fato de ser Empresa Pública, para a formação de seu quadro de pessoal próprio, somente poderá ser provido mediante a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Ainda, há a possibilidade, de acordo com o § único do art. 14 da Lei nº 12.743, de 2012:

Parágrafo único. Fica autorizada, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado da data de instalação da EPL, a cessão de servidores e empregados públicos à EPL, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança, assegurados aos servidores e empregados públicos todos os direitos e vantagens a que fariam jus no órgão ou entidade de origem.

Cabe destacar que o dimensionamento do quadro de pessoal próprio e o regulamento do Plano de Cargos e Salários encontram-se em negociação perante as instâncias competentes, ficando a Análise Crítica prejudicada, pois não possui dados substanciais que possam subsidiar uma análise sobre os possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, considerando que não há empregados da Empresa nesta condição.

No exercício de 2014, apenas 2 (dois) empregados comissionados foram afastados por doença e receberam o auxílio-doença junto ao INSS.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

No que se refere à força de trabalho específica de cada uma das Unidades Organizacionais, registramos que o perfil profissional dos empregados subordinados às Gerências foi definido pelos respectivos Gerentes levando em consideração as competências regimentais de cada uma delas, além das metas organizacionais. Para tanto, foram feitas entrevistas para seleção de profissionais a fim de identificar aqueles que mais se adequavam ao perfil necessário, tanto em termos de conhecimento técnico-específico como experiência na área de atuação, comprovados mediante apresentação de currículo e desempenho durante a entrevista.

Ainda, com vistas a contribuir para o aprimoramento do desempenho das atribuições sob responsabilidade das Unidades, em 2014, foram ofertadas ações de capacitação para que empregados pudessem atualizar conhecimentos relativos às suas áreas de atuação. A relação de cursos dos quais participaram empregados e/ou servidores cedidos durante o ano de 2014 está disposta na Tabela abaixo.

Tabela 13 - Ações de Capacitação Ofertada em 2014

Funcionário	Área de Atuação	Tipo de Treinamento	Período	Valor (R\$)	Instituição
Homero Gustavo Reginaldo Lima	Auditoria	Curso – Atualização da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos	27 a 29/03/2014	2.940,00	Elo Consultoria
Antônio Alfredo Ventura de Loiola	Auditoria	Curso – Governança de TI na Administração Pública	07 a 09/04/2014	2.790,00	Elo Consultoria
José Ubirajara de Freire Bastos	Auditoria	Curso - Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos: Revisão, Reajuste e Repactuação	07 a 08/04/2014	2.790,00	Elo Consultoria
Antônia Ribeiro dos Santos, Francisco Antônio Martins, Jander da Silva Santos, Maria	Gerência de Finanças e Gerência de Pessoas	11ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	07 a 11/04/2014	4.000,00	ESAF

Amália Damaceno Siqueira, Otávio Pereira da Costa e Éricson Tales Ponce Branco					
Eloi Angelo Palma Filho; Igor Moreira Mota; Luciano Lourenço da Silva; Noris Diniz e Fernando de Castilho	Gerência de Infraestrutura de Engenharia - TAV	Congresso Mundial sobre Túneis	09 a 14/05/2014	8.980,00	Comitê Brasileiro de Túneis
Francisca Beatriz Carvalho Sales	Gerência de Finanças	11ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	19 a 23/05/2014	400,00	ESAF
Antônio Dolores de Matos Junior, Bruno Santos de Oliveira, Elaine Telma Sena Neves e Luciana Madeiro Ximenes	Membros da Cipa	Curso - Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-05, CIPA	5,6 e 9/06/14	1.000,00	BSB MED
Julian Marcondes, Danielle de Azevedo Ribeiro e Mayumi Mendes Kishi	Assessoria de Resultados	Curso – Monitoramento & Avaliação e Indicadores na Administração Pública	18 e 19/11/14	7.110,00	Instituto Publix
Eloi Angelo Palma Filho	Gerência de Projetos Especiais	Seminário sobre Túneis Convencionais	28 e 29/10/2014	700,00	Comitê Brasileiro de Túneis
Luciano Lourenço da Silva	Gerência de Projeto do TAV	Curso – Sustentabilidade do Mercado Brasileiro	26 a 28/10/2014	510,00	Editora Fórum
Ana Paula Fernandes Jubran e Diógenes Alvares	Gerência de Estruturação de Negócios	Seminário Empresarial Parceria Público-Privadas – PPPs: Principais Questões para Viabilização de Projetos	11/12/2014	3.960,00	B2G

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Cargo Comissio onado Tempor ário	Despesas Variáveis							Despes as de Exercí cios Anteri ores	Decisõ es Judici ais	Total
		Retri buic ões	Gratifi ca ções	Adicio nais	Indeniza ções- auxílio alimenta ção	Benefícios Assistenci ais e Previdenci ários	Demai s Despe sas Variá veis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	2.092.333,30	0,00	0,00	0,00	36.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	1.641.289,12	0,00	0,00	0,00	34.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	14.066.274,29	0,00	0,00	0,00	703.803,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	11.084.367,10	0,00	0,00	0,00	269.295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	232.213,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	190.999,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Lei nº 12.743/2012; DEST/MP; pasta funcional, SIAPE

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) Existência de Controles Internos com a Finalidade de Detectar Possível Acumulação Vedada de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Unidade Jurisdicionada, quando do início do processo de contratação ou apresentação de servidor/empregado cedido para a EPL, tem como procedimento apresentar uma relação de documentos a serem preenchidos com informações pessoais necessárias para a contratação e designação, sem os quais não se efetuará a contratação. Os documentos e respectivos formulários irão compor o assentamento funcional do empregado, de onde também constarão todas as ocorrências e situações que o acompanharão durante seu contrato de trabalho na EPL.

b) Tipos de Controle Implementado e Periodicidade de Revisão

As formas de controle para a verificação da acumulação indevida é o preenchimento da Declaração de Acumulação de Cargo e Emprego no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta. Em virtude de a EPL ser dependente 100% (cem por cento) dos recursos da União para efetuar o pagamento dos seus empregados, utiliza o sistema SIAPE, o qual possui regra interna para leitura de vínculos empregatícios, permitindo verificar a existência de acumulação de cargos e o devido impedimento de inclusão.

Em se tratando de servidor/empregado cedido para a EPL, cujo órgão de origem não efetue o pagamento via SIAPE, é solicitado o preenchimento de formulário Dados de Ingresso no Órgão



de Origem, contendo os dados do órgão de origem, data de ingresso, cargo/emprego efetivo, nível de escolaridade, jornada de trabalho, nível de atuação, entre outros, bem como requerido o último contracheque para fins de inclusão de remuneração extra-SIAPE, cálculo do abate-teto (se for o caso) e também o desconto da Previdência Social.

c) Propriedade dos Controles Implementados em Termos de Utilidade e Eficiência

A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência atende ao que se propõe.

d) Existência e o Quantitativo de Servidores que Acumulem Cargos, Funções ou Empregos Públicos Indevidamente no Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Não existe acumulação indevida de cargos, funções ou empregos públicos no quadro de pessoal da EPL.

7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Em que pese a situação da EPL em termos de quadro de pessoal, ou seja, a existência tão-somente de cargos comissionados, nota-se certo nível de descontentamento e desmotivação por parte dos colaboradores em razão da ausência de autorização para reajuste da tabela de cargos comissionados, cujos valores se encontram inalterados desde que foram autorizados pelo DEST em 2012, quando do início das atividades da Empresa.

O órgão responsável pelo controle e acompanhamento das Estatais é o DEST, que, entre outras atribuições, e para o caso específico, autoriza a aplicação de percentual nos honorários dos dirigentes e também da tabela de funções.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Ainda não foram definidos indicadores específicos para este gerenciamento. Alguns parâmetros são considerados quando se trata de percentual de absenteísmo, *turnover*, dentre outros.



7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.													
UG/Gestão: 395001/39253							CNPJ:15.763.423/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	15/2012	06.350.074/00 01-34	26/12/2012	26/12/2015	5	4		1			P
2012	V	O	16/2012	08.875.253/00 01-10	20/12/2012	19/12/2015		1	8	6		1	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gerência de Suprimentos (GESUP)

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.													
UG/Gestão: 395001/39253							CNPJ: 15.763.423/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	19/2012	02.843.359/0001-56	21/12/2012	09/04/2014		3		8		2	E
2013	4	O	09/2013	02.843.359/0001-56	04/06/2013	03/06/2014		5		11			E
2013	5	O	28/2013	04.416.687/0001-00	14/11/2013	13/11/2015			7	6		1	P
2014	2	O	05/2014	06.320.095/0001-07	11/04/2014	10/04/2016		1		7		1	P
2014	4	O	16/2014	04.248.842/0001-18	04/08/2014	03/08/2015		7		3		1	A
2014	3	O	18/2014	65.599.953/0004-06	17/09/2015	16/09/2015	-	-	-	-	8	8	A
Observações: Sem observações.													



Empresa de Planejamento e Logística

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESUP/EPL

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2

No que se refere ao andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene, a EPL administra, atualmente, os seguintes contratos:

Tabela 14 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Contrato nº	Objeto	Início	Término
15/2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação a serem realizados de modo contínuo nas dependências da EPL.	26/12/2012	25/12/2015
16/2012	Prestação de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada a serem executados nas dependências da EPL.	20/12/2012	19/12/2015
19/2012	Prestação de serviços de transportes de pessoas com fornecimento de veículos, com e sem motorista, e auxiliar de apoio administrativo.	21/12/2012	09/04/2014
09/2013	Prestação de serviços de copeiragem, garçom e carregador, para atender as necessidades da EPL, incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição e equipamentos necessários.	04/06/2013	03/06/2014
28/2013	Prestação de serviços de recepcionistas, incluindo o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da EPL.	14/11/2013	13/11/2015
05/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, sem e com motoristas habilitados na categoria correspondentes, para atender as necessidades da EPL.	11/04/2014	10/04/2016
06/2014	Prestação de serviços, de forma contínua, de copeiragem, garçom e carregador, para atendimento das necessidades da EPL.	04/08/2014	03/08/2015
18/2014	Prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para sustentação do ambiente tecnológico na Sede da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, segundo as práticas preconizadas pelo Information Technology Infrastructure Library – ITILv3 e Control Objectives for Information and related Technology – COBIT 5, por meio de suporte telefônico e remoto (1º nível), com disponibilização de infraestrutura tecnológica, instalações físicas, método, processos de trabalho e pessoal técnico; suporte presencial (2º nível); suporte especializado (3º nível); e monitoria externa (NOC)	17/09/2014	16/09/2015

Informamos que com relação aos Contratos nº 15/2012, 16/2012, 19/2012, 09/2013, 28/2013, 05/2014 e 06/2014 acima relacionados, os serviços foram prestados de forma satisfatória, sem existência de interrupções e problemas por conta de pagamento de verbas trabalhistas.

Especificamente quanto ao Contrato nº 18/2014, apesar do contrato ter sido assinado em setembro de 2014, a execução dos serviços teve início em novembro de 2014. Até o momento, foi aprovado somente o faturamento referente ao mês de janeiro de 2015. O Relatório Gerencial referente aos meses de novembro e dezembro foi devolvido por não atender as exigências do Edital.

O Relatório Gerencial referente ao mês de fevereiro ainda não foi entregue e o de março ainda está no prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente.

A Fiscal do Contrato está atuando na validação dos Relatórios Gerenciais, bem como no acompanhamento diário dos serviços prestados. Apesar do atraso na entrega dos Relatórios Gerenciais, os serviços continuam sendo prestados de forma satisfatória.

A contratada está ciente dos prazos e foi cobrada pelo Fiscal sobre a entrega dos Relatórios.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	18	22	19	67.306,81
1.1 Área Fim	7	10	15	10	
1.2 Área Meio	7	8	7	9	
2. Nível Médio	2	3	5	5	5.730,67
2.1 Área Fim	2	3	3	3	
2.2 Área Meio	0	0	2	2	
3. Total (1+2)	16	21	27	24	73.037,48

7.2.4.1 Análise Crítica

A política de contratação de estagiários é viabilizada a partir do acesso ao banco de estudantes do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), entidade com a qual a EPL firmou contrato para promoção do seu Programa de Estágio.

Assim, a EPL conta com um rol de estudantes pré-selecionados de acordo com o perfil especificado em cada Unidade Organizacional da Empresa. A prática tem demonstrado que o período de estágio é percebido pelos estudantes como um intercâmbio entre o aprendizado obtido em sala de aula e a prática na empresa. Com isso, a EPL tem tido benefícios ao agregar o conhecimento acadêmico dos estagiários aliado à experiência dos seus empregados a partir da contínua atualização de informações e disposição desses estudantes.

Na área meio, os estagiários tem contribuído com o suporte técnico administrativo, colaborando no sentido de proporcionar maior agilidade na consolidação das informações, na organização do trabalho, bem como nas rotinas administrativas das áreas onde atua como estagiário.

Na área finalística não é diferente. Os estagiários têm se destacado no desempenho de suas atividades dado que estão correspondendo às expectativas vinculadas às suas atribuições e colaboram sobremaneira com as áreas nas quais estão alocados. Observa-se uma troca de conhecimentos e práticas construtiva e salutar entre os estudantes e corpo técnico das áreas finalísticas, contribuindo dessa forma, efetivamente, para a formação profissional desses estudantes e também para EPL, como uma empresa detentora de um saber específico, sempre em aprimoramento.

Ressaltamos que a parceria entre a EPL e o CIEE vem se consolidando com resultados positivos tais como: visão sistêmica, comunicação e gestão do conhecimento, que contribuem para a formação de um ambiente de aprendizagem organizacional profícuo e relevante.

Importante ressaltar que, ao final de cada período de estágio, os estudantes avaliam o desempenho do estágio. Na Tabela abaixo, está consolidada a avaliação dos 24 (vinte e quatro) estagiários da EPL, a qual permite perceber o grau de satisfação com o ambiente de trabalho e as atividades realizadas durante o ano de 2014.

Tabela 15 - Síntese de Relatórios de Estágio

Pergunta	Percentual (%)	
	Sim	Não
O estágio está sendo determinante na motivação para a continuidade dos estudos?	100	0
O estágio tem permitido que você adquira uma melhor preparação para o mercado?	100	0
Você avalia que o estágio tem auxiliado na escolha de uma futura carreira profissional?	100	0
O ambiente de estágio é adequado para o desenvolvimento de suas atividades?	100	0
O estágio está proporcionando a busca de novos conhecimentos?	100	0
O estágio tem contribuído para melhorar a compreensão de seus direitos e deveres na sociedade?	100	0
Caso haja possibilidade, você teria interesse em ser contratado pela empresa?	95.8	4.2
O estágio amplia a sua visão do mercado de trabalho e do funcionamento da estrutura de uma empresa?	95.0	5.0
O ambiente de estágio tem possibilitado a interação com diversos profissionais e a troca de conhecimentos e experiências?	95.0	5.0
O estágio atende as suas expectativas em relação à aquisição de novos conhecimentos e experiências práticas importantes para sua atuação profissional?	90.0	10.0
As atividades que você desenvolve na empresa exigem níveis de conhecimentos adequados ao ano/semestre que você está cursando?	85.0	15.0
Você tem encontrado facilidade para solicitar orientações durante o estágio e, quando as solicita, os esclarecimentos são suficientes?	95.8	4.2
As atividades que você desenvolve estão de acordo com as descritas no Termo de Compromisso de Estágio?	100	0
Fonte: CIEE		

7.3 Órgãos e Entidades que Executam Acordos de Cooperação Internacional, com a Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

7.3.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

Quadro A.7.3.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140041/553					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos na área de avaliação ambiental de empreendimentos de infraestrutura.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/10/2014	02/07/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs em avaliação ambiental.			31/10/2014		11.746,91
Produto 2: Documento técnico contendo análise ambiental e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.			10/12/2014		16.018,51
Produto 3: Documento técnico contendo análise ambiental e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			19/01/2015		16.018,51
Produto 4: Documento técnico contendo análise ambiental e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.			28/02/2015		16.018,51
Produto 5: Documento técnico contendo análise ambiental e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.			09/04/2015		16.018,51
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em avaliação ambiental de empreendimentos de infraestrutura.			29/05/2015		19.222,22
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Leonardo Heitor Richa Nogueira				CPF: 548.387.547-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -					

Identificação da Organização Internacional Cooperante
--

Nome da Organização		Sigla			
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013		PNUD			
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140009/531					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos na área de análise e de estudos de tráfego.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/07/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a análise e avaliação de estudos de tráfego.			31/10/2014	11.746,91	
Produto 2: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos de tráfego e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.			10/12/2014	16.018,51	
Produto 3: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos de tráfego e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			19/01/2015	16.018,51	
Produto 4: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos de tráfego e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.			28/02/2015	16.018,51	
Produto 5: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos de tráfego e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.			09/04/2015	16.018,51	
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à análise e avaliação de estudos de tráfego.			29/05/2015	19.222,22	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Simone Becker Lopes	CPF: 625.686.390-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro			PNUD/BRA 13/013		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140019/536					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos na área de Operação Rodoviária.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/07/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, em relação à operação rodoviária.			31/10/2014	11.746,91	
Produto 2: Documento técnico contendo análise, avaliação de estudos de viabilidade em PMIs, em relação à operação rodoviária, baseado em caso prático da região Sul.			10/12/2014	16.018,51	
Produto 3: Documento técnico contendo análise, avaliação de estudos de viabilidade em PMIs, em relação à operação rodoviária, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			19/01/2015	16.018,51	
Produto 4: Documento técnico contendo análise, avaliação de estudos de viabilidade em PMIs, em relação à operação rodoviária, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.			28/02/2015	16.018,51	
Produto 5: Documento técnico contendo análise, avaliação de estudos de viabilidade em PMIs, em relação à operação rodoviária, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.			09/04/2015	16.018,51	
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial com as			29/05/2015	19.222,22	

devidas correções necessárias, em relação à operação rodoviária.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Carlo da Silveira Framarim		CPF: 755.982.210-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140291/674					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos na área de análise e avaliação de estudos logísticos rodoviários.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2014	03/08/2015	95.043,18	11.746,91	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a análise e avaliação de estudos logísticos rodoviários.			30/12/2014	11.746,91	
Produto 2: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos de tráfego e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.			09/01/2015	16.018,51	
Produto 3: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos logísticos rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			30/03/2015	16.018,51	
Produto 4: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos logísticos rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.			29/04/2015	16.018,51	
Produto 5: Documento técnico contendo análise de análise e avaliação de estudos logísticos rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.			08/06/2015	16.018,51	
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs,			28/07/2015	19.222,22	

contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à análise e avaliação de estudos logísticos rodoviários.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cláudio Leite de Freitas	CPF: 024.667.996-42	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140025/542					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos de Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/06/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE).			31/10/2014	11.746,91	
Produto 2: Documento técnico contendo análise de Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.			10/12/2014	16.018,51	
Produto 3: Documento técnico contendo análise de Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			19/01/2015	16.018,51	
Produto 4: Documento técnico contendo análise de Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.			28/02/2015	16.018,51	
Produto 5: Documento técnico contendo análise de Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de			09/04/2015	16.018,51	

fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.		
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à Engenharia Estrutural e Obras de Arte Especial (OAE).	29/05/2015	19.222,22
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Margarida Coimbra do Nascimento	CPF: 639.111.677-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140024/541					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos em Orçamento Rodoviária em Obras de Arte Especial (OAE).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/06/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a Orçamento de Obras Rodoviárias.			31/10/2014	11.746,91	
Produto 2: Documento técnico contendo análise de Orçamento de Obras Rodoviárias e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.			10/12/2014	16.018,51	
Produto 3: Documento técnico contendo análise em Orçamento Rodoviária em Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			19/01/2015	16.018,51	
Produto 4: Documento técnico contendo análise em Orçamento Rodoviária em Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.			28/02/2015	16.018,51	

Produto 5: Documento técnico contendo análise de em Orçamento Rodoviária em Obras de Arte Especial (OAE) e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.	09/04/2015	16.018,51
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à Orçamento Rodoviária em Obras de Arte Especial (OAE).	29/05/2015	19.222,22
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Silvio Figueiredo Mourão	CPF: 729.316.637-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140026/544					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos em Orçamento Rodoviária em Túneis.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/06/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a Orçamento de Obras de Arte Especiais e/ou Túneis Rodoviários.			31/10/2014	11.746,91	
Produto 2: Documento técnico contendo análise em Orçamento de Obras de Arte Especiais e/ou Túneis Rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.			10/12/2014	16.018,51	
Produto 3: Documento técnico contendo análise em Orçamento de Obras de Arte Especiais e/ou Túneis Rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.			19/01/2015	16.018,51	

Produto 4: Documento técnico contendo análise em Orçamentação de Obras de Arte Especiais e/ou Túneis Rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.	28/02/2015	16.018,51
Produto 5: Documento técnico contendo análise de em Orçamentação de Obras de Arte Especiais e/ou Túneis Rodoviários e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.	09/04/2015	16.018,51
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à Orçamentação de Obras de Arte Especiais e/ou Túneis Rodoviários.	29/05/2015	19.222,22
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marisa Venâncio Mendes	CPF: 737.278.816-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro					PNUD/BRA 13/013
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140037/549					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos em sistema viário, incluindo condições de pista e acostamentos, geometria da via (como a necessidade de correção de traçado), acessos, faixa lateral de acesso esquerda e direita (como taper), iluminação, passarelas, obras de arte especial (OAE), ruas laterais, travessias urbanas, contornos, serviços de apoio, hidrologia e drenagem no âmbito de riscos, inundações, condicionantes ao dimensionamento da drenagem da via, bem como outros itens apresentados pelas empresas autorizadas do PMI de cada uma das áreas descritas nos produtos.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/06/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a Sistema Viário II.				31/10/2014	11.746,91

Produto 2: Documento técnico contendo análise em Sistema Viário II e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.	10/12/2014	16.018,51
Produto 3: Documento técnico contendo análise em Sistema Viário II e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.	19/01/2015	16.018,51
Produto 4: Documento técnico contendo análise em Sistema Viário II e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.	28/02/2015	16.018,51
Produto 5: Documento técnico contendo análise de em Sistema Viário II e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.	09/04/2015	16.018,51
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à Sistema Viário II.	29/05/2015	19.222,22
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alfredo Coary de Iracema Gomes	CPF: 001.005.102-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro					PNUD/BRA 13/013
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140034/546					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de metodologia de avaliação ambiental de projetos no âmbito dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI para a aplicação da metodologia em casos concretos de Modelagem Econômico-Financeira.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/06/2015	95.043,18	27.765,42	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico contendo proposição de metodologia preliminar de avaliação e classificação de estudos de viabilidade em PMIs quanto a Modelagem Econômico-financeira.				31/10/2014	11.746,91

Produto 2: Documento técnico contendo análise em Modelagem Econômico-financeira e classificação de projetos objeto de PMI, em caso prático da região Sul.	10/12/2014	16.018,51
Produto 3: Documento técnico contendo análise em Modelagem Econômico-financeira e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Pará.	19/01/2015	16.018,51
Produto 4: Documento técnico contendo análise em Modelagem Econômico-financeira e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Goiás e Minas Gerais.	28/02/2015	16.018,51
Produto 5: Documento técnico contendo análise de em Modelagem Econômico-financeira e classificação de projetos objeto de PMI, baseado em caso prático em área de fronteira estadual entre Mato Grosso e Goiás.	09/04/2015	16.018,51
Produto 6: Documento técnico contendo proposição de manual de análise e classificação de estudos de viabilidade em PMIs, contendo descrição e validação da metodologia inicial, com as devidas correções necessárias, em relação à Modelagem Econômico-financeira.	29/05/2015	19.222,22
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Bruno Batista Melin		CPF: 921.964.626-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro					PNUD/BRA 13/013
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 140040/552					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para mensuração de estimativas e dimensionamento do tamanho funcional de soluções informatizadas de forma a suprir a demanda por um emprego mais intensivo da informação nos processos da EPL.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/10/2014	22/12/201	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico contendo estudos de Contagem de Pontos de Função dos sistemas envolvidos e identificação das				31/10/2014	4.636,36

demandas.		
Produto 2: Documento técnico contendo detalhamento das demandas identificadas para desenvolvimento, integração e manutenção de softwares com base na Planilha de Contagem de Pontos de Função do PDS/EPL.	20/11/2014	7.363,64
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: João Paulo de Angeli	CPF: 082.779.417-73	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 14194/641					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de estudos operacionais de ferrovias com ênfase na demanda de operação e logística ferroviária para subsidiar a EPL em projetos de planejamento e desenvolvimento logístico ferroviário.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/11/2014	01/06/2015	77.197,14	10.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo a análise e consolidação dos dados existentes (FNS, FIOL e FICO).			09/12/2014	10.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo a conceituação, localização, dimensionamento e investimentos em instalações de manutenção e de apoio.			08/01/2015	15.000,00	
Produto 3: Documento técnico contendo estudos e consolidação dos Custos e Despesas Operacionais (OPEX).			28/01/2015	12.863,76	
Produto 4: Documento técnico contendo estudos e consolidação dos investimentos por alternativa (CAPEX) e depreciação dos investimentos.			28/01/2015	12.863,76	
Produto 5: Documento técnico contendo análise e demonstrativo de resultados, fluxo de caixa e comparativo financeiro entre as alternativas e seleção da melhor alternativa.			28/01/2015	11.030,19	
Produto 6: Documento técnico contendo avaliação final dos trabalhos realizados, dados, informações e resultados devidamente corrigidos.			09/02/2015	15.439,43	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Carlos Cesar Duarte do Nascimento	CPF: 462.094.337-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro				PNUD/BRA 13/013	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 140183/637					
Objetivo da Consultoria: Consultoria por produto para o desenvolvimento de estudos operacionais de ferrovias com ênfase na demanda de operação e logística ferroviária para subsidiar a EPL em projetos de planejamento e desenvolvimento logístico ferroviário.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/11/2014	01/06/2015	77.197,14	20.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo avaliação consolidação dos estudos comerciais			09/12/2014	10.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo estudo e análise da alocação do trem-tipo e quantificação de vagões e trens.			09/12/2015	10.000,00	
Produto 3: Documento técnico contendo a conceituação do sistema de licenciamento de trens, comunicação e sistemas.			08/01/2015	20.000,00	
Produto 4: Documento técnico contendo análise de capacitação dos polos de carga e descarga das alternativas.			23/01/2015	21.757,71	
Produto 5: Documento técnico contendo avaliação final dos trabalhos realizados, dados, informações e resultados devidamente corrigidos.			09/02/2015	15.439,43	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alberto Hugo Duarte do Nascimento				CPF: 046.720.117-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas do Projeto BRA 13/013	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Proposição de Modelos de Gestão da Melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o Planejamento do Sistema de Transportes Brasileiro					PNUD/BRA 13/013
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: BRA 10-31960/RC26662					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o componente do objetivo macro 3 da gestão eficiente do projeto BRA 13/013.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/11/2014	25/10/2015	129.600,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Plano de Trabalho			05/12/2014	12.960,00	
Produto 2: Proposta técnica de manual de elaboração de Termos de Referência; considerando as disposições Legais e apontamentos recorrentes dos órgãos de controle brasileiros. Apresentar as devidas recomendações e conclusões.			23/01/2015	25.920,00	
Produto 3: Proposição de procedimento Operacional padrão para a contratação de especialistas (Pessoa física e Pessoa Jurídica). O documento deve apresentar itens pertinentes ao alcance das ações propostas.			24/03/2015	25.920,00	
Produto 4: Análise sistêmica das ações desenvolvidas pela cooperação técnica durante o ano de 2014. Apresentar as recomendações e conclusões por meio de informes, preenchimento dos sistemas SIGAP e apresentação do Relatório de Progresso na reunião tripartite.			23/05/2015	19.440,00	
Produto 5: Proposta de evento de capacitação para a disseminação das ações do Projeto, principalmente no que diz respeito à Carta de Acordo assinada com a empresa espanhola INECO.			12/05/2015	12.960,00	
Produto 6: Análise sistêmica das ações desenvolvidas pela cooperação técnica durante o ano de 2015. Apresentar as recomendações e conclusões por meio de informes, preenchimento dos sistemas SIGAP e apresentação do Relatório de Progresso na reunião tripartite.			22/10/2015	32.400,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cyntia da Silva Oliveira				CPF: 866.159.714-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -					

7.3.1.1 Análise Crítica

O Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado em dezembro de 2013 com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o acompanhamento da Agência

Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) está pautado, legalmente, por meio de Atos Internacionais preliminares que viabilizam a constituição do Documento de Projeto (PRODOC) denominado Proposição de Modelos de Gestão da melhoria de Eficiência Econômica, Social e Ambiental para o planejamento de transportes brasileiros; com o objetivo de fortalecer institucionalmente o órgão por meio da criação, disseminação, capacitação e troca de conhecimentos teóricos e técnicos.

O aludido PRODOC está pautado sob 2 (dois) objetivos específicos principais, sendo o primeiro, focado para o desenvolvimento institucional da EPL, sob o qual se pretende desenvolver ferramentas e aprimorar a capacidade técnica da empresa em todos os campos de atuação. Atualmente, com o apoio da expertise do PNUD no âmbito desse objetivo, a EPL está sendo capaz de desenvolver uma Metodologia de Avaliação para PMIs para rodovias com o apoio de consultores com alto conhecimento técnico. Ao final desses estudos, espera-se que esta Empresa Pública seja capaz de apoiar ações governamentais voltadas para concessões rodoviárias de forma mais célere, pois munidos de uma metodologia norteadora para avaliação das manifestações, as ações decisórias estarão pautadas em informações claras e concretas.

Ainda com o intuito do desenvolvimento institucional, outro produto em andamento merece destaque, desta vez, voltado para ferrovias para estudos comparativos de engenharia (operacionais, econômicos e financeiros) e que está sendo aplicado sob um caso prático no qual se resultará nas alternativas de ligação ferroviária contemplando os fluxos provenientes de uma ferrovia, bem como daqueles gerados nos trechos de ligação. Ao final, pretende-se que a EPL seja capaz de apoiar as ações governamentais de políticas públicas para mobilidade de cargas e/ou passageiros sob a salvaguarda de um bom planejamento para a identificação da viabilidade e conveniência, principalmente para projetos de grande vulto.

Ações internas também foram desenvolvidas na área de tecnologia da informação que proporcionou subsídios para a contratação futura, pela EPL, de uma Fábrica de Software e ainda o empoderamento técnico dos especialistas em estudos sobre Ferrovias de Alta Velocidade por meio de um workshop realizado com a empresa britânica CH2MHILL, considerada uma referência em matéria de trens e ferrovias de alta velocidade, ao fim dessa atuação a EPL foi capaz de obter a validação do traçado referencial do TAV – Campinas/São Paulo/Rio de Janeiro.

Quanto ao segundo objetivo específico, voltado ao intercâmbio de experiências com o Governo Espanhol, foi viabilizada por meio da assinatura da Carta de Acordo entre o PNUD e a empresa pública espanhola INECO, para a realização de estudos e apoio técnico no desenvolvimento de um novo modelo de operação ferroviária e, ainda, uma metodologia de custos hidroviários. A Espanha é famosa em termos de logística de transporte por ter recentemente reestruturado sua infraestrutura de transporte de cargas visado concessão de linhas férreas bem como o alcance de excelentes resultados na exploração hidroviária. Almeja-se que ao fim deste trabalho, a EPL possa propor ao governo brasileiro, com sua expertise, as adequações necessárias para o fomento da exploração ferroviária e hidroviária. Em suma, a meta principal do Projeto de Cooperação Técnica é tornar a EPL uma referência em planejamento logístico intermodal, em todo o território nacional.

Tem-se o projeto de Cooperação como um instrumento integrador dos conhecimentos gerados ao longo da sua execução, o qual proporciona para as equipes envolvidas os avanços qualitativos propostos no PRODOC; não há dúvida, que este é um processo cíclico de avanços e retrocessos, mas necessário para a compreensão, internalização, disseminação e desenvolvimento dos conhecimentos e tecnologias geradas ao longo da sua implementação.

Diante do exposto, neste primeiro ano de execução, a contratação na modalidade produto atende a demanda de conhecimento técnico que deve ser construído e elaborado em conjunto com a EPL, haja vista, a equipe de consultores contratados é altamente qualificada, isso, evidenciado nos processos seletivos através dos seus currículos.

Mas, deve registrar que o processo de internalização do conhecimento gerado dentro dos órgãos públicos brasileiros perpassa inevitavelmente por um empoderamento da cooperação técnica como um catalisador dos processos de capacitação, disseminação e geração do saber técnico construído ao longo de um processo, e não, apenas, em um momento estático.

A cooperação na modalidade produto vem ao encontro a construção do saber como um processo de aprendizagem em que fica explícito “para que”, “como”, “para quem” e “quando” fazer algo. Dessa forma, este processo engloba ação e reflexão de forma sistêmica, de partes que se ligam, e não como meras ações isoladas e fragmentadas. O resultado almejado ao final da cooperação é que as equipes técnicas envolvidas tenham desenvolvido competências, habilidades e atitudes incorporadas ao seu processo de trabalho cotidiano.

Por fim, a contratação na modalidade produto, até o presente momento, atende as necessidades de conhecimento da EPL.

7.4 Medidas Adotadas para Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo Art. 2º do Decreto 7.828/2012

O Plano Brasil Maior propiciou a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art.7º da Lei nº 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012. O TCU, por meio do Acórdão 2859/2013 – Plenário, determinou ao DEST/MP, a SLTI/MP, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que adotem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços, ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pela legislação citada acima, mediante alteração das planilhas de custos, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração e que orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano).

Sendo assim, a EPL realizou levantamento dos contratos vigentes que estejam enquadrados nos dispositivos acima mencionados e constatou o quantitativo de 4 (quatro) contratos administrativos vigentes. Havia 3 (três) contratos que se enquadravam nos dispositivos acima, mas a vigência havia se expirado. Sobre esses últimos contratos, a EPL fez uma consulta ao DEST e SLTI no sentido de obter orientações quanto à metodologia a ser adotada. Em resposta, os órgãos orientaram através dos Ofícios nº 161/DLSG/SLTI-MP, de 29 de janeiro de 2014 e Ofício-Circular nº 01/2014/MP/SE/DEST, de 03 de janeiro de 2014, que fossem adotados somente os contratos vigentes e que os expirados o TCU deliberasse sobre o assunto.

A EPL encaminhou correspondências às 4 (quatro) empresas com contrato vigente para análise e manifestação diante dos dispositivos mencionados anteriormente. 2 (duas) empresas, Santiago & Cintra – Contrato nº 14/2013 e Teletex – Contrato nº 20/2012 alegaram não ser pertinente tal reequilíbrio econômico-financeiro dos seus contratos. A primeira alegou ser revendedora no Brasil da empresa Trimble Planning Solutions e, portanto, enquadrada no §1º do



art. 2º do Decreto nº 7.828, de 16/10/2012. Já a segunda entende que não houve modificação da equação econômico-financeira por força da inovação legislativa em seu contrato. A terceira empresa, Imagem – contrato nº 27/2013, considera que há um percentual que poderá ser objeto de desoneração. A quarta empresa, SERPRO – Contrato nº 9/2012, alega que adotou desde dezembro de 2012, a aplicação de redução dos preços de seus serviços prestados na mesma medida do benefício recebido em face da desoneração da folha de pagamento, não sendo cabível, portanto, o ressarcimento dos valores pagos a maior.

Essas foram as providências adotadas no exercício de 2014 quanto à aludida legislação. Projeta-se, para 2015, a contestação das justificativas das empresas com contratos vigentes bem como a análise contábil sobre a desoneração previdenciária demonstrada pelas empresas em questão.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 8.1 Gestão da Frota de Veículos de Próprios e Contratados de Terceiros; 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário; e 8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros.

O item 3.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário não consta deste capítulo, sua justificativa está apresentada na Introdução deste Relatório.

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A Empresa não possui frota de veículos de sua propriedade.

b) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

No que se refere à gestão da frota de veículos locados de terceiros, os seguintes itens são destacados:

c) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

A EPL não possui, no seu processo de contratação de veículos, estudo de viabilidade econômica que compare as opções de locação e aquisição. No entanto, entendemos que a terceirização é vantajosa, visto que reduz os custos de manter uma frota, além de economizar recursos no que se refere a:

- (i) emplacamento e licenciamento;
- (ii) depreciação (por meio da terceirização, sua empresa terá sempre veículos novos e em perfeitas condições de uso, sem sofrer o deságio de mercado);
- (iii) manutenção, sejam as preventivas ou as corretivas, em casos de batidas, panes, etc.;
- (iv) seguro;
- (v) substituição imediata do veículo para manutenção corretiva e preventiva ou nos casos de avarias ou colisões, roubos ou furtos;
- (vi) local de guarda dos veículos;
- (vii) flexibilidade (você aumenta ou diminui a quantidade de veículos de acordo com sua necessidade momentânea); e
- (viii) manter a empresa tecnologicamente atualizada, uma vez que a frota alugada é substituída com dois anos ou com 40.000km.

Inclusive, para opção pela terceirização, a EPL embasou-se em um estudo do Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores, Equipamentos e Bens Móveis do Estado do Paraná



(SINDILOC), no qual ele conclui que, em todas as situações analisadas (aquisição, leasing, financiamento e locação), a alternativa da locação mostrou-se a mais vantajosa por apresentar o menor valor presente em comparação direta com as demais opções.

d) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

A empresa contrata é intitulada UNIQUE RENT A CAR LOCADORA D VEÍCULOS LTDA com CNPJ nº 06.320.095/0001-07.

e) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

A forma de aquisição foi mediante Pregão eletrônico, Contrato nº 005/2014. A vigência do Contrato refere-se ao período de 11/04/2014 a 10/04/2015. Até o momento, foram executados R\$ 549.768,90.

f) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A norma que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da EPL, no âmbito interno, provém de Regulamento Interno (RI) 01-2013, expedido pela Gerência de Suprimentos (GESUP), aprovado em 23 de setembro de 2013. O normativo tem por objetivo definir os procedimentos e responsabilidades a serem observados na utilização de veículos oficiais em serviços de interesse da EPL.

g) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Apesar de não constituir serviço de caráter finalístico, a utilização de veículos oficiais reveste-se da mais alta relevância para garantir a participação efetiva dos agentes públicos em compromissos de interesse da Empresa. Usualmente, as reuniões e foros de decisão são locados em sítios de difícil acesso ou permanência, desestimulando a recomendável interação entre os servidores que militam no setor de logística nacional, e com políticas públicas correlatas. Por outra sorte, os deslocamentos a serviço ocorrem por interesse público, não sendo razoável presumir-se que cada agente disponha de veículo próprio e seja compelido a ofertar a sua fruição em benefício da Empresa.

A eventualidade de um acidente, por exemplo, tipificaria sinistro trabalhista, com solução de difícil arranjo, pois sequer contaria a EPL com instrumento assecuratório contra o sinistro reportado, para cobertura de indenizações decorrentes. Esse não é o caso de contratos especificamente celebrados para a prestação dos serviços de transporte intramunicipal (ou intradistrital, no caso concreto). Ademais, cabe registrar que recentemente a Empresa editou norma específica – RI-01/2013-GESUP – disciplinando o uso das viaturas, restringindo, pois, a possibilidade de eventuais impropriedades no atendimento particular, e caracterizando o emprego em favor das ações-fim da organização.

h) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como sua totalização por grupo e geral

A quantidade de veículos em uso na EPL está disposta conforme descrição a seguir:



- (i) 04 (quatro) veículos tipo 1 – Veículos comuns com motorista de carro leve, com franquia mensal de 1.500 quilômetros por carro;
- (ii) 01 (um) veículo tipo 2 – Veículos de serviços comuns com motorista de carro leve, com franquia mensal de 1.000 quilômetros por carro;
- (iii) 02 (dois) veículos tipo 3 – Veículos institucional com motorista executivo, com franquia mensal de 2.500 quilômetros.
- (iv) 01 (um) veículo tipo 4 – Veículo institucional sem motorista, com franquia mensal de 2.500 quilômetros por carro;

Assim sendo, no total, a EPL loca 8 (oito) veículos, conforme especificação abaixo:

- (i) Palio/Fiat – 4 veículos
- (ii) Doblò/Fiat – 1 veículo
- (iii) Linea/Fiat – 2 veículos
- (iv) Corolla/Toyota – 1 veículo

i) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

A média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos é a seguinte:

- (i) 3.346 km para o veículo tipo 01;
- (ii) 661 km para os veículos tipo 02;
- (iii) 2.732 km para os veículos tipo 03; e
- (iv) 2.057 km para o veículo tipo 04.

j) Idade média anual, por grupo de veículos

A idade média da frota é de 2 (dois) anos ou 40.000 (quarenta mil) KM rodados.

k) Custos associados à manutenção da frota

A despesa com a manutenção da frota, por mês, fica no valor de R\$ 51.668,84.

l) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

O acompanhamento é realizado por meio de requisições de controle diário para cada veículo da Empresa

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: Gerência de Suprimentos (GESUP)			

8.3.1 Análise Crítica

De acordo com o estabelecido pelo § 2º do art. 2º do Decreto nº 30, de 7 de fevereiro de 1991, a compra ou locação de imóvel deverá ser precedida de consulta formal à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e só poderá realizar-se após o pronunciamento daquele órgão, atestando a inexistência ou indisponibilidade de imóvel adequado.

Nesse sentido, em 1º de agosto de 2012, por meio da Carta nº 008/2012/ETAV, a Empresa consultou a referida SPU sobre a existência e disponibilidade de imóvel adequado para locação.

Em resposta à manifestação, a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), por meio do Ofício nº 1501/2012/SPU/DF, datado de 17 de agosto de 2012, informou não haver disponibilidade de imóvel para locação no Distrito Federal.



Tendo em vista a inexistência de locação pública, a EPL optou pela locação de um imóvel particular.

No que se refere à forma de tratamento de gastos com reformas, transformações e manutenções do imóvel locado, o Contrato de Locação nº28/2012 estabelece, em sua Cláusula Nona, que a Locador é responsável pela manutenção de todas as edificações do imóvel (tetos, instalações hidráulicas e elétricas, ar-condicionado, etc.). Cabe à EPL, por sua vez, a conservação das instalações e benfeitorias removíveis (divisórias, pisos flutuantes, carpetes, cabeamento lógico, etc.). Importante ressaltar que, atualmente, a EPL não dispõe de contrato de manutenção predial.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as seguintes informações: 9.1 Gestão e Tecnologia da Informação.

9.1 Gestão da tecnologia da Informação

Integra a estrutura organizacional da EPL a GETIC com as seguintes atribuições, conforme Regimento Interno:

- (i) definir normas, padrões e procedimentos para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, sítios e administração de base de dados;
- (ii) promover a avaliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação da EPL;
- (iii) gerir processo para o desenvolvimento de softwares;
- (iv) promover a segurança dos recursos computacionais da EPL;
- (v) gerir infraestrutura de TI e suporte aos usuários;
- (vi) propor normas e procedimentos para o uso seguro e eficiente dos ativos de rede da EPL;
- (vii) monitorar e tratar os incidentes de rede da EPL;
- (viii) criar mecanismos para promover a gestão de continuidade dos negócios da EPL;
- (ix) elaborar e coordenar a execução do PDTI; e
- (x) implantar governança de TI alinhada aos objetivos estratégicos da EPL.

No exercício destas atribuições, são gerenciados os seguintes sistemas computacionais, considerados estratégicos pelas áreas de negócio da empresa, conforme Tabela 16 abaixo.

Tabela 16 - Relação de Sistemas Computacionais Estratégicos

Item	Sistema	Função
01	Sistema de Gestão de Documentos – SGDOC (cedido)	O SGDOC é um Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos com interface amigável que surgiu da necessidade de se controlar e acompanhar o protocolo de documentos internos e externos da EPL.
02	Portal da EPL	O Portal de comunicação da EPL permite, a partir de computadores conectados à internet, o acesso aos serviços disponibilizados e à comunicação direta entre a empresa e seus colaboradores.
03	Software de modelagem de transportes nas escalas de macrossimulação e microssimulação.	Contar com uma solução de simulação multimodal que possibilite a integração e a interoperabilidade entre os elementos (softwares) componentes da solução, de forma a possibilitar as análises de comportamento de demanda e

		operação de sistemas de transporte de uma escala macroscópica a uma escala microscópica.
04	Solução integrada de gerenciamento de portfólio e projetos	Apoiar a execução e acompanhamento da carteira de projetos da EPL, integrando a gestão estratégica, gerenciamento de projetos e gestão de processos.
05	Sistema automatizado para modelagem e estudos de traçados para rodovias e ferrovias.	Prover a EPL de ferramenta de simulação, para otimização de traçados, podendo ser aplicado às várias etapas dos empreendimentos, tais como: pré-viabilidade, viabilidade, planejamento e construção.
06	Sistema de inteligência geográfica	Permitir a geração de dados, mapas 2D, mapas 3D e modelos de processos, proporcionando apoio às suas tomadas de decisão para gestão de dados, planejamento de ações, análise de cenários, fiscalização e disseminação de informações.

A gestão dos sistemas apresentados acima, bem como dos demais recursos de tecnologia da informação da EPL então previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da empresa.

O PDTI é um instrumento utilizado para o planejamento do ambiente tecnológico da empresa. Este Plano apresenta as diretrizes de tecnologia da informação e abrange aspectos como:

- (i) Alinhamento com a estratégia da organização;
- (ii) Inventário de necessidades;
- (iii) Plano de metas e ações;
- (iv) Plano de investimento e custeio;
- (v) Plano de gestão de riscos.

Na elaboração do PDTI, buscando garantir o alinhamento estratégico das ações de TI com os objetivos institucionais foram estabelecidas metas e ações para o atendimento as necessidades computacionais de cada gerência da empresa. Destaque ao fato que em 2014 surgiram demandas por novas soluções informatizadas. Tais demandas são descritas na Tabela 17.

Tabela 17 - Relação de Necessidades de Novos Sistemas

Item	Sistema	Função
01	Elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada - PNLI	Criação de sistema que permita o tratamento e a segurança de dados, processamento e armazenamento, mineração e disponibilização com consultas de base de dados para utilização na simulação multimodal do PNLI.
02	ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística	Criação de uma solução que permita efetuar a integração de dados de origens diversas, o tratamento e a segurança do dado, o processamento e armazenamento em repositório especializado, a sua mineração, e ainda disponibilizar funcionalidade que permita a apresentação, visualização, e a consulta desses dados conforme especificação técnica dos clientes internos e externos da EPL.

03	SIADP - Avaliação de desempenho	Criação de módulo que permita a Gerência de Pessoas realizar a avaliação de desempenho dos funcionários da EPL.
04	SBT - Banco de talentos	Criação de módulo de que permita a Gerência de Pessoas realizar a gestão por competências dos funcionários da EPL.
05	SGP - Sistema de Gestão Pessoal	Disponibilização de sistema corporativo de gestão de pessoal que permita a Gerência de Pessoas a gestão completa em um único sistema de todos os funcionários da EPL de forma integrada e automatizada, tal sistema, se possível, deve ser integrado aos sistemas estruturantes do Governo Federal.
06	GEMAB - Sistemas de Informações Ambientais	Criação de sistema de informações ambientais com interface de entrada e consulta intuitiva em ambiente <i>web</i> , com banco de dados geográficos que permita acesso rápido às informações de estudos ambientais oriundos dos estudos de processos de licenciamento ambiental.
07	SISRISK	Customização de sistema de identificação das vulnerabilidades que podem se tornar em riscos para a EPL.
08	SGC – Sistema para Gestão de Contratações	Sistema para acompanhamento e gestão das contratações realizadas no âmbito da EPL.

Em virtude de tal fato a EPL buscou a contratação de uma fábrica de software que pudesse apoiar a empresa no atendimento destas necessidades. Assim, foram executadas as atividades associadas ao procedimento licitatório, quais sejam: elaboração de documento de oficialização da demanda; desenvolvimento de estudo técnico preliminar da contratação; análise de riscos da contratação; e elaboração do Termo de Referência. A contratação será concluída em 2015.

Complementarmente, importa informar que, para atender as necessidades de novos sistemas de sustentação da área administrativa (como sistema para gestão de contratos e patrimônio), foram realizadas ações no sentido de obter o sistema SIADS, com a principal funcionalidade de exercer o controle efetivo de bens patrimoniais próprios e de terceiros, como propiciar a consulta sobre disponibilidade, aquisição e desfazimento de bens. Até o final do exercício, os procedimentos para a utilização do sistema, desenvolvido e mantido pelo SERPRO para o Ministério da Fazenda (MF) encontrava-se em andamento.

Já em relação ao sistema de gerenciamento de contratos, cedido pelo SERPRO, foram elaboradas customizações, de modo a torná-lo aderente às necessidades da EPL. Contudo, a área de negócios solicitou novos desenvolvimentos, que excedem a capacidade operacional da empresa, devendo ser realizados após a contratação da fábrica de *software*.

Adicionalmente, destacamos que, em 2014, foram realizadas 16 (dezesesseis) ações previstas no PDTI da EPL 2013-2015 e as contratações realizadas que vigoram no ano estão descritas no Quadro A.9.1.3.

Por fim, em relação à aplicação da POSIC, já no início do ano, foram realizadas as seguintes ações:

(i) criação de um grupo de trabalho, formado pelos membros do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC), para analisar as alterações sugeridas e estudar o grau de aderência das propostas na POSIC;



- (ii) revisão e estabelecimento da periodicidade de revisão;
- (iii) apresentação à Coordenação-Geral de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações (CGCTIC) e para o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações da Presidência da República (DSIC/PR), com a finalidade de coletar recomendações e aprimorar o entendimento desta política;
- (iv) atendimento das recomendações propostas pela CGCTIC e DSIC;
- (v) aprovação da minuta pelos membros integrantes do Grupo de Trabalho, em 29 de abril de 2015.

Quadro A.9.1. – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo em R\$	Valores Desembolsados 2014 em R\$
			CNPJ	Denominação		
013/2014	Solução de simulação multimodal de transportes, contendo licenças perpétuas de <i>softwares</i> de modelagem de transportes nas escalas de macrossimulação e microssimulação.	29/05/2014 a 28/06/2017	14.392.533/0001-41	Engimind Brasil - Consultores e Representação LTDA	920.000,00	920.000,00
014/2014	Solução de segurança composta por 345 (trezentos e quarenta e cinco) licenças para <i>software</i> de antivírus, <i>antispyware</i> e <i>firewall</i> .	25/06/2014 a 24/06/2017	10.647.012/0001-66	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME	31.050,00	31.050,00
018/2014	Prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para sustentação do ambiente tecnológico na Sede da Empresa de Planejamento e Logística – EPL.	17/09/2014 a 16/09/2015	65.599.953/0004-06	CPM BRAXIS S.A.	2.096.994,50	-
019/2014	Aquisição de monitores, para atendimento das necessidades da EPL.	12/09/2014 a 11/01/2018	07.588.260/0001-98	P9 TECNOLOGIA EIRELI ME	38.877,28	38.877,28
020/2014	Aquisição de microcomputadores (<i>desktops</i>), para atendimento das necessidades da EPL, conforme quantidades e especificações constantes deste Contrato e seus anexos.	12/09/2014 a 11/01/2018	12.388.512.00001-56	BBR SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	269.737,50	269.737,50
021/2014	Prestação de serviços do fornecimento de informações das bases de dados da Receita Federal do Brasil - RFB, contendo dados da Nota Fiscal Eletrônica – NFE.	05/09/2014 a 04/09/2015	33.683.111/0001-07	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	592.261,99	592.261,99
022/2014	Cessão de uso de licença de <i>software</i> para atender o sistema de contabilidade das sociedades anônimas para contabilização de atos e fatos, escrituração contábil, fiscal e patrimonial.	10/10/2014 a 09/10/2015	24.916.363/0001-63	LÍDER PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	5.870,52	5.870,52
026/2014	Contratação de empresa de apoio à elaboração do PETI – Planejamento Estratégico de TI e ferramenta de Gerenciamento de Projetos.	05/12/2014 a 04/12/2015	06.033.739/0001-86	TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	1.289.640,00	-
Ata de Registro de Preços 002/2014	Aquisição de licenças de uso perpétuo de <i>softwares</i> Microsoft.	12/08/2014 a 11/08/2015	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE	1.449.733,00	501.598,00

				INFORMÁTICA LTDA		
Ata de Registro de Preços 003/2014		12/08/2014 a 11/08/2015	12.007.998/0001-35	SH HABERLI TECNOLOGIA ME	264.600,00	176.400,00
140040/552	Contratação de consultoria para dimensionamento de sistemas necessários para sustentação das atividades da EPL.	03/10/2014 a 22/12/2014	082.779.417-73	CONSULTOR PNUD João Paulo De Angeli	12.000,00	12.000,00
Acordo de Coop. Técnica 2/2014	Contratação de infraestrutura para acesso à rede de alta velocidade (GigaCandanga).	05/12/2014 a 04/12/2019	03.508.097/0001-36	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	53.972,88	-
010/2013	Prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel.	27/06/2013 a 26/06/2015	00.831.964/0001-81	H PRINT REPROGRAFIA	323.880,00	188.529,30
14/2013	Contratação de empresa para fornecimento de licença de sistema automatizado para modelagem e estudos de traçados para rodovias e ferrovias (Software Trimble Quantm Enterprise), com treinamento e acompanhamento.	27/08/2013 a 26/05/2015	51.536.795/0001-98	SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	1.614.570,00	645.828,00
027/2013	Contratação de solução de sistema de informação geográfica, contendo licenças, treinamento e serviço de gestão da base de dados geográfica.	25/09/2013 a 24/09/2016	67.393.181/0001-34	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	3.681.603,08	268.710,35
00020/2012	Contratação para o fornecimento de software e hardware para a infraestrutura de telefonia IP e de rede de dados e voz, compreendendo equipamentos de instalação e treinamentos da EPL.	18/12/2012 a 17/12/2016	79.345.583/0001-42	TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS -LTDA	4.245.119,80	-
00025/2012	Aquisição de equipamentos de infraestrutura de armazenamento de dados com prestação de serviços de suporte técnico oficial, com manutenção corretiva e evolutiva.	27/12/2012 a 23/07/2014	02.277.205/0001-44	VERT SOLUÇÕES PLANEJAMENTO EM INFORMATICA	1.428.330,00	74.086,64
00009/2012	Contratação de serviços especializados em Tecnologia da Informação e Gerenciamento de conexões à internet, estruturada sobre malha de fibra ótica possibilitando conexão à internet de alta velocidade.	06/12/2012 a 05/12/2014	33.683.111/0001-07	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	343.200,00	159.206,66

10. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Neste capítulo são apresentadas as seguintes informações: 10.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU; 10.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI); 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93; e 10.5 Alimentação SIASG E SICONV.

O item 10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário não consta deste capítulo, sua justificativa está apresentada na Introdução deste Relatório.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 90/2014, estão indicados abaixo parte dos itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 10.1. Programação e Execução das Despesas
Quadro A.10.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Justificativa: Não há deliberações do TCU pendentes no exercício de 2014.

10.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A					119672
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	010.217/2014-2	--		DE	--
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A					119672
Descrição da Deliberação					
(...) determino cautelarmente à EPL que suspenda a execução do Contrato 21/2012, nos termos do art. 276, <i>caput</i> , do Regimento Interno/TCU. Determino, também, a realização a oitiva da EPL, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os fatos apontados na representação formulada pela Delegada da Polícia Federal Fernanda Costa de Oliveira, especialmente quanto aos fatos mencionados pelo Laudo Pericial 1013/2013- INC/DITEC/DPF.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A					119672
Síntese da Providência Adotada					
A execução contratual permanece suspensa e, em face de solicitação de laudo pericial conclusivo requerido pela					

Delegada da Polícia Federal, esta Empresa, por meio da Carta nº 1.454/2014/EPL, de 6.11.2014, solicitou 90 dias para manifestação junto ao TCU.

Em 2 de fevereiro de 2015, a EPL enviou o Ofício n. 43/2015/PRESI-EPL, para atender o Ofício nº 288/2014-TCU/SefidTransporte, de 17 de julho de 2014, que solicitou manifestação da EPL quanto ao Laudo Pericial nº 1013/2013-INC/DITEC/DPF, do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento da Polícia Federal (INC), proferido no bojo do Inquérito n. 250/2013.

Em 10 de fevereiro de 2015, a EPL enviou o Ofício n. 71/2015/PRESI-EPL, para informar sobre dados adicionais expedidos pelo INC, complementares ao Laudo Pericial nº 1013/2013-INC/DITEC/DPF, notadamente a Informação Técnica n. 217/2014. , que impossibilitavam a emissão de manifestação conclusiva pela EPL, até o momento.

Síntese dos Resultados Obtidos

A execução contratual permanece suspensa, foram instauradas comissões com a responsabilidade de produzir subsídios para a manifestação formal da EPL.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A EPL ainda não se manifestou de maneira formal e conclusiva, consoante instada pelo Ofício nº 288/2014-TCU/SefidTransporte, devido ao curso das investigações, em fase de complementações ao Laudo Pericial, bem como ao prosseguimento dos trabalhos internos, a cargo de Comissões instauradas para tal fim.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A					119672
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	017.926/2014-9	--	--	--	Diligência
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística					119672
Descrição da Deliberação					
Verificar a atuação da EPL no licenciamento ambiental de concessões rodoviárias – em aberto					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística					119672
Síntese da Providência Adotada					
Resposta a Diligência pela Carta nº 1179/2014/EPL de 15.09.2014 e Ofício nº 1540/2014/PRE/EPL, de 24.11.2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os dados anteriormente encaminhados ao TCU foram atualizados e reencaminhados. Foram também encaminhados, para análise, o fluxograma das atividades da GEMAB e cópia do processo administrativo de fiscalização do contrato relativo aos estudos para a BR 050.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Da análise das primeiras informações enviadas ao TCU, aquele Tribunal se posicionou no sentido de que a EPL está adotando boa prática na antecipação das atividades possíveis, no que diz respeito ao início do processo de					

licenciamento ambiental, mesmo que não detenha todos os elementos necessários à obtenção da licença de instalação. O TCU pretende acompanhar o desempenho de todas as instituições envolvidas no licenciamento, o que é positivo para a EPL.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A					119672
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	019.059/2014-0	--	--	--	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					119672
Descrição da Deliberação					
Relatório de Auditoria – Auditoria para avaliação da governança do PIL Rodovias. - em aberto					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					119672
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento do Ofício n. 94/2015/PRE/EPL, de 12 de março de 2015, ratificando informação já externada anteriormente, por ocasião da fase de instrução conduzida pela área técnica do TCU, noticiando que a EPL, empresa pública criada concomitantemente à apresentação do PIL Ferrovias, não participou do processo de instrução e decisão quanto aos trechos ferroviários contemplados no citado programa de Governo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As observações de natureza técnica emitidas pelo TCU quanto à relevância do embasamento técnico adequado para fins de planejamento de transportes estão sendo consideradas pela EPL para a elaboração do Plano de Logística Integrada (PNLI).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Tendo em vista a ausência de determinação expedida diretamente à EPL, não há providências pendentes a serem adotadas, no âmbito da TC n. 019.059/2014-0.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A					119672
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	002.811/2006-6	2052			--
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Transportes Terrestres					119672

Descrição da Deliberação	
3	9.1. Determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que:
4	9.1.1. caso e quando decida dar prosseguimento à licitação do trem de alta velocidade, envie ao Tribunal, nos termos do art. 7º, inciso I, da IN-TCU 27/1998, novos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, produzidos com antecedência máxima de dezoito meses, conforme jurisprudência majoritária desta Corte;
5	9.1.2. por ocasião das futuras concessões a seu encargo, elabore e remeta novos estudos, reiniciando a análise de que trata o art. 7º, inciso I, da IN TCU 27/1998 (primeiro estágio de acompanhamento de concessões), sempre que promover alterações significativas em premissas ou variáveis de estudos já apreciados pelo Tribunal;
6	9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Casa Civil da Presidência da República, ao MT, à ANTT, à Empresa de Planejamento e Logística (EPL), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Ministério Público Federal (MPF); e
7	9.3. arquivar o presente processo.
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Agência Nacional de Transportes Terrestres	119672
Síntese da Providência Adotada	
A EPL tomou conhecimento do Acórdão.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A partir do conhecimento das informações consolidadas no acórdão a EPL está dando andamento nos competentes estudos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há tendo em vista que não houve determinação emanada à EPL	

10.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

10.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.10.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A			119672
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	NOTA TÉCNICA Nº 1625/DITRA/DI SFC/CGU-PR, de 22.7.2014.		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A			119672
Descrição da Recomendação			
42. Com base nas informações consignadas nesta Nota Técnica, recomenda-se a Empresa de Planejamento e Logística – EPL:			
a) Avaliar, com base nos apontamentos apresentados, a conveniência e oportunidade da manutenção do Contrato nº			

021/2012, informando a CGU da decisão;	
b) Caso opte pela retomada do contrato, somente fazê-lo após manifestação expressa do Conselho de Administração da Empresa, e somente após o esclarecimento de todos os pontos eventualmente levantados pela CGU;	
c) Proceda à apuração de responsabilidade em função da contratação realizada.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística	119672
Síntese da Providência Adotada	
Em 23 de fevereiro de 2015, a EPL enviou o Ofício n. 73/2015/PRESI-EPL, para atender, no que possível, até o momento, ao Ofício n° 18456/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, por meio do qual o Secretário Federal de Controle Interno solicitou manifestação sobre questões tratadas na Nota Técnica n° 1625/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, relativas à contratação, por inexigibilidade, do Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun, formalizada no Contrato n° 21/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A EPL obteve o deferimento de prazo adicional para que seja possível reunir os elementos hábeis ao atendimento satisfatório desse órgão de controle	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A EPL ainda não se manifestou de maneira formal e conclusiva, consoante instada pelo Ofício n° 18456/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, tendo em vista a superveniência de novos elementos reunidos na investigação conduzida pela Polícia Federal, no âmbito do Inquérito n° 250/2013-4 – SR/DPF/DF, que, por terem sido obtidos recentemente por esta EPL, encontram-se em processo de análise, especialmente no âmbito do recém instaurado procedimento de sindicância investigativa da EPL, que servirá como meio preparatório para eventual sindicância contraditória ou processo administrativo disciplinar a ser implantado.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A			119672
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	20143132		Ofício n° 7697
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A			119672
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Que a EPL proponha, quando da realização da Avaliação do meio, ou em outra reunião oportuna, a revisão da Matriz de Resultados e Recursos, de modo a explicitar os quantitativos que se pretende atingir e tornar as metas bem definidas e delimitadas			
Recomendação 1: Que a EPL proponha, quando da realização da Avaliação do meio, ou em outra reunião oportuna, revisão da Matriz de Resultados e Recursos, estabelecendo indicadores passíveis de mensuração, preferencialmente para cada meta.			
Recomendação 1: Que a EPL proponha, quando da realização da Avaliação do meio, ou em outra reunião oportuna, a revisão o plano de trabalho, elaborando um cronograma físico-financeiro em que fique definido, para cada			

resultado/atividade do projeto BRA 13/013, o percentual mensal de execução física e seu respectivo desembolso.
 Recomendação 2: Que a EPL proponha, quando da realização da Avaliação do meio, ou em outra reunião oportuna, a revisão do Cronograma de Desembolso, de modo a compatibilizar o aporte dos recursos financeiros restantes com a execução financeira do Projeto.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A	119672
Síntese da Providência Adotada	
A conclusão do trabalho ocorreu em 27 de março de 2015. Assim, a EPL ainda está ajustando os atendimentos aos pontos relatados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Os resultados, de acordo com o PRODOC, estavam programados para serem iniciados no ano de 2014, contudo, devido a alguns ajustes para atender a demanda técnica, serão iniciados durante o ano de 2015 e ocorrerão ao longo de toda a execução do projeto, como indicado no documento de projeto.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>O projeto encontra-se efetivamente em seu primeiro ano de execução, há de se destacar que se trata de um assunto pioneiro, tanto técnico como político. Considerando as atribuições da EPL e seu tempo de criação, identifica-se positivamente o desafio de fortalecer a logística de transporte nacional por meio da criação e desenvolvimento de instrumentos técnicos capazes de serem aplicados nos diversos modais. Ressalta-se que os aspectos políticos que envolveram o país no primeiro ano do projeto, influenciaram significativamente para a aplicação de ações mais concretas para o desenvolvimento.</p> <p>O pioneirismo que abarca o objeto do projeto atrelado a concomitante estruturação da EPL, em termos organizacionais, são considerados desafios negativos para a criação de procedimentos que visam trazer maior celeridade ou facilitar decisões, tendo em vista a necessidade de, primeiramente, institucionalizar a cultura da cooperação como ferramenta de desenvolvimento institucional em todas as esferas da Empresa, e em segundo lugar, primar pelo não conflito de instrumentos normatizados (próprios da EPL e próprios do Projeto), necessários para a sustentabilidade do projeto.</p>	

10.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A			119672
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	NOTA TÉCNICA Nº 1625/DITRA/DI SFC/CGU-PR, de 22.7.2014.		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística (EPL)			119672

Descrição da Recomendação	
<p>42. Com base nas informações consignadas nesta Nota Técnica, recomenda-se à EPL:</p> <p>a) Avaliar, com base nos apontamentos apresentados, a conveniência e oportunidade da manutenção do Contrato n° 021/2012, informando a CGU da decisão;</p> <p>b) Caso opte pela retomada do contrato, somente fazê-lo após manifestação expressa do Conselho de Administração da Empresa, e somente após o esclarecimento de todos os pontos eventualmente levantados pela CGU;</p> <p>c) Proceda à apuração de responsabilidade em função da contratação realizada.</p>	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística S.A	119672
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A recomendação foi atendida em janeiro de 2015 com a instauração de uma comissão de sindicância, por meio da Portaria n° 12, de 30 de janeiro de 2015, alterada pela Portaria n° 22, de fevereiro de 2015.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Tendo em vista que ainda não há conclusão formal acerca de eventuais irregularidades ou aspectos que ensejaram a contratação em questão, ainda não há elementos para se determinar a responsabilização pessoal de agentes envolvidos no procedimento.	

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

Conforme orientação recebida da AUDINT, após consulta sobre a entrega da Declaração de Bens e Rendas (DBR) no ano de 2013, a EPL passou a adotar a Declaração que autoriza a consulta dos dados do IR entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Para tanto, no momento da contratação de pessoal, deverá ser assinada a referida declaração pelo servidor/empregado cedido para esta EPL.

Tal decisão fundamenta-se na Lei n° 8.429/92 e Instrução Normativa TCU n° 67, de 6 de julho de 2011, publicada no DOU, Seção 1, págs. 130, de 8 de julho de 2011, além do fato de que não dispomos de espaço físico adequado para o arquivamento das informações constantes nas declarações cujo conteúdo deve ser tratado de maneira sigilosa.

Assim, consta de todos os assentamentos funcionais a declaração assinada pelos respectivos profissionais, autorizando os órgãos fiscalizadores a promoverem eventuais consultas, quando necessário.

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n° 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo,	Final do Exercício de Cargo,	Final do Exercício Financeiro

		Emprego ou Função	Emprego ou Função	
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	3		
	Entregaram a DBR	3		
	Não cumpriram a obrigação	0		
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	182	37	
	Entregaram a DBR	182	37	
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: Gerência de Pessoas (GEPES)

10.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A GEPES é a área responsável por receber a DBR. A metodologia adotada para este controle é aplicada no ato da contratação do servidor, pela entrega de formulário no qual se autoriza o acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física e às respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Após o preenchimento, o formulário é arquivado nos assentamentos funcionais do servidor.

Não há nenhum tipo de análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, pois é necessária prévia autorização para consulta dos dados. Por não haver um sistema informatizado, o atual controle das entregas da DBR é realizado manualmente pela entrega do formulário para preenchimento no ato da contratação.

10.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.10.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>LUCIANA MADEIRO XIMENES</u>, CPF nº <u>012616311-10</u>, <u>ASSESSORA II</u>, exercido na <u>EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA, UASG 395001</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 02 de abril de 2015.</p> <p style="text-align: center;"><u>LUCIANA MADEIRO XIMENES</u></p> <p style="text-align: center;"><u>012616311-10</u></p> <p style="text-align: center;"><u>ASSESSORA/ EPL/ UASG: 395001</u></p>

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; 11.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas; 11.3 Conformidade Contábil; 11.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis; 11.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; 11.7 Composição Acionária das Empresas Estatais; e 11.8 Relatório de Auditoria Independente.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 90/2014, estão indicados abaixo parte dos itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

11.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
11.4.1	Declaração Plena
Justificativa: Considerando a estrutura de informação definida no item 12.4, optou-se pela Declaração com Ressalva, uma vez que, na opinião do contador, houve circunstâncias que impediram a emissão da declaração plena.	

11.7	Composição Acionária das Empresas Estatais
11.7.2	Composição Acionária da UJ como Investidora
Justificativa: Não se aplica, pois a EPL não possui participação em outra Empresa.	

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A EPL começou suas atividades em junho de 2012 e, somente a partir de janeiro de 2013, iniciou-se a aquisição de bens, que comporiam o Ativo Não Circulante da Empresa.

A NBCT 16.9 trata da depreciação, amortização e exaustão dos bens. Nesse ponto, cabe esclarecer 2 (duas) questões: (1) a EPL realiza tais procedimentos pelo critério do saldo de contas, uma vez que não temos sistema desenvolvido para tal. Além disso, entende-se que, em função do pouco tempo de uso, não é necessário reavaliação ou redução ao valor recuperável, sendo sua mensuração dada pelo próprio valor de aquisição; e (2) a Empresa irá assinar contrato com o SERPRO para utilização do sistema de depreciação, amortização e exaustão desse órgão.

Quanto à NBCT 16.10, que trata de avaliação, mensuração de ativos e passivos em entidades do Setor Público, foram cumpridas todos os itens da Norma, com exceção da reavaliação, que será realizado em 2015, tendo em vista os bens da EPL terem sido adquiridos recentemente e pelo fato que essa reavaliação tem que ser realizada “bem a bem”, o que requer a implantação do Sistema referenciado acima.

11.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

A EPL ainda não implantou o Sistema de Apuração de Custos, mas está se preparando para tal. Em 2014, ocorreu uma palestra no MT, promovida pela Secretaria do Tesouro Nacional apresentando o Informações de Custo do Governo Federal (SIC). Na EPL, a GEFIN está tratando do assunto.

11.3 Conformidade Contábil

A conformidade contábil da EPL é realizada pelo contador responsável, levando-se em conta as normas e princípios contábeis. É feito exame e análise da documentação contabilizada e paga, observando-se o enquadramento legal e os cálculos neles contidos, inclusive checa-se a existência de orçamento, contrato, empenho, liquidação e pagamento.

Quanto ao princípio da segregação de função, a estrutura organizacional está definida no art. 3º do Regimento Interno da Empresa. Neste instrumento não existe a previsibilidade de subdivisões organizacionais para o desenvolvimento das atribuições da GEFIN, conforme estabelecido no art. 21, inciso II do referido Regimento. As únicas atribuições específicas são as de Gerente de Finanças e as do Contador da Empresa.

Durante o exercício de 2014, ocorreu registro da restrição sob o código 640 devido à inconsistência no patrimônio apresentada no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), em função da falta de software de gestão patrimonial. Neste ponto, cabe mencionar que a aquisição do referido software já foi providenciada na Empresa e o contrato está em vias de ser assinado com o SERPRO.

11.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.4.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Empresa de Planejamento e Logística S.A.		395001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, EXCETO no tocante a:</p> <p>a)-Registros de pagamento de Restos a Pagar não processados no exercício anterior referentes a custeio e investimentos. Anulação de despesas de exercícios anteriores.</p> <p>b)-O SIAFI fica vinculado à categoria econômica da despesas, e a 6.404/76, fica vinculada à característica da despesa ou bem.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	01.04.2015
Contador Responsável	Francisco Antonio Martins	CRC nº	MA 001855/O-8-T-DF

11.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão figuradas como Anexo I deste Relatório de Gestão.

11.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.11.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014				
Denominação completa				
Empresa de Planejamento e Logística S.A				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional	100	100	100
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
	% Governo	-	-	-
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	-	-	-
Subtotal Ordinárias (%)		100	100	100
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
	% Governo	-	-	-
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	-	-	-
Subtotal Preferenciais (%)		00	00	00
Total		100%	100%	100%

11.8 Relatório de Auditoria Independente

A Auditoria Independente fez um trabalho por amostragem, o que não descarta a existência de distorções causadas por erros ou fraudes.

O trabalho dos auditores envolveu: (1) Controle interno de RH e teste de existência física; (2) Controle interno de Compras e Licitações; (3) Controle Interno de Informática; (4) Controle interno de ativo fixo e depreciações; (5) Análise das conciliações bancárias; (6) Análise das composições dos saldos das contas patrimoniais; e (7) Teste de saldos das principais contas da contabilidade.

Do resultado da auditoria, 2 (dois) pontos merecem destaque: um com relação ao balanço patrimonial e outro sobre o controle interno de informática.

Em relação ao balanço patrimonial, cabe ressaltar que a liquidez corrente da entidade, ou seja a relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, ao final de 2014 apresentou uma confortável posição, com um índice de 6,82, sendo que, ao final de 2013, essa relação era de apenas 2,00.

Já quanto ao controle interno de informática, cabe salientar que a GETIC carece de controle sobre a utilização de mídia externa, podendo acarretar a perda de informações privilegiadas da Empresa, além do risco de contaminação por vírus.

No Relatório da Auditoria Independente, constam que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Por fim, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, na íntegra, está figurado como Anexo II deste Relatório de Gestão.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Em conformidade com o disposto na Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, a EPL elencou nos itens e subitens anteriores, sistematicamente, todas as informações exigidas pelo TCU para compor o Relatório de Gestão de 2014.

Entretanto, tendo em vista que algumas atividades não foram especificamente contempladas nos capítulos anteriores, oferecemos, a seguir, um panorama geral de outras informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada para a demonstração da conformidade e do desempenho da gestão no exercício.

No ano de 2014, a EPL concentrou esforços para a realização das ações previstas em seu Planejamento Estratégico, atuando na produção de informações, planos e projetos; no desenvolvimento de tecnologias; na estruturação, implantação e gestão de empreendimentos voltados para a eficiência logística e mobilidade e para expansão, integração e modernização do sistema de transportes; bem como no desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade.

Atividades Finalísticas

Com relação às atividades finalísticas, as seguintes informações são relevantes:

a) Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

O PNLI objetiva identificar as necessidades e propor as oportunidades de investimentos a curto, médio e longo prazo, para prover o país de uma logística eficiente e competitiva, com associação entre infraestrutura e serviços, numa visão Pública, Privada e Pública-privada.

O PNLI tem como premissas: ser um plano para o Estado brasileiro; representar um planejamento nacional, de caráter indicativo de ações; ter compromisso com a integridade territorial, a segurança nacional e a preservação do meio ambiente; e garantir ações e estudos que tornem permanente o planejamento integrado do setor de transportes.

Nas análises e proposições das ações do PNLI, foram considerados: os Planos Setoriais de Infraestrutura já elaborados pelo Governo Federal; os Planos Estaduais Estratégicos de Logística e Transporte; políticas de Integração e de Desenvolvimento Regional; a Política Nacional do Meio Ambiente; e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e estudos da Iniciativa Privada.

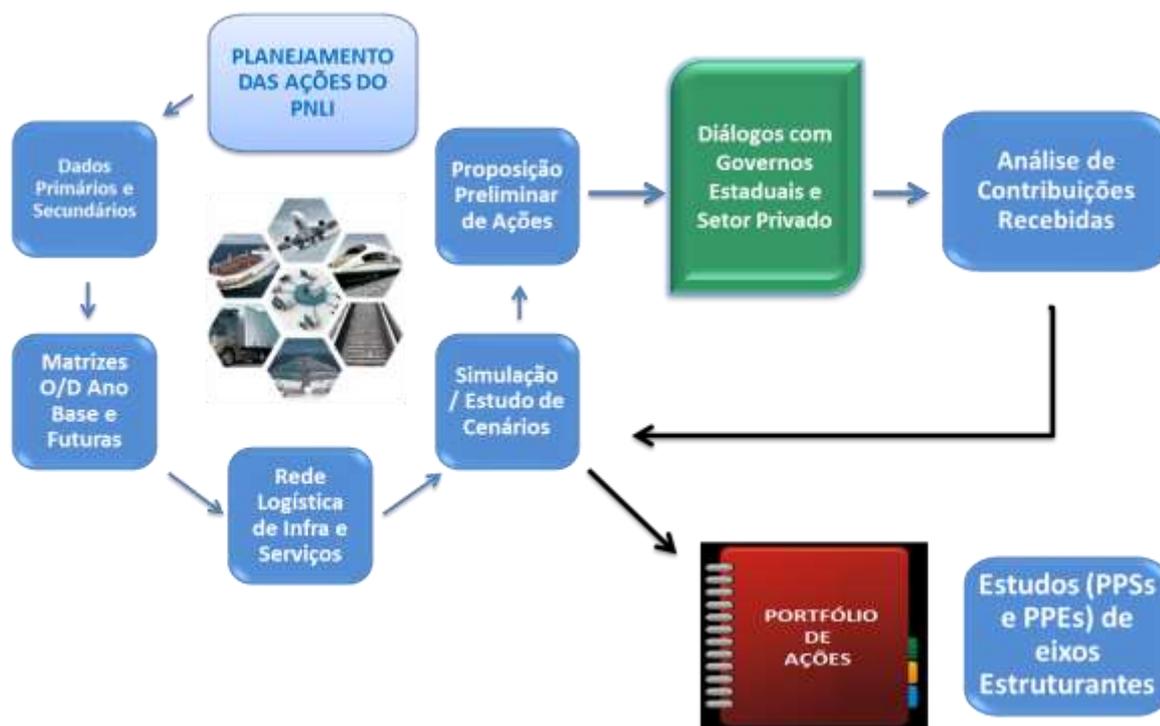
As diretrizes do PNLI são:

- (i) propor uma visão de desenvolvimento econômico de médio e longo prazo, considerando o contexto mundial;
- (ii) considerar a utilização racional e integrada dos modais de transporte;

- (iii) propor a utilização de tecnologias mais adequadas à prestação dos serviços logísticos;
- (iv) indicar soluções considerando a infraestrutura e os serviços prestados de forma a aumentar a eficiência do sistema logístico;
- (v) indicar propostas para a instalação de plataformas logísticas de forma a aumentar a multimodalidade; e
- (vi) sugerir ações que vão além da intervenção na infraestrutura como a renovação da frota, eficiência energética e proposição de normativos regulamentares.

A construção do PNLI envolve a realização de simulações e construção de cenários logísticos a partir dos quais se elabora um Portfólio de Soluções. Este Portfólio será submetido ao crivo da sociedade para posterior deliberação e aprovação pelo CONIT. Com o conjunto de intervenções aprovadas, serão elaborados Projetos Preliminares de Viabilidade, Serviços e de Engenharia para cada uma das ações.

Figura 14 - Desenvolvimento do PNLI 2015-2035



Na construção do PNLI, foram realizados estudos, pesquisas, levantamentos de dados diversos, de todos os modais de transportes, para a obtenção da demanda de cada um deles e a construção de matrizes de origem e destino de viagens de pessoas e de cargas.

No ano de 2014, a EPL implantou um sistema de simulação da rede, realizou o cadastro da infraestrutura existente e respectiva projeção de tráfego e carga, além de criar uma padronização

para projetos futuros. Estas medidas possibilitam o monitoramento dos padrões de serviços da malha atual e futura, com a identificação dos pontos críticos existentes.

Ainda com base nas informações coletadas, em conjunto com o IPEA, foram elaboradas as matrizes de origem/destino de carga, para o ano base, e desenvolvidas projeções para diversos horizontes futuros, até o ano de 2035.

Com o objetivo de executar cada uma das etapas necessárias à elaboração do PNLI, destacamos as seguintes ações desempenhadas pelas equipes da EPL:

(i) **Pesquisas Origem/Destino do Transporte Rodoviário de Cargas e de Veículos de Passeio e Pesquisas de Contagem Volumétrica Classificatória de Veículos:** executadas com a finalidade de identificar as origens e os destinos das viagens realizadas pelos usuários dos veículos de carga e de passeio nas rodovias. Cabe mencionar que houve dificuldades na execução dos serviços pela empresa contratada, ocasionando atrasos, o que levou a EPL a aplicar as penalidades contratualmente cabíveis.

(ii) **Pesquisa/Origem Destino do Transporte Aéreo de Passageiros, Nacional e Internacional:** teve como objetivo permitir o conhecimento da movimentação de passageiros que utilizam o transporte aéreo para as viagens nacionais e internacionais de forma que em uma etapa posterior estas informações sejam consideradas no PNLI.

(iii) **Pesquisa com Embarcadores:** visa identificar o perfil do agente tomador da decisão na contratação ou solicitação de um serviço de transporte de cargas - e de particularidades do serviço demandado. Esta pesquisa será finalizada em fevereiro de 2015.

Adicionalmente, a EPL manteve parcerias técnicas com as seguintes instituições:

(i) **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):** visando à disponibilização de informações, à conjugação de esforços, competências e conhecimentos para o desenvolvimento de uma Matriz Origem/Destino de cargas e passageiros para o território brasileiro;

(ii) **Secretaria de Aviação Civil (SAC):** visando à conjugação de esforços, conhecimentos, dados e apoio técnico necessário à realização de pesquisa de dimensionamento e caracterização da Matriz Origem/Destino do transporte aéreo no Brasil;

(iii) **Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF):** visando garantir a segurança na execução e a eficácia da Pesquisa de Origem/Destino de veículos de cargas/passageiros e contagem volumétrica classificatória no território brasileiro;

(iv) **Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB):** com objetivo de estabelecer as condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco, de forma a permitir a identificação, quantificação e caracterização da movimentação de carga por meio de notas fiscais eletrônicas.

Finalmente, vale destacar que, em 2014, a EPL promoveu o Seminário Mudanças Climáticas e Infraestrutura de Transportes em uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O objetivo do evento centrou-se na identificação dos impactos das mudanças climáticas no reordenamento territorial e na logística da produção agrícola e industrial, de forma a

subsidiar o planejamento e os investimentos na infraestrutura do país e, por conseguinte, a elaboração do PNLI.

b) Estudo de Capacidade dos Modais

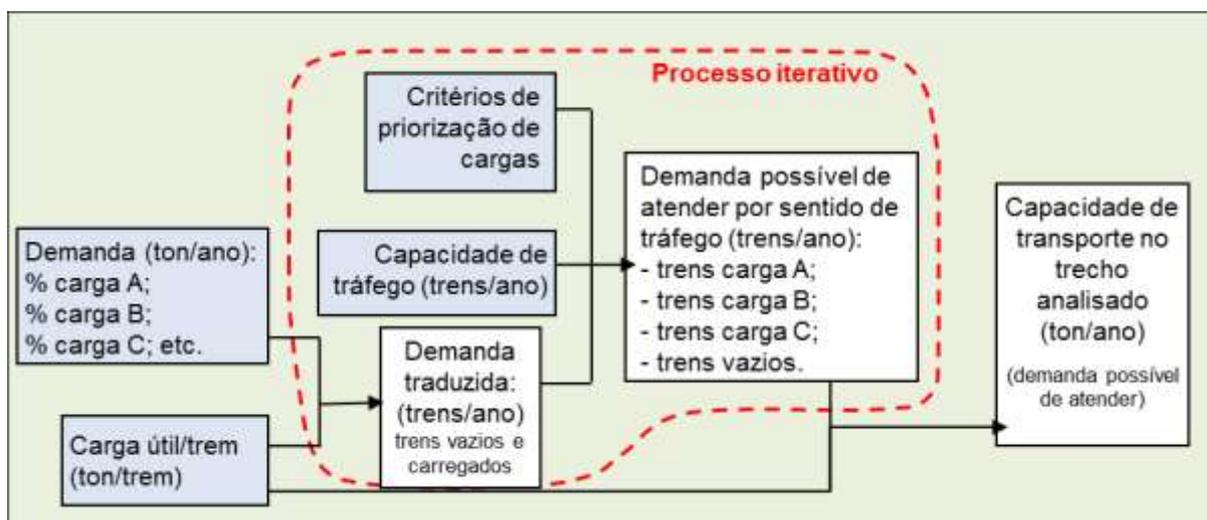
No âmbito do PNLI e, mais especificamente, para fins de simulação da rede básica de transportes, foi realizado estudo para indicação das capacidades dos diversos trechos que compõe os subsistemas de transportes (ferroviário, rodoviário, aquaviário e portos).

A indicação da capacidade dos trechos contemplados na simulação de rede é importante para avaliar a infraestrutura atualmente existente e, a partir disso, identificar e mensurar os gargalos (infraestrutura e/ou serviço), para os quais deverão ser realizados estudos técnicos específicos e propostas de soluções.

Desta forma, com vistas a subsidiar a modelagem de desempenho do transporte ferroviário para as simulações executadas no âmbito do PNLI, em 2014, desenvolveu-se uma metodologia para estabelecimento e quantificação da capacidade de transporte (toneladas úteis/ano) nas vias de circulação da malha existente, a ser utilizada nas simulações para alocação da demanda. A abordagem proposta é apresentada na figura abaixo, partindo-se de quatro informações básicas vitais para obtenção da capacidade de transporte:

- (i) critérios de priorização das cargas;
- (ii) capacidade de tráfego em trens/ano (obtido da Declaração de Rede publicada pela ANTT);
- (iii) demanda de transporte; e
- (iv) carga útil por trem.

Figura 15 - Metodologia para estabelecimento e quantificação da capacidade de transporte



A carga útil por trem foi o item crítico no qual a EPL concentrou esforços para estimar, dado que os demais itens já são preestabelecidos. Para sua obtenção, é necessário conhecer a quantidade

de vagões por trem e o peso útil por vagão. Tais fatores por sua vez, dependem de diversos aspectos da ferrovia e do trecho considerado, de maneira que foram estimados com base em levantamentos estatísticos e análises a partir da declaração de rede e do SAFF (Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário – ANTT).

As análises feitas pela EPL levaram em consideração estratificações e restrições na malha ferroviária, tais como: concessionária, trecho ferroviário e suas respectivas limitações de via permanente, tipo de carga, regras de nomenclatura adotadas para trens e mercadorias, etc.

Obtida a carga útil por trem para os diversos grupos de mercadoria e trechos ferroviários da malha, a capacidade de transporte por sentido de tráfego em cada trecho analisado pode ser obtida por um processo iterativo, levando-se em conta a demanda por tipo de trem e possíveis fluxos de retorno.

c) Proposição de Metodologia de Classificação de Modais

Ainda em suporte à realização de simulações e construção de cenários logísticos no âmbito do PNLI, a EPL desenvolveu uma metodologia para a classificação de modais de transporte.

Esta metodologia consiste em determinar quais os parâmetros mais relevantes a serem considerados na operação de um modal, segmentados em atributos de infraestrutura e serviços. Tais parâmetros são então comparados a valores obtidos por meio de *benchmarks* e valores operacionais já conhecidos e, posteriormente, classificados conforme seu desempenho específico em relação a cada um desses parâmetros.

A partir disso, é possível medir a eficiência logística do modal, trecho a trecho, e dar uma visão ampla das necessidades de ajuste e investimentos demandados em cada um deles.

Para o modal rodoviário, por exemplo, foram observados os critérios que constam do Manual de Capacidade de Tráfego do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), assim como, para o transporte aéreo, foram considerados os parâmetros de serviço da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). No caso dos portos, os parâmetros foram apresentados à Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para discussão e validação.

d) Validação da Metodologia de Elaboração de Projetos Preliminares

O Portfólio de Soluções do PNLI a ser aprovado pelo CONIT consiste no conjunto de intervenções em infraestrutura e serviços, cronologicamente identificados, que melhor atendem ao cenário e restrições estabelecidos para as simulações. Conforme mencionado anteriormente, para cada um dos investimentos constantes no Portfólio de Soluções, deverão ser elaborados Projetos PPS e PPE.

Os PPS têm por objetivo apresentar soluções para atendimento às necessidades logísticas dos agentes envolvidos no transporte de mercadorias, bem como dos potenciais centros geradores de cargas. Essas soluções incorporam esquemas operacionais por modal e por estruturas associadas



a essas cadeias logísticas, objetivando promover a elevação do nível de serviço prestado. Os PPS possuem indicação de estimativas de custos e prazo de implantação das soluções em função das características dos serviços projetados.

O PPE, por sua vez, abrange um conjunto de atividades necessárias para detalhar as características de engenharia do modal de transporte e para permitir a elaboração do orçamento referencial e cronograma do empreendimento em função da identificação dos entraves logísticos.

Os PPE de rodovias e ferrovias apresentam traçados referenciais que consideram: modelos digitais de elevação; imagens de satélite; infraestrutura de transportes existente; linhas de transmissão; usinas de energia; redes de comunicação; adutoras; gasodutos; oleodutos; reservatórios; aquedutos; áreas indígenas, quilombolas e assentamentos; patrimônio histórico, cultural e artístico; áreas de proteção ambiental nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal; manchas urbanas e de produção; e exploração agrícola e mineral.

De forma a validar a metodologia de elaboração de Projeto Preliminar de Serviços, a EPL desenvolveu, ao longo de 2014, as seguintes atividades, para a execução de projetos:

- (i) Delimitação das necessidades e soluções potenciais (estudos de mercado), consistindo na identificação das necessidades logísticas para atendimento às regiões produtoras/consumidoras, comparando-as com as infraestruturas de transportes existentes, o que envolveu uma fase de pesquisa, com dados secundários, e informações obtidas em diversos órgãos de governo;
- (ii) Definição dos pontos de geração e/ou destinação de demandas, a partir do estudo de mercado realizado, bem como da análise dos agentes envolvidos no processo logístico;
- (iii) Detalhamento do escopo dos agentes envolvidos na prestação de serviços, consistindo, inicialmente, na identificação dos agentes envolvidos, delimitando os respectivos limites de competência/atuação e, a partir disso, detalhando o escopo de atuação, visando à integração entre esses agentes para o atendimento da demanda logística;
- (iv) Detalhamento do esquema operacional dos empreendimentos, em que, considerando o conhecimento adquirido nas etapas anteriores, foram identificados os modais mais adequados à solução dos entraves logísticos existentes, sendo elaborada a proposta de operação para cada empreendimento indicado;
- (v) Análise das características normativas dos serviços projetados, em que, a partir das soluções potenciais estudadas, foi realizado estudo com a finalidade de verificar a aderência das alternativas propostas aos normativos existentes; e
- (vi) Avaliação dos prazos estabelecidos, da equipe alocada e a maior ou menor dificuldade na disponibilidade e obtenção dos dados necessários, fossem eles desagregados ou não, durante todo o desenvolvimento das atividades.

e) Custos

Ainda no contexto de desenvolvimento do PNLI, a EPL deflagrou trabalho voltado à criação de ferramentas que permitem o cálculo dos custos de transporte e de transbordo envolvendo os principais modais de transporte, de forma a permitir a comparação dos níveis de eficiência inerentes às alternativas de transporte entre dois pontos da rede logística.

A mensuração dos custos logísticos é essencial para permitir a diferenciação de opções logísticas, permitindo a identificação das melhores alternativas de deslocamento e a detecção de gargalos a serem enfrentados no bojo do planejamento dos investimentos e serviços futuros.

O conjunto destas ferramentas encontra-se reunido no Manual de Simulação dos Custos de Transporte e Transbordo de Cargas, que apresenta, dentre outros aspectos, a metodologia empregada na apuração dos custos mencionados para os diferentes tipos de carga (granel sólido agrícola, granel sólido não agrícola, granel líquido, carga geral/contêiner e carga geral) e para os diferentes meios de transporte (rodoviário, ferroviário - modelos vertical e horizontal -, cabotagem, hidroviário, portuário, além dos custos de transbordo) considerados nas simulações do PNLI.

Em complementação, a EPL desenvolveu e concluiu, em 2014, um estudo sobre custos hidroviários que teve por objetivo analisar os centros de custo que interferem na produção do transporte fluvial, tais como portos, custos de operação da navegação, custos associados à disponibilidade do canal de navegação e asclusas; e desenvolver uma ferramenta de cálculo dos custos do transporte hidroviário, aplicável às diferentes situações de transporte hidroviário no Brasil.

Este projeto foi realizado em parceria com a Ingeniería y Economía del Transporte S.A. (INECO), empresa ligada ao Governo espanhol, com interveniência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo sido realizado seminário para discussão e apresentação do modelo de custos, que contou com a presença de representantes de órgãos públicos e empresas privadas atuantes no setor hidroviário

Assim, os produtos apresentados suprem a parametrização dos dados do Sistema de Simulação do PNLI com informações robustas tendo os resultados obtidos sido validados mostrando forte aderência entre os resultados obtidos e a realidade do setor de transportes.

f) Trem de Alta Velocidade (TAV)

O Governo Federal, visando promover o transporte ferroviário de passageiros, pretende implantar um sistema de transporte ferroviário de alta velocidade, com condições de oferecer aos passageiros preços competitivos, qualidade, conforto, segurança e rapidez nas viagens.

Nesse sentido, o projeto TAV Rio – Campinas visa dotar a área de influência do eixo que liga as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas de um serviço de transporte ferroviário de passageiros por um sistema de TAV e, assim, reduzindo a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros nas rodovias e aeroportos que interligam estas cidades, o principal corredor de transporte do País.



O modelo concebido para sua implantação prevê a concessão da exploração do serviço à iniciativa privada, cujo edital de licitação com as regras do processo para seleção da operadora do TAV teve seu cronograma adiado *sine die* em agosto de 2013.

Em decorrência desse fato, a EPL reprogramou as atividades a serem realizadas em atendimento às suas obrigações em relação ao projeto do TAV, uma vez que o projeto funcional do empreendimento, que constituía peça fundamental para o desenvolvimento de suas ações, seria fornecido pelo eventual vencedor do Leilão.

A partir de então, as ações no âmbito desse projeto concentraram-se, em linhas gerais, no desenvolvimento de atividades voltadas à instrumentalização da EPL, capacitação do quadro técnico, revisão do traçado referencial e à preparação de termos de referência para a contratação de serviços especializados.

Especificamente durante o ano de 2014, em linhas gerais, foram realizadas atividades voltadas à ampliação e aprimoramento da base de dados do projeto, com a produção de bases cartográficas mais detalhadas, elaboração de novos modelos digitais de elevação, melhoria da base de hidrografia, considerações de restrições geológico-geotécnicas e ambientais, e concepção e implementação de novos sistemas de avaliação de desapropriação.

A atualização e melhoria da base de dados, associada à inclusão de uma estação em Aparecida e à alteração da localização das estações Barra Mansa e São José dos Campos recomendações emanadas pelo Acórdão TCU nº 1510/2010, em especial quanto à incorporação das restrições geológico-geotécnicas, ensejou a realização de estudos com vistas ao aperfeiçoamento do Traçado Referencial do EVTEA/2009, elemento básico e essencial para o desenvolvimento dos projetos de engenharia e estimativas de custos de investimentos, operação e manutenção do sistema.

A revisão do Traçado Referencial compreendeu uma abordagem multidisciplinar, envolvendo análises do ponto de vista de sua geometria, geológico-geotécnico, e dos impactos socioambientais, e resultando na otimização viável do traçado sob os aspectos analisados.

Com vistas a avaliar o traçado otimizado quanto às suas condições operacionais, foram contratados serviços de consultoria especializada em Ferrovias de Alta Velocidade, que envolveram a realização de simulações de marcha para os serviços propostos para o TAV Rio de Janeiro – Campinas.

Esse trabalho resultou na indicação das velocidades máximas alcançadas devido às restrições de velocidade ao longo do traçado, do consumo de energia do material rodante em todos os trechos e de recomendações de ajustes a serem efetuados para aperfeiçoamento do traçado referencial otimizado pela EPL.

Em 06 de agosto de 2014, por meio do Acórdão TCU nº 2052/2014, o Tribunal de Contas da União (TCU), determinou a realização de novo estudo de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, em virtude da suspensão do certame pelo Governo Federal, por prazo indeterminado, e a evidente desatualização do EVTEA/2009,

Assim, em observâncias às suas atribuições legais, e em cumprimento às determinações do TCU, a EPL elaborou minuta de Edital de Licitação visando à contratação dos EVTEA, elemento necessário e anterior à elaboração dos projetos de engenharia com vistas à implantação da infraestrutura do TAV Rio de Janeiro – Campinas.

Constitui também objeto deste Edital os serviços de consultoria para realização de estudos preparatórios para contratação do projeto básico de engenharia e arquitetura e a elaboração de plano de gestão de riscos no projeto de engenharia.

Visando quantificar e qualificar as remoções necessárias à implantação da faixa de domínio do TAV Rio-Campinas, em cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), foram mapeados os polígonos de desapropriação, tanto de áreas construídas como de terras nuas, polígonos esses classificados de acordo com seu uso e ocupação.

Ainda com vistas às remoções decorrentes da implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas, foi elaborado um projeto básico de licitação para contratação de serviços especializados para desenvolver um planejamento e elaborar bases para um programa de desapropriações e reassentamentos.

Por fim, visando criar bases para realização de suas obrigações no âmbito do projeto TAV RIO – CAMPINAS, a EPL iniciou tratativas para a constituição de arcabouço técnico-normativo voltado para as diversas etapas de implantação sistemas de TAV, as Normas da União Internacional de Ferrovias (UIC), as Normas Europeias ou Euronormas (EM) e os Padrões Técnicos Europeus (TSI), que são aquelas que estão sendo consideradas para nortear os trabalhos do EVTEA.

g) Programa de Investimentos em Logística (PIL)

O PIL do Governo Federal foi lançado no segundo semestre de 2012 com previsão de investimentos e medidas institucionais em todas as modalidades de transportes: rodoviária, ferroviária, aeroportuária e portuária.

Com vistas a acelerar o desenvolvimento dos projetos de engenharia e estudos necessários para a avaliação das concessões previstas no PIL, o Governo Federal publicou Editais de Chamamento Público para a estruturação de 05 (cinco) estudos de concessão rodoviária BR-476/153/282/480PR/SC; BR-364/GO/MG; BR-163/230/MT/PA, BR-364/060/MT/GO, e a BR-101/RJ - (Ponte Rio-Niterói), por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI).

As PMI constituem estudos realizados com a autorização do Poder Concedente, desenvolvidos por interessados e que serão ressarcidos pelo futuro concessionário. A avaliação e a seleção dos projetos são realizadas por uma Comissão de Seleção.

Adicionalmente, o Governo Federal também publicou 6 (seis) Editais de Chamamento Público, com a finalidade de realizar estudos de concessão de ferrovias.

Em todos os lotes de projetos que serão voltados à Concessão, foram indicados representantes da EPL que participam das Comissões Tripartites as quais devem indicar ao MT os melhores estudos em cada edital a serem utilizados como referência para as futuras concessões.

Em 2014, as análises dos estudos elaborados no Chamamento Público da Ponte Rio-Niterói foram concluídas. A equipe técnica da EPL foi responsável em conjunto a ANTT, pela análise completa destes estudos.

Além disso, no exercício da competência prevista no art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012, a EPL é responsável pelo licenciamento ambiental dos seis lotes de rodovias concessionados, BR 050 GO - - Cristalina/GO - Cumari/GO, BR 040 DF/GO/MG - Brasília/DF - Juiz de Fora/MG, BR 163 MT - Itiquira/MT - Sinop/MT, BR 163 MS - Mundo Novo/MS - Sonora/MS e BR 153 TO/GO - Porangatu/GO - Paraíso do Tocantins, bem como daqueles submetidos às PMI, conduzidos pelo MT e pela ANTT, para futuras concessões públicas rodoviária e ferroviária.

No ano de 2014, foram concluídos os estudos ambientais para o licenciamento ambiental de cinco lotes de rodovias: BR-040 - Brasília/DF - Juiz de Fora/MG (RDC nº 02/2013); BR-050/GO - Cristalina/GO - Cumari/GO (RDC nº05/2013); BR-153/MG e BR-262/MG - Monte Alegre de Minas/MG - Nova Serrana/MG (RDC nº 09/2013); BR-163/MS - Mundo Novo/MS - Sonora/MS (RDC nº 10/2013); e BR-163/MT - Itiquira/MT - Sinop/MT (estudo contratado diretamente pela concessionária, mas com licenciamento sob a responsabilidade da EPL).

h) Licenciamento Ambiental

Especificamente quanto ao Licenciamento Ambiental, no exercício da competência prevista no art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012, a EPL é responsável pelo licenciamento ambiental dos seis lotes de rodovias concessionados pelo governo federal. Os contratos de concessão destes lotes foram assinados no final de 2013 e ao longo de 2014, e conforme previsto, a concessionária tem aproximadamente 30 (trinta) dias para assumir a rodovia. Após a assunção da rodovia (aproximadamente 30 dias), o Poder Concedente tem 12 (doze) meses para obter a Licença de Instalação (LI) para o início das obras de duplicação e recuperação.

Estas são as rodovias concessionadas:

Tabela 18 - Rodovias Concessionadas

Rodovia	Trecho	Concessionária
BR-050 / GO/MG	Cristalina / GO - Divisa MG / SP	MGO Rodovias
BR-060-153-262 / GO/DF/MG	BR-060 e BR-153: DF - divisa MG / SP BR-262: BR-153 / MG - BR-381 / MG	CONCEBRA
BR-163 / MT	BR-163 e MT-407 do MS - entroncamento com a MT-220	CRO
BR-163 / MS	divisa MT / MS - divisa MS / PR	CCR - MS VIA

BR-040 / MG/GO/DF	Brasília / DF - Juiz de Fora / MG	VIA 040
BR-153 / TO/GO	Anápolis / GO (BR-060) - Aliança do Tocantins / TO (TO-070)	GALVÃO BR 153

Além dessas rodovias, a EPL está responsável pelo licenciamento dos empreendimentos submetidos às PMI, conduzidos pelo MT e pela ANTT, para futuras concessões públicas, tanto de rodovias como ferrovias.

A estratégia de avocar tal responsabilidade teve como objetivo conferir qualidade aos estudos ambientais e, dessa forma, agilizar a obtenção das licenças, diminuindo as incertezas relacionadas a este processo, que envolve diferentes atores. A agilização dessas licenças permite ao Governo exigir dos concessionários atendimento aos compromissos de melhoria e aumento de capacidade das rodovias na urgência necessária aos anseios da sociedade em geral.

No ano de 2014, foram concluídos os estudos ambientais e protocolados nos respectivos órgãos licenciadores para as primeiras cinco rodovias. Somente a rodovia BR-153-TO/GO será entregue em 2015, atendendo normalmente o cronograma da concessão. A BR-163/MT teve o seu licenciamento delegado pelo IBAMA ao Governo Estadual, assim a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA/MT) ficou responsável pela emissão das Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI). Além disso, o estudo foi contratado diretamente pela concessionária, mas com licenciamento sob a responsabilidade da EPL.

Os estudos exigidos pelos órgãos licenciadores, bem como as licenças ambientais a serem emitidas pelos mesmos, são demonstrados a seguir:

Tabela 19 - Licenças Ambientais e Estudos Exigidos

Rodovia	Licenças Ambientais	Estudos Exigidos
BR-050 / GO/MG	LI – Licença de Instalação Órgão Licenciador : IBAMA	EA - Estudo Ambiental PBA – Projeto Básico Ambiental ASV – Autorização de Supressão de Vegetação
BR-060-153-262 / GO/DF/MG	LP - Licença Prévia LI - Licença de Instalação Órgão Licenciador : IBAMA	EIA / RIMA PBA – Projeto Básico Ambiental ASV – Autorização de Supressão de Vegetação
BR-163 / MT	LP - Licença Prévia LI – Licença de Instalação Órgão Licenciador : SEMA/MT	DA – Diagnóstico Ambiental PCA – Plano de Controle Ambiental ASV – Autorização de Supressão de Vegetação
BR-163 / MS	LP - Licença Prévia LI - Licença de Instalação Órgão Licenciador : IBAMA	EIA / RIMA PBA – Projeto Básico Ambiental ASV – Autorização de Supressão de Vegetação
BR-040 / MG/GO/DF	LP - Licença Prévia LI - Licença de Instalação Órgão Licenciador : IBAMA	EIA / RIMA PBA – Projeto Básico Ambiental ASV – Autorização de Supressão de Vegetação

BR-153 TO/GO	LI – Licença de Instalação Órgão Licenciador : IBAMA	EA - Estudo Ambiental PBA – Projeto Básico Ambiental ASV – Autorização de Supressão de Vegetação
--------------	---	--

i) Estudos Ferroviários

O projeto de estudos ferroviários está sendo realizado em parceria com a empresa espanhola INECO, tendo como objetivo o apoio ao desenvolvimento do regulamento dos operadores ferroviários independentes, das regras de segurança para circulação de trens e da padronização dos sistemas de sinalização e comunicações ferroviárias.

O projeto, em apoio à ANTT, conta ainda com a colaboração da VALEC, do MT e da própria ANTT e deverá estar concluído em setembro de 2015.

Durante o exercício de 2014 foram entregues os seguintes produtos:

- (i) Relatório contendo diagnóstico do setor, incluindo a definição conceitual do modelo funcional de exploração ferroviária, os agentes envolvidos, suas possíveis relações, *benchmarks* de experiências internacionais de modelos ferroviários comparando-os com o sistema brasileiro;
- (ii) Relatório contendo seleção de opções básicas do modelo de regulação e implementação do modelo ferroviário brasileiro;
- (iii) Relatório, em versão preliminar, contendo Definição e Desenvolvimento da Estrutura Regulatória Integral do Sistema Ferroviário Brasileiro;
- (iv) Relatório, contendo a definição de Objetivos da Padronização dos Sistemas de Sinalização e Comunicações Ferroviárias;
- (v) Relatório, em versão preliminar, contendo Regulamento de Segurança do Setor Ferroviário; e
- (vi) Relatório, em versão preliminar, contendo a concepção do alcance da Padronização dos Sistemas de Sinalização e Comunicações Ferroviárias.

Foram realizados três seminários: sobre modelos de exploração de sistemas de transportes ferroviário de cargas com análise das experiências internacionais e aplicação à regulamentação do novo modelo de exploração ferroviária no Brasil, sobre Gestão da Segurança na Operação Ferroviária e sobre sinalização e telecomunicação ferroviária.

j) Observatório Nacional de Transporte e Logística

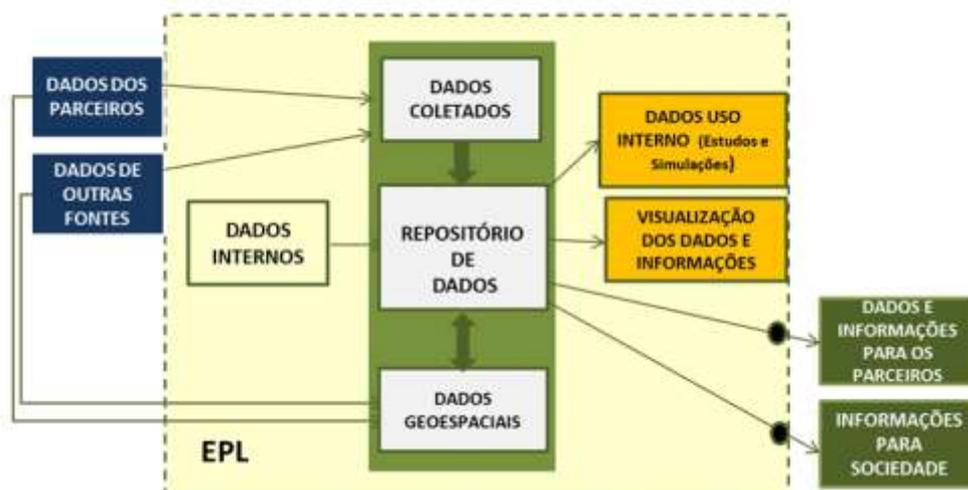
O Observatório será um ambiente de reunião de dados e informações, relacionadas ao sistema de transportes, bem como informações socioeconômicas, ambientais e comportamentais que permitirá a geração de conhecimento, acompanhamento e planejamento do setor, além de tornar a EPL um centro de referência na consolidação e divulgação de dados e informações, com valor agregado, em âmbito federal.

O Observatório tem como objetivo geral promover a governança do setor de transportes por meio de um sistema inteligente de gestão de dados e informações estratégicas, que permitirá o acompanhamento, planejamento, análises de transporte, produção e divulgação de conhecimento para sociedade.

Para tanto, será concebido um sistema inteligente para gestão de dados e informações coletados pelos atores do setor e agentes que influenciam o sistema de transporte, com a estruturação de uma rede de compartilhamento de dados para fornecer os dados para o repositório, conforme apresentado na estrutura conceitual.

O sistema beneficiará a identificação dos sinais, evidências e tendências para prospecção de cenários e a avaliação de desempenho da infraestrutura de transporte existente no país, a partir de análises especializadas realizadas pelos técnicos da EPL.

Figura 16 - Estrutura Conceitual do Observatório



Durante o ano de 2014, foram realizadas prospecções com os gestores e especialistas da EPL, do MT, de Instituições Federais e pesquisas em sistemas com o foco similar, com o objetivo de obter informações para estruturação e concepção do sistema. As prospecções e a revisão da literatura contribuíram para fortalecer a decisão de implementar o projeto em fases, sendo: modelagem do sistema de informação, desenvolvimento do sistema, capacitação e treinamento da equipe técnica e gestão do Observatório.

Na fase de modelagem do sistema de informação, foram realizadas prospecções em instituições acadêmicas com expertise na elaboração de sistemas de informações em transportes, visando estabelecer cooperação técnica para o desenvolvimento do sistema e, ainda, em empresas de tecnologia para gestão de informações.

No ano de 2014, também foi constituída a base de dados espaciais que se integrará ao sistema do Observatório Nacional de Transportes. Essa base é composta por um conjunto de informações coletadas junto aos atores do setor de transporte e aos agentes que influenciam no sistema de transportes (recursos minerais, naturais, áreas de assentamentos, reservas indígenas, etc).



A coleta das informações de distribuição geográfica é proveniente de diversas fontes externas, tais como: Agência Nacional de Águas (ANA); Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); MT; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); DNIT; Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); ANTAQ; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), IBAMA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); INFRAERO e Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros da esfera estadual.

Posteriormente, foi realizada a construção de metadados que apoiam as tarefas de documentação e organização dos dados das organizações, facilitando seu compartilhamento e manutenção, além de disciplinar a sua produção.

Na sequência, foi constituído um banco de dados espacial para armazenamento e disponibilização dos dados coletados, utilizando a plataforma *ESRI ArcGIS*.

Vale destacar que as atividades de estruturação de informações que foram concluídas ao longo de 2014, permitiram atender demandas do corpo técnico da EPL em diversos nos projetos da empresa por meio do tratamento do modelo digital de terrenos e a seleção das informações necessárias para processamento de traçados dos empreendimentos no software *Trimble Quantm*.

Atividades de Suporte

A seguir apresentamos o andamento da evolução e monitoramento dos processos de negócio da EPL vinculados às atividades meio da empresa.

a) Processo Realizar Contratações

O processo “Realizar Contratações” envolve o mapeamento e a padronização das atividades associadas a contratações dos itens e serviços necessários às áreas da EPL, garantindo a qualidade, idoneidade e o cumprimento do prazo.

Em 2014, foram definidos os modelos de documentos a serem usados pelas unidades da Empresa na elaboração e planejamento de suas contratações. Os seguintes modelos encontram-se aprovados: (i) Modelo de Edital, de Termo de Referência e de Contrato para Aquisição de Bens Materiais; para Prestação de Serviços Não Contínuos; para Prestação de Serviços Contínuos com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra; para Prestação de Serviços Não Contínuos sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra; e para Concorrência; (ii) Modelo de Ata de Registro de Preço.

E, ainda, estão em fase final de aprovação: Modelo de Edital e de Contrato para Regime Diferenciado de Contratação - RDC Eletrônico Técnica e Preço; e Presencial Técnica e Preço.

b) Processo Realizar a Gestão de Contratos e Fiscalizar Contratos

Tais processos envolvem as atividades de gestão e fiscalização dos contratos da Empresa.

Para o processo Realizar a Gestão de Contratos, no ano de 2014, dois indicadores foram criados e medidos. Foram eles: índice de solicitações de pagamento enviadas dentro do prazo e índice de fornecimento de serviços contínuos.

Para implementação completa do processo resta apenas o curso de capacitação dos gestores e fiscais de contratos, o qual ocorrerá em parceria com o Tribunal de Contas da União.

Ao longo de 2014 esforços foram concentrados na busca de um software para gestão e fiscalização de contratos, surgindo a ideia de se contratar uma fábrica de softwares. Referida contratação está em planejamento na Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação.

c) Estrutura Definitiva do Quadro de Pessoas

Neste item, cabe salientar que em relação à definição do quantitativo do quadro de pessoal definitivo, plano de cargos e salários e realização de concurso público para preenchimento dos cargos efetivos da Empresa, em observância aos dispositivos da Lei nº 12.743/2012, em especial o §2º, do art.15, foi encaminhada à Secretaria Executiva do MT a Carta nº 1056/2014/EPL, à qual foi anexado o cronograma de ações correspondentes e necessário ao atingimento dos objetivos propostos.

d) Acordos de Cooperação

No ano de 2014, foram firmados 3 (três) acordos de cooperação quais sejam:

Tabela 20 – Acordos de Cooperação Firmados em 2014

Item	Acordo	Objetivo
1	Acordo de Cooperação entre EPL e o Banco do Brasil	Operacionalização do "depósito em garantia", vinculado a obrigações, nos termos da instrução normativa SLTI/MP nº 03/14, de 25 de junho de 2014 e alterações posteriores. O acordo tem como objetivo precípua a segurança jurídica necessária à EPL para a garantia de direitos trabalhistas a colaboradores terceirizados.
2	Acordo de Cooperação entre EPL e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	Compartilhamento de rede de altíssima velocidade. O acordo tem como objetivo principal a inclusão à Rede Gigacandanga, consórcio de instituições de pesquisa que viabiliza a seus consorciados uma conexão de altíssima velocidade (1Gbps).
3	Acordo de Cooperação entre a EPL e o Movimento Brasil Competitivo (MBC)	Conjugação de esforços para a complementação do projeto daquela instituição caracterizado pela modernização da gestão pública que consiste em um conjunto de ferramentas para a fortalecimento e construção de uma administração moderna, atualizada e ágil.

Além disso, merece destaque o Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a EPL e o PNUD firmado em 2013, mas com reflexos gerados no ano de 2014.

Tal acordo, com o apoio e supervisão da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, visa à proposição de modelos de gestão da melhoria da eficiência econômica, social e ambiental para o planejamento do sistema de transportes brasileiro, tendo por objetivo principal fortalecer a EPL com o conhecimento técnico necessário ao desenvolvimento da logística de transportes brasileiro por meio de experiências internacionalmente exitosas que vem gerando estudos de grande importância, tais como:



- (i) proposição de um modelo de regulamento para o operador ferroviário;
- (ii) estudo de custos hidroviários; e
- (iii) criação de uma metodologia de avaliação para procedimentos de manifestação de interesse para concessões rodoviárias.

Outro avanço gerado pela cooperação internacional foram os estudos de validação para o traçado do Trem de Alta Velocidade com o apoio de pesquisadores britânicos.

Importante ressaltar que 2 (duas) parcerias entre entidades públicas federais foram prorrogadas, tendo em vista sua importância e a necessidade de complementação, são elas:

- (i) Termo de Descentralização entre EPL e a FUB, visando à modelagem das bases de dados do TAV em sistemas de informações geográficas e de sensoriamento remoto; e
- (ii) Termo de Descentralização entre EPL e o IPEA, visando à conjugação de esforços, competências e conhecimentos para o desenvolvimento de matriz origem-destino de cargas e passageiros para o território brasileiro.

Ambos tem como resultado esperado o desenvolvimento de dois objetivos importantes e focais para a EPL, sendo o primeiro com foco no TAV e o segundo com foco no PNLI.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contido no presente Relatório, a EPL encerra a apresentação de seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014. Este documento é considerado um instrumento de transparência da gestão da empresa à sociedade. Para tanto, pode-se concluir que a EPL atuou, no exercício de 2014, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo os resultados esperados para o ano.

Em suma, no ano de 2014, a EPL percorreu um grande caminho buscando contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de transportes do Brasil, propondo intervenções, buscando soluções, sugerindo o uso de novas tecnologias e melhores práticas de planejamento de transportes.

Para o ano de 2015, espera-se, entre outras ações relevantes, atingir os seguintes resultados: (i) concluir o PNLI e iniciar a elaboração dos projetos piloto de engenharia, serviços e viabilidade para os empreendimentos selecionados; (ii) dar seguimento às atividades e estudos preparatórios para os projetos de engenharia do TAV, compreendendo, de forma geral, a realização de atividades com vistas ao aprimoramento da base dados do projeto; (iii) concluir os estudos e obter as licenças ambientais para obras de duplicação previstas no PIL de rodovias; (iv) iniciar o processos de licenciamento ambiental em suporte às concessões ferroviárias do Governo Federal; (v) iniciar a execução do plano de trabalho do Observatório Nacional de Transportes; e (vi) executar atividades de apoio a órgãos do MT.

Adicionalmente, em relação à gestão da Empresa, pretende-se: (i) concluir as atividades de revisão do Planejamento Estratégico Institucional; (ii) consolidar a metodologia de gerenciamento de projetos e uso da nova plataforma e ferramentas com o treinamento da equipe da EPL, principalmente a alta administração, gerentes e coordenadores de projetos; (iii) adquirir sistemas de informação necessários ao exercício e controle das atividades da Empresa; (iv) aprimorar a gestão de documentos por meio da implantação da POSIC e estruturação de uma biblioteca eletrônica para informações relevantes; e (v) realizar concurso público para preenchimento dos cargos efetivos da Empresa.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A.1.1 Balanço Patrimonial

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A - EPL					
CNPJ 15.763.423/0001-30					
BALANÇO PATRIMONIAL 2014					
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
ATIVO	74.073.470,63	39.533.805,35	PASSIVO	74.073.470,63	39.533.805,35
CIRCULANTE	28.134.628,39	11.110.043,60	CIRCULANTE	3.831.517,83	5.660.282,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.743.205,61	8.808.187,34	CONTAS A PAGAR	3.831.517,83	5.550.282,70
BANCO CONTA MOVIMENTO	2.971.025,38	3.480.563,18	Consignações a Receber	399.003,14	360.645,96
Tesouro limite de Saque	2.971.025,38	3.480.563,18	Encargos Sociais a Receber	533.354,69	455.908,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.772.279,63	5.327.604,18	Impostos e Taxas a Receber	-	523.010,40
Caixa Econômica Federal	5.772.279,63	5.327.604,18	Fornecedores	758.508,07	2.109.080,48
OUTROS CRÉDITOS	17.291.323,38	2.301.891,56	Ressarcimento de Pessoal Requisitado a Pagar	276.097,27	257.513,06
Estoque	109.758,19	14.287,51	Provisões	1.886.500,85	1.844.239,96
Adiantamento a Empregados	142.368,26	156.906,47	NÃO CIRCULANTE	21.404.805,08	21.404.805,08
Imposto a Recuperar	292.202,87	216.712,89	Crédito para Aumento de Capital	21.404.805,08	
Outros Valores a Recuperar	514,71	2.617,14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.837.153,74	33.883.522,68
Descentralização de Créditos/Financeiro	16.846.479,33	1.912.337,76	Capital Integralizado	50.000.000,00	34.384.095,51
NÃO CIRCULANTE	47.938.842,24	28.423.756,45	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.162.846,26)	(400.543,88)
Imobilizado Líquido	14.159.140,19	13.795.522,98			
Bens Móveis	12.477.186,38	11.575.839,86			
Bens Imóveis	1.681.950,81	2.210.783,13			
Intangíveis	33.779.702,05	14.637.133,45			
TOTAL ATIVO	74.073.470,63	39.533.805,35	TOTAL DO PASSIVO	74.073.470,63	39.533.805,35



Empresa de Planejamento e Logística

A.1.2 Demonstrações de Resultado

"EPL Empresa de Planejamento e LogísticaS.A"
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM:
Em R\$ 1

	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS OPERACIONAIS	49.062.567,03	38.696.056,01
Repasses Recebidos	37.247.067,69	23.769.198,18
Operações Intrasiáf	11.815.202,49	14.926.733,28
Outras Receitas Operacionais	296,85	124,55
DESPESAS OPERACIONAIS	48.814.012,62	38.301.790,27
Despesas Administrativas	48.814.012,62	38.301.790,27
Pessoal e Encargos	29.169.635,10	24.168.118,39
Despesa com Material de Consumo	78.196,94	117.384,19
Serviços de Terceiros	8.869.614,10	9.312.389,92
Outros Serviços de 3º	2.430.812,75	2.281.225,67
Despesas Tributária	100.312,96	127.439,33
Despesa Depreciação/Amortização	8.165.440,77	2.294.732,77
Despesa não Dedutíveis	-	500,00
Receitas e Despesas Financeiras	-235.645,78	245.931,94
Receitas Financeiras	553.921,85	368.788,62
Despesas Financeiras	-789.567,63	-122.856,68
RESULTADO OPERACIONAL	12.908,63	640.197,68
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ	12.908,63	640.197,68
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	201.591,31	152.288,83
IMPOSTO DE RENDA	553.975,87	411.024,54
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-742.658,55	76.884,31



Empresa de Planejamento e Logística

A.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Empresa de Planejamento e Logística S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

Histórico	Capital Social	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.000.000,00	(477.428,17)	4.522.571,83
Integralização do Capital	29.384.066,51	-	29.384.066,51
Resultado do Exercício	-	76.884,31	76.884,31
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	34.384.066,51	(400.543,86)	33.983.522,65
Integralização Do Capital 2014	15.615.933,49	-	15.615.933,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(19.643,85)	(19.643,85)
Resultado do Exercício	-	(742.658,55)	(742.658,55)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	50.000.000,00	(1.162.846,26)	48.837.153,74

A.1.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL

DEZEMBRO DE 2014

Atividades Operacionais	2014	2013
(+) Valores recebidos	85.869.154,20	68.809.461,10
Repasse MT para Integralização de Capital	-	-
Repasse recebidos	37.247.067,69	23.769.198,18
Repasse por Operação Intrasiafi	11.815.202,49	14.926.733,28
Outros Valores Recebidos (consignação em fopag - saldo)	-	360.549,96
Comissão Sobre Operação Empréstimo Consignado	296,85	124,55
Crédito para Aumento de Capital - Recursos para Investimentos	20.636.731,83	-
Integralização do Capital - Recursos para Inv.	15.615.933,49	29.384.066,51
Receita Financeira	553.921,85	368.788,62
(-) Valores pagos a fornecedores	28.328.307,69	12.994.626,66
Fornecedores	11.378.623,79	9.616.226,81
Estoque (Almoxarifado)	95.470,68	-
Decentralização de Créditos	14.934.141,57	1.912.337,76
Adiantamento a Empregados - Resgate	-15.640,62	147.306,47
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.643,85	281.114,53
Impostos a Recuperar	75.490,19	37.752,06
Outras Despesas	121.807,36	250.796,01
Pagamento de Obrigações de 2013	1.718.770,87	749.093,02
(-) Valores pagos a empregados	29.169.635,10	21.610.456,53
Pessoal e Encargos Sociais da EPL	29.169.635,10	21.610.456,53
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	755.567,18	40.302,97
CSLL	201.591,31	10.822,37
IRPJ	553.975,87	29.480,60
(-) Pagamentos de contingências	-	-
(+) Recebimentos por reembolso de Seguros	-	-
(±) Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	-	-
Total das Atividades Operacionais (A)	27.615.644,23	34.164.074,94
Atividades de Investimentos	2014	2013
(-) Compras de imobilizado	3.221.700,47	15.380.832,11
(-) Intangível	24.458.826,09	15.334.717,11
(-) Aquisição de ações/quotas	-	-
(+) Receb. por vendas de permanentes ocorridas:	-	-
No exercício	-	-
Em exercícios anteriores	-	-
(+) Receb. de dividendos/Juros s/ capital próprio	-	-
Total das Atividades de Investimentos (B)	-27.680.526,56	-30.715.549,22
Atividades de Financiamentos	2014	2013
(±) Integralização de ações próprias	-	-
(-) Pagamentos: dividendos/Juros s/ capital próprio	-	-
(+) Empréstimos a longo prazo tomados	-	-
(+) Receb.: colocação de debêntures e equivalentes	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-
Total das Atividades de Financiamentos (C)	-	-
Total Geral (A+B+C)	- 64.882,33	3.448.525,72
Disponibilidades – no início do período	8.808.187,34	5.359.661,62
Disponibilidades – no final do período	8.743.305,01	8.808.187,34

A.1.5 Demonstração do Resultado Abrangente

Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE - DRA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ 1,00

Histórico	Outros Resultados Abrangentes
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-
Reconhecimento despesas exerc. Anterior	(281.114,53)
Prejuízo do Exercício	(196.313,64)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(477.428,17)
Resultado do Exercício	76.884,31
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(400.543,86)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(19.643,85)
Resultdo Ajustado Ano de 2013	(420.187,71)
Resultado do Exercício	(742.658,55)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1.162.846,26)

A.1.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2014



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) é uma empresa pública vinculada ao MT, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

Criada pela Lei 12.743, de 19 de dezembro de 2012 (que altera as Leis nº 10.233, de cinco de junho de 2001, e nº 12.404, de quatro de maio de 2011), conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 08 de agosto de 2012, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 13 de agosto de 2013, foi inicialmente denominada ETAV.

Posteriormente a sua denominação social foi alterada para Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de setembro de 2012, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 16 de outubro de 2012 e tem por objeto:

a) planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

b) prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

Compete à EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;



IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;



XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor; e

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República.

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto social.

§ 1º Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL poderão subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações de órgãos e entidades da administração pública federal, no âmbito da política de logística e transportes.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

2. As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1);

3. As demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão comparativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. A Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na forma total, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, sendo que as demonstrações contábeis de 2014, previstas no referido diploma legal, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A empresa encerrou o exercício de 2013 com um lucro de R\$ 76.884,31, e o de 2014 com um prejuízo econômico de R\$ 742.658,55. Suas receitas operacionais decorrentes de subvenções para custeio no valor de R\$ 38.695.931,46 em 2013 e R\$ 49.062.270,18 em 2014; e receitas financeiras de R\$ 368.788,62 em 2013 e R\$ 553.921,85 em 2014, geradas pela aplicação do valor do Capital Social Integralizado inicialmente, mínimo de 10%. Houve registro de despesas não financeiras apropriadas pelo regime de competência, em consonância com a legislação do imposto de renda, gerando um saldo de provisões de férias e os respectivos encargos sociais, no valor de R\$ 1.844.239,96 em 2013 e R\$ 1.866.550,66 em 2014, além de despesas com depreciação de bens e amortização de softwares e outros intangíveis no valor de R\$ 2.294.732,77 em 2013 e R\$ 8.165.440,77 em 2014.

De conformidade com o CPC 33, a empresa concedeu os seguintes benefícios aos seus empregados, colaboradores e requisitados:

- Auxílio Transporte para estagiários R\$ 15.392,10; Remuneração Compensatória - Quarentena paga a ex-diretores R\$ 266.524,92; Adicional por tempo de serviço para servidores cedidos com ônus para a EPL R\$ 125.274,63; Auxílio Alimentação para todos os colaboradores R\$ 749.558,78; Plano de Saúde ressarcido para todos os colaboradores que requererem R\$ 243.110,15, limitado a R\$205,00 por titular e R\$102,00 por dependente; FUNCEF no valor de R\$ 35.403,44 pelo colaborador requisitado Orlando Amantea Neto, cedido pela Caixa Econômica Federal e PORTUS de R\$12.334,11, em função da colaboradora Maria de Lourdes dos Santos, cedida para a EPL.

A EPL por ser uma empresa pública totalmente dependente do Tesouro Nacional, recebe subvenção econômica da União para custeio das suas atividades, a qual é contabilizada como receita operacional, isenta de PIS e COFINS, porém caso a empresa tenha lucro no período de apuração, fica sujeito ao pagamento de IR e Contribuição Social sobre lucro líquido apurado pela escrituração do livro de lucro real.

ATIVO CIRCULANTE – R\$ 11.110.048,90 em 2013 e R\$ 26.134.628,39 em 2014.

São representados pelos Créditos constituídos por Limite de Saque com Vinculação de Pagamento de R\$ 3.480.583,16 em 2013 e R\$ 2.971.025,38 em 2014; Aplicação Financeira no valor de R\$ 5.327.604,18 em 2013 e R\$ 5.772.279,63 em 2014 (valor do Capital Social Integralizado inicial, acrescido dos rendimentos auferidos); Adiantamentos Concedidos a Empregados (Férias R\$ 95.699,46 e 13º salário R\$ 46.668,82); Impostos e Encargos a Recuperar R\$ 292.202,87; Descentralização de créditos/financeiros no valor de R\$ 16.846.479,33 e outros valores a recuperar de R\$ 424,71;

Composição do saldo da conta Limite de Saque, com vinculação de pagamento em 31.12.2014/2013:

Vinculação	31.12.2014	31.12.2013
307 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	431.161,79	-
309 – Pessoal Requisitado	337.280,98	156.194,36
310 – Pagamento de Pessoal	29.424,53	20.333,51
400 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	1.302.850,67	785.891,20
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
415 – Custeio/Invest. PAC	864.174,12	2.431.778,03
500 – Custeio e Investimento	4109,08	4.109,08
510 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	1.480,75	81.733,52
Total	2.971.025,38	3.480.583,16

APLICAÇÃO FINANCEIRA

A aplicação financeira corresponde ao valor de R\$ 5.327.604,18 em 2013 e R\$ 5.772.279,63 em 2014, resultante da integralização inicial mínima, 10%, do Capital subscrito, efetuada junto à Caixa Econômica Federal, sendo seu saldo acrescido dos rendimentos auferidos até 31/12/2014.

ATIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 47.938.842,24 em 31.12.2014.

Corresponde à aquisição de Imobilizados e Intangíveis, com a seguinte composição:

TÍTULO	VALOR ADQUIRIDO	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO	VALOR RESIDUAL
Bens Móveis	15.961.521,25	3.484.331,87	%	12.477.189,38
Mobiliário em Geral	2.288.511,23	375.803,28	10%	1.912.707,95
Máquinas e Equipamentos	5.544,79	847,56	10%	4.697,23
Aparelhos	9.147,00	1.028,30	10%	8.118,70
Computadores e Periféricos	7.056.273,87	2.111.627,62	20%	4.944.646,25
Biblioteca	9.751,18	777,42	10%	8.973,76
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00	55.160,00	20%	195.790,00
Software	3.771.095,95	554.348,31	20%	3.216.747,64
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00	375.857,95	10%	2.118.788,05
Utensílio de Copa e Cozinha	1.953,00	260,48	10%	1.692,52
Outros Bens de Uso Duradouro	73.648,23	8.620,95	10%	65.027,28
Bens Imóveis	2.644.161,33	962.210,52		1.681.950,81
Instalações e Bens de Terceiros	2.644.161,33	962.210,52	20%	1.681.950,81
TOTAL DO IMOBILIZADO	18.605.682,58	4.446.542,39		14.159.140,19
INTANGÍVEIS				
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90	1.482.626,09	20%	4.196.502,81

Projeto O/D Contrato	14.991.011,99	2.913.256,79	20%	12.077.755,20
Projeto Concep. de Solução Tec.	2.244.813,10	506.588,56	20%	1.738.224,54
Projeto Origem e Destino	4.673.600,00	433.493,37	20%	4.240.106,63
Estudo de Impacto Ambiental	1.757.132,34	251.117,76	20%	1.506.014,58
Projeto Estudo Ambiental BR-040	1.455.498,88	63.970,10	20%	1.391.528,78
Pesquisa Est. da Carac. Demanda	223.350,00	13.649,16	20%	209.700,84
Projeto Estudo Ambiental BR-050	1.640.500,00	69.801,72	20%	1.570.698,28
Projeto Estudo Ambiental BR-116	1.128.860,27	53.620,87	20%	1.075.239,40
Projeto Impacto Ambiental BR-153	2.499.850,00	88.677,50	20%	2.411.172,50
Projeto Impacto Ambiental BR-101	1.017.425,70	52.175,65	20%	965.250,05
Projeto Impacto Ambiental BR-163	2.146.549,13	84.863,58	20%	2.061.685,55
Projeto Impacto Ambiental BR-262	335.822,89	-	20%	335.822,89
TOTAL DO INTANGÍVEL	39.793.543,20	6.013.841,15		33.779.702,05
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	58.399.225,78	10.460.383,54		47.938.842,24

Considerando que os bens foram adquiridos a menos de 18 meses, não foi realizado no exercício de 2014, o teste de recuperabilidade anual sobre os valores do ativo imobilizado. O Ativo Imobilizado e outros ativos não circulantes da EPL, inclusive os intangíveis, deverão ser revistos no exercício de 2015, para que se identifiquem eventuais perdas ou valores contábeis que não podem ser recuperáveis, conforme determina a Lei nº 11.638/2007, Resolução CFC 1.315/2010 e CPC 01.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 5.550.282,70 em 2013 e R\$ 3.831.511,83 em 2014

Representados por provisão para férias e os encargos sociais no valor de R\$ 1.844.239,96 em 31.12.2013, e R\$ 1.817.588,07, em 31.12.2014; encargos sociais a recolher de R\$ 455.908,84 em 31.12.2013 e R\$ 533.354,69 em 31.12.2014; Impostos a pagar em 31.12.2013 R\$ 523.010,40, Consignações a Recolher em 31.12.2013 R\$ 360.549,96, em 31.12.2014 R\$ 399.003,14; Fornecedores em 31.12.2013 R\$ 2.109.060,48, em 31.12.2014 R\$ 756.506,07 e Ressarcimento com Pessoal Requisitado em 31.12.2013 R\$ 257.513,06 e em 31.12.2014 R\$ 276.097,27.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 21.404.805,06.

Corresponde ao valor dos créditos do acionista União Federal, derivados dos repasses para investimentos, transferidos para esta empresa efetuar seus programas de investimentos. Saldo ainda não capitalizado, o qual foi atualizado pela taxa SELIC, cumprindo determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, Ofício 36/2013 SUCON/STN/MF-DF e Nota Conjunta nº 13/2013-CCONT/COPAR/COFIN/STN 30.03/2013.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 33.983.522,65 em 31.12.2013 e R\$ 48.837.153,74 em 31.12.2014.

Representado pelo Capital Social integralizado até 31.12.2013, R\$ 34.384.066,51 e de R\$



50.000.000,00 em 31.12.2014 face integralizações efetuadas nos exercícios de 2013 e 2014, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional para investimentos, sendo a União detentora de 100% das ações ordinárias, sem valor nominal.

Prejuízo Acumulado de R\$ 400.543,86 em 31.12.2013 e R\$ 1.162.846,26 em 31.12.2014. No exercício de 2014, foi obtido um prejuízo de R\$742.658,55, motivo pelo qual não houve destinação para reserva legal e distribuição mínima dos dividendos.

Em 2014, houve lançamento do valor de R\$ 19.643,85, correspondente a despesas com contribuição patronal – FUNCEF, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013, ressarcido por esta empresa em 2014, em decorrência de cobrança feita a posteriori pela Caixa Econômica Federal de empregado cedido para esta empresa com ônus, contabilizado como ajuste de exercícios anteriores, não afetando o resultado do exercício, artigo 186 da lei 6.404/76.

(As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)

Josias Sampaio Cavalcante Junior
Diretor Presidente
CPF: 381.024.981-53

Fábio Coelho Barbosa
Diretor
CPF: 344.158.741-34

Hélio Mauro França
Diretor
CPF: 116.605.701-15

Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-T-8-DF



ANEXO II - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
EMPRESA DE PLANEJAMENTO LOGÍSTICO S/A - EPL
Brasília (DF)

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do Fluxo de Caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data.

Responsabilidade da administração da Entidade sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram auditadas por outra firma de auditoria, cujo relatório não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 13 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Tanagildo', is positioned above the printed name of the auditor.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC-1-SP 067138/O-0 - "S" DF